



Jéssica Moraes Rosa

**De pai para filho: o aprendizado das práticas educativas
parentais entre gerações de homens**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-
graduação em Psicologia Clínica do Departamento de
Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Luciana Fontes Pessôa

Rio de Janeiro
Maio de 2021



Jéssica Moraes Rosa

**De pai para filho: o aprendizado das práticas educativas
parentais entre gerações de homens**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)
da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo.

Profa. Luciana Fontes Pessôa

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Maria Amélia Penido

Clínica Penido de Terapia Cognitiva

Profa. Denise de Lima Oliveira Vilas Boas

UNIFOR

Profa. Alessandra Turini Bolsoni Silva

UNESP

Profa. Deise Maria Leal Fernandes Mendes

UERJ

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2021.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Jéssica Moraes Rosa

Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e especialista em Terapia Analítico-Comportamental pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Biologia e Cultura: DBC, vinculado à PUC-Rio. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário UniFanor. Coordenadora do Laboratório de Práticas em Análise do Comportamento, Cultura e Saúde: LAPACCS, vinculado ao UniFanor. E-mail de contato: jessicamrpsi@gmail.com.

Ficha Catalográfica

Rosa, Jéssica Moraes

De pai para filho : o aprendizado das práticas educativas parentais entre gerações de homens / Jéssica Moraes Rosa ; orientadora: Luciana Fontes Pessôa. – 2021.

135 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2021.

Inclui bibliografia

1. Psicologia - Teses. 2. Famílias. 3. Práticas educativas parentais. 4. Transmissões entre gerações. I. Pessôa, Luciana Fontes. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Para meus filhos, Gael e o nosso
anjinho, que me mostraram que sou
mais forte do que imaginava.

Agradecimentos

*Aqueles que passam por nós não vão
sós. Deixam um pouco de si, levam
um pouco de nós.*

Antoine de Saint-Exupéry

Inquestionavelmente, vivemos um dos momentos mais difíceis de nossas vidas, e para mim não foi diferente. Em 2020, vivenciei um ano de muitas dificuldades e superações, que só foram possíveis graças àqueles que me cercam e que me deram e dão forças para seguir.

Reservo esse espaço, então, para agradecer a todos que não apenas tornaram a construção desta tese possível, mas que me ajudaram a superar todos os desafios desse último ano.

Início, assim, agradecendo a Deus, que me deu o dom da vida e me abençoou cercando-me de uma incrível rede de apoio. Aos meus pais, meus heróis e fontes de inspiração. Tão cedo me ensinaram que tudo é possível para aqueles que não têm medo de correr atrás dos seus sonhos e a defesa dessa tese é a realização de um sonho. Mãe e pai, olhem aonde eu cheguei, tudo graças a vocês!

À minha irmã Júlia, minha companheira, amiga, parceria. Você é meu alicerce. E ao meu amado cunhado, Carlos.

Ao meu esposo, Osvaldo. Meu amor, o que seria de mim sem você? Você que sempre acreditou, me incentivou e reforçou em tantos momentos que sou seu orgulho. Você é o meu, obrigada pelo apoio em todos os momentos e pela linda família que estamos construindo.

Aos meus filhos, Gael, que cresce aqui no meu ventre e me deu o dom de ser mãe, e ao nosso anjinho, que nos foi tirado cedo demais, mas que nos protege e abençoa de onde ele estiver.

À toda minha extensa família, minhas madrastas, Kylvia e Denise, que tanto cuidam e zelam por mim, minhas amadas tias e tios, minhas primas e primos/irmãos e seus (uas) companheiros (as), minhas incríveis avós e meus inspiradores avôs. Dedico um agradecimento especial ao meu primo Bruno, que me incentivou e vibrou com a construção dessa tese, obrigada pelo apoio, Ninho, e por me confiar os cuidados da sua filha. Ser madrinha da Clarice é uma honra e uma benção, e essa conquista também é para ela, que em tantos momentos foi minha fonte de alegria. Agradeço também aos meus sogros e ao meu cunhado, que foram escolhidos por Deus para serem também minha família. Que escolha mais maravilhosa.

À minha incrível orientadora, Luciana Fontes Pessôa, me orgulho e me inspiro em você, Lu. Obrigada pela confiança, paciência, apoio e parceria. Você nunca deixou de acreditar em mim e por isso sou infinitamente grata.

Aos meus amigos, que são também minha família. Minha família PUC, Fer Brockmann, Lucas Emmanoel, Roberta Magacho, Thais Trindade e, em especial, à Bárbara Spenciere e à Isabela Sena. Definitivamente não teria conseguido sem vocês.

À minha família sexteto, Rianne, Babi, Rose, Lara e Raíssa, que diante de tantas adversidades não saíram do meu lado. O apoio de vocês foi fundamental.

Minha família carioca, Arminda Brito, Viviane Pontes e ressalto um agradecimento especial ao Paulo e à Ilana, nossos compadres, amigos e companheiros de vida. Ilana, dedico essa tese também a você, sem sua amizade, parceria e crença em mim eu não teria conseguido, obrigada pelo apoio, pelas revisões e correções, por sentar-se ao meu lado e me ajudar a rodar as análises e, principalmente, por estar sempre ao nosso lado. Você e Paulo são nossos presentes e somos muito gratos a Deus por tê-los.

À família UniFanor, destaco aqui as grandes amigas com as quais fui presenteada, Diva Barreto, Olívia do Vale, Marília Barreira e Ticiane Santiago, obrigada pela amizade e incentivo de vocês. Aos meus alunos, que me inspiram e motivam a seguir à carreira acadêmica. Aos meus pupilos estagiários e membros do LAPACCS, tanto os que já se formaram quanto aqueles que seguem comigo, vocês não imaginam o orgulho e prazer que sinto ao orientá-los.

Às minhas amigas de risos, alegrias e dores, Liana Benício, Rafaella Ibiapina, Karol Campos, Brenda Moraes e Isabelle Cacau. Vocês iluminam minha vida e tornam tudo mais leve. Obrigada por dividirem a vida comigo. E ao amigo querido, de conversas filosóficas existenciais, Victor Marão. Você é um grande parceiro.

À família psicoamadas, Renatinha, Helô, Adê, Nathy, Amanda, Verlene, Marina e Marília, amigas de faculdade e da vida toda. Que bom poder compartilhar da vida profissional e pessoal ao lado de vocês, meninas.

À Michele Lima e ao Francisco Tavares, obrigada por me ajudarem a corrigir e transcrever os dados dessa tese. Vocês foram anjos.

Aos participantes da pesquisa, que me cederam seu tempo e suas histórias para a construção desse estudo.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Psicologia da PUC-RJ, em especial à Marcelina, minha querida Marce, que sempre teve tanta paciência em me auxiliar e direcionar nas demandas do doutorado.

À CAPES e à PUC-RJ, pelos auxílios concedidos, sem os quais não seria possível construir essa pesquisa.

Aos membros da banca, Dra. Alessandra Bolsoni-Silva, Dra. Denise Vilas Boas, Dra. Deise Maria Mendes, Dra. Maria Amélia Penido e os membros suplentes

da banca: Dr. Mauro Luís Vieira e Dr. Jesus Landeira-Fernandez, por aceitarem nosso convite e pelas preciosas contribuições a esse trabalho.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da construção dessa pesquisa, obrigada!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Resumo

Rosa, Jéssica Moraes; Pessôa, Luciana Fontes. **De pai para filho: o aprendizado das práticas educativas parentais entre gerações de homens**. Rio de Janeiro, 2021. 135p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A família permanece como a principal responsável pela transmissão das regras sociais e, portanto, pela inserção dos seus membros na sociedade. As relações estabelecidas entre pais e filhos são representadas pelas práticas educativas parentais, que consistem no conjunto de estratégias utilizadas por estes, objetivando orientar os comportamentos socialmente adequados dos filhos, e são divididas em práticas positivas e negativas. As práticas mais utilizadas pelos pais influenciam no desenvolvimento socioemocional dos filhos. Além disso, parte dos comportamentos dos filhos são aprendidos com seus pais, seja através da modelagem, da modelação ou do uso de regras. O que implica dizer que os filhos podem utilizar as mesmas práticas educativas que seus pais no exercício de sua parentalidade. Dessa forma, o presente estudo objetivou investigar se as práticas educativas parentais são transmitidas entre gerações e quais dessas práticas aprendidas os filhos utilizam no exercício de sua parentalidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicou-se o RE-HSE-P com 10 pares de homens (pais e filhos) que exercem a parentalidade e residem no estado do Ceará. Os resultados obtidos foram analisados estatisticamente através do *software* SPSS versão 20.0 e lexicograficamente pelo *software* IRaMuTeQ. Constatou-se que as práticas positivas foram as mais transmitidas entre as gerações participantes, ressaltando a monitoria positiva e o comportamento moral. Os pais da Geração 1 demonstraram fazer mais uso das práticas negativas do que os pais da Geração 2. Assim, este estudo contribui para o surgimento de novas perspectivas quanto à transmissão das práticas educativas parentais.

Palavras-chave

Famílias; práticas educativas parentais; transmissões entre gerações.

Abstract

Rosa, Jéssica Moraes; Pessôa, Luciana Fontes (Advisor). **From father to son: learning parenting practices between generations of men.** Rio de Janeiro, 2021. 135p. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The family remains the main responsible for the transmission of social rules and, therefore, for the insertion of its members in society. The relationships established between parents and children are represented by parenting educational practices, which consist of the set of strategies used by them, aiming to guide the socially appropriate behaviors of the children, and are divided into positive and negative practices. The practices most used by parents influence the socio-emotional development of their children. In addition, part of the children's behaviors is learned from their parents, either through modeling, modeling or using rules. This implies that children can use the same parenting practices as their parents in the exercise of their parenting. Thus, the present study aimed to investigate whether parenting educational practices are transmitted between generations and which of these learned practices children use in the exercise of parenting. Through semi-structured interviews and the application of the RE-HSE-P with 10 pairs of men (parents and children) who exercise parenting and live in the state of Ceará. The results obtained were analyzed statistically using the SPSS software version 20.0 and lexicographically by the IRaMuTeQ software. It was found that positive practices are the most transmitted among the participating generations, emphasizing positive monitoring and moral behavior. Generation 1 parents demonstrated to make more use of negative practices than generation 2 parents. Thus, this study contributes to the emergence of new perspectives regarding the transmission of parental educational practices.

Keywords

Families; parenting educational practices; transmissions between generations.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DA TESE	15
1.1. Introdução	15
1.2. Justificativa e Objetivos	16
1.3. Estrutura da Tese	18
2. FAMÍLIA	21
2.1. A história da família	21
2.2. A família para a Análise do Comportamento	28
2.3. Relação pais e filhos	31
2.4. Cultura e família: contingências, metacontingências e macrocontingências	34
3. AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS	41
3.1. Estilos parentais e práticas educativas	41
3.2. As práticas educativas parentais negativas e positivas	45
4. APRENDIZAGEM E TRANSMISSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	48
4.1. Aprendizagem por modelação, modelagem e regras	48
4.2. Transmissão entre gerações	51
4.3. Revisão de Literatura	52
4.3.1. Resultados e discussão da revisão de literatura	54
4.3.2. Considerações finais da revisão de literatura	64
5. MÉTODO	67
5.1. Delineamento	67
5.2. Instrumentos	69
5.3. Procedimentos	72
5.4. Análise dos dados	73
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
6.1. Análise Estatística	78
6.1.1. Resultados	78
6.2.2. Discussão	83
6.2. Análise Lexicográfica - IRaMuTeq	87
6.2.1. Classe 1 – Experiências vividas na relação pais/filhos	91
6.2.2. Classe 2 – Estabelecimento de princípios, valores morais e comportamentos	93
6.2.3. Classe 3 – Relações parentais e aspectos da educação	97
6.2.4. Análise de Similitude e Nuvem de Palavras	108
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
9. APÊNDICES	129

Lista de Figuras

Figura 1. Estrutura da tese	10
Figura 2. Exemplo de metacontingência na família, cujo produto agregado é o jantar	37
Figura 3. Modelo de metacontingência familiar baseado em Naves (2008)	38
Figura 4. Resultado apresentado pelo IRaMuteq do dendrograma por classes (1, 2 e 3)	88
Figura 5. Resultado apresentado pelo IRaMuteq do dendrograma por classes e palavras	89
Figura 6. Resultado apresentado pelo IRaMuteq do dendrograma nuvem de palavras por classe	90
Figura 7. Classificação Hierárquica Descendente	91
Figura 8. Análise Fatorial por Correspondência por palavras nas classes	102
Figura 9. Gráfico similitude palavra “Casa”	109
Figura 10. Gráfico similitude palavra “Papai”.	110
Figura 11. Gráfico similitude palavra “Estudar”.	111
Figura 12. Gráfico similitude palavra “Família”	112
Figura 13. Gráfico similitude palavra “Muito”.	113
Figura 14. Nuvem de palavras.	114

Lista de Tabelas

Tabela 1. Amostra das famílias no Ceará, Censo IBGE (2010)	26
Tabela 2. Identificação dos artigos recuperados segundo o título, autores, ano, periódicos publicados e tipo de estudo.	55
Tabela 3. Descrição dos instrumentos utilizados em cada artigo, enfatizando o objetivo do uso	60
Tabela 4. Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa, dividido em Geração 1 e Geração 2	68
Tabela 5. Correlações de Spearman entre os fatores do RE-HSE-P e os dados sociodemográfico dos participantes	78
Tabela 6. Variáveis preditoras de HSEP.	81
Tabela 7. Variáveis preditoras de CONT	81
Tabela 8. Equivalência entre problemas de comportamento e as gerações 1 e 2	82

Começava sempre as frases por dizer: sabes, meu filho.
Era o que mais queria dizer. Queria dizer meu filho, como
se a partir da pronúncia de tais palavras pudesse criar
alguém

Valter Hugo Mãe, *O filho de mil homens*.

1. APRESENTAÇÃO DA TESE

1.1. Introdução

Ainda que diante das inúmeras transformações sociais e culturais que impactam diretamente sua dinâmica e a forma de se relacionar de seus membros (Marin, Martins, Freitas, Lopes & Piccinini, 2013; Poster, 1978; Wagner, Tronco & Armani, 2011), a família permanece como o primeiro meio social do qual o indivíduo faz parte, sendo a principal responsável pela promoção da educação infantil (Gomide, 2014; Marin et al. 2013).

Assim, os pais são os agentes de socialização dos filhos, responsáveis por orientá-los ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade através do uso de estratégias e técnicas denominadas práticas educativas parentais (Marin et al., 2013; Silveira, 2011). Estas podem ser divididas em práticas educativas positivas e práticas educativas negativas (Sampaio & Gomide, 2006). As positivas buscam a promoção dos comportamentos socialmente habilitados dos filhos. As negativas, ao contrário, podem propiciar o surgimento de problemas de comportamento nas crianças e adolescentes (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2010; Leme, Del Prette & Coimbra, 2013). A qualidade das práticas educativas parentais, portanto, influencia diretamente no desenvolvimento socioemocional dos filhos.

Além disso, uma significativa parte dos comportamentos parentais é aprendida com outros membros do seu grupo social, destacando-se a relação com seus genitores (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016; Madden et al., 2015). O que indica que as práticas educativas utilizadas pelos pais não apenas impactam no desenvolvimento socioemocional dos filhos, mas também nas práticas educativas

que estes utilizarão no exercício de sua parentalidade. Estudos apontam que há uma maior continuidade na transmissão de práticas negativas, como comportamentos agressivos, entre as gerações.

As pesquisas que visam investigar a relação entre as práticas educativas parentais e o desenvolvimento dos filhos, e as que exploram a temática das transmissões dessas práticas entre as gerações, mostram-se de grande interesse para os estudiosos e têm ganho cada vez mais relevância na área da psicologia (Macarini, Martins, Minetto & Vieira, 2010; Marin et al., 2013). Entretanto, Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010) destacam que são poucos os estudos que focam nos comportamentos paternos ou, ainda, na relação entre eles e seus filhos. Marin et al. (2013) apontam, também, que é restrito o conhecimento a respeito das transmissões dessas práticas e como estas são estabelecidas.

1.2. Justificativa e objetivos

A presente tese objetivou, em linhas gerais, investigar se as práticas educativas parentais são transmitidas entre gerações e quais dessas práticas aprendidas os filhos utilizam no exercício de sua parentalidade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicou-se o Roteiro de Entrevistas de Habilidades Sociais Educativas Parentais (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016) com 10 pares de homens (pais e filhos) que exercem a parentalidade e residem no estado do Ceará. Os resultados obtidos foram analisados estatisticamente através do *software* SPSS versão 20.0 e lexicograficamente pelo *software* IRaMuTeQ.

Estima-se que parte do repertório comportamental associado ao exercício da parentalidade é aprendido com outros membros do seu grupo social, destacando os pais/cuidadores (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016; Madden et al., 2015).

Assim, compreende-se que as práticas educativas apresentadas pelos pais impactam nas práticas que serão utilizadas pelos filhos no exercício de sua parentalidade. De acordo com uma pesquisa realizada por Madden et al. (2015), cerca de 35% a 45% dos comportamentos parentais são transmitidos para a próxima geração. Dessa forma, compreende-se que há uma maior expectativa de que os filhos utilizem comportamentos similares aos utilizados por seus pais, destacando aqueles que compõem as práticas educativas parentais.

Além disso, alguns estudos apontam que as práticas educativas que mais são utilizadas pelos pais são as negativas, portanto, estas tenderão a ser as mais praticadas pelos filhos em sua parentalidade (Sampaio & Gomide, 2006; Marin et al., 2013). Cabe ressaltar que as práticas negativas tendem a eliciar problemas de comportamento e ajustamento social nos filhos e estão relacionadas a comportamentos coercivos como conversar com tom de voz agressivo, bater, expressar sentimentos negativos e opiniões de maneira impositiva e não responder às necessidades das crianças (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2010).

De acordo com Marin et al. (2013), apesar de existirem evidências que apontam para a continuidade intergeracional quanto à parentalidade, ainda é restrito o conhecimento sobre as transmissões e como estas se estabelecem. Considerando o impacto dos comportamentos parentais na transmissão dos padrões comportamentais a seus filhos (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016), destacando as práticas educativas, é de fundamental importância investigar a replicação dessas práticas nas gerações subsequentes.

Objetivos específicos

Diante do objetivo geral e da justificativa, expostos acima, para a investigação da presente temática, optou-se pelos seguintes objetivos específicos:

- 1) investigar quais práticas parentais são mais utilizadas em cada geração;
- 2) Analisar a correlação das características sociodemográficas dos participantes no uso das práticas educativas parentais;
- 3) investigar se as práticas utilizadas pelos filhos se assemelham às dos pais;
- 4) avaliar, dentre as práticas educativas positivas e negativas, quais as que apresentam maior probabilidade de serem aprendidas e praticadas pelos filhos no desenvolvimento de sua parentalidade;
- 5) investigar, no discurso dos participantes de cada geração, quais palavras destacam-se quanto à frequência em relação às práticas educativas parentais;
- 6) analisar se há diferenças entre as percepções dos filhos sobre as práticas educativas de seus pais e dos pais sobre si mesmo.

1.3. Estrutura da Tese

O presente estudo foi dividido em capítulos. Inicialmente, buscou-se apresentar as concepções teóricas através de um levantamento bibliográfico sobre o tema. Dessa forma, os capítulos 2, 3 e 4 contextualizam a temática.

No capítulo 2, denominado “Família”, explora as mudanças na estrutura e concepção de família; como a análise do comportamento compreende e descreve a família; foca nas relações parentais e que fatores as perpassam; e finaliza discutindo a relação entre a cultura e a família a partir da perspectiva das contingências, metacontingências e macrocontingências.

O capítulo 3 foca nas práticas educativas parentais, passeia historicamente pela concepção dessa terminologia, diferenciando-a de outras, como estilos parentais, e apresenta a distinção entre as práticas positivas e as negativas, além de suas contribuições ao desenvolvimento socioemocional dos filhos.

Por fim, o capítulo 4 apresenta a aprendizagem e a transmissão das práticas educativas parentais entre as gerações. Inicialmente, ele distingue os tipos de aprendizagem, seja por modelação, modelagem ou pelo uso das regras. Após isso, foca nas transmissões dessas práticas e encerra apresentando uma revisão da literatura brasileira sobre a transmissão das práticas educativas parentais.

O capítulo 5 consiste na descrição metodológica da presente tese, subdividindo-se em delineamento da pesquisa, descrevendo os participantes; nos instrumentos utilizados; nos procedimentos adotados para a coleta dos dados; e, por fim, na análise destes. Este capítulo também enfoca os cuidados éticos tomados, priorizando a preservação da identidade dos participantes.

O capítulo seguinte, o sexto, apresenta os resultados e a discussão da presente tese. Optou-se por apresentá-los juntos por acreditar que, dessa forma, gera-se uma maior fluidez e compreensão do texto. Este apresentou subtópicos para a análise dos resultados, sendo eles: (1) análise estatística, pautada nos dados coletados pelo RE-HSE-P (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016) e analisados pelo *software* SPSS versão 20.0; e a (2) análise lexicográfica do discurso dos participantes, gerada por meio de uma entrevista semiestruturada e analisada pelo *software* IRaMuTeQ. Esta última gerou três classes de análises.

No capítulo 7, localizam-se as considerações finais do presente estudo, apresentando a conclusões e contribuições do trabalho para a temática central. Por

fim, apresentam-se as referências bibliográficas que balizaram a construção da pesquisa. E os apêndices e anexos utilizados para a coleta dos dados.

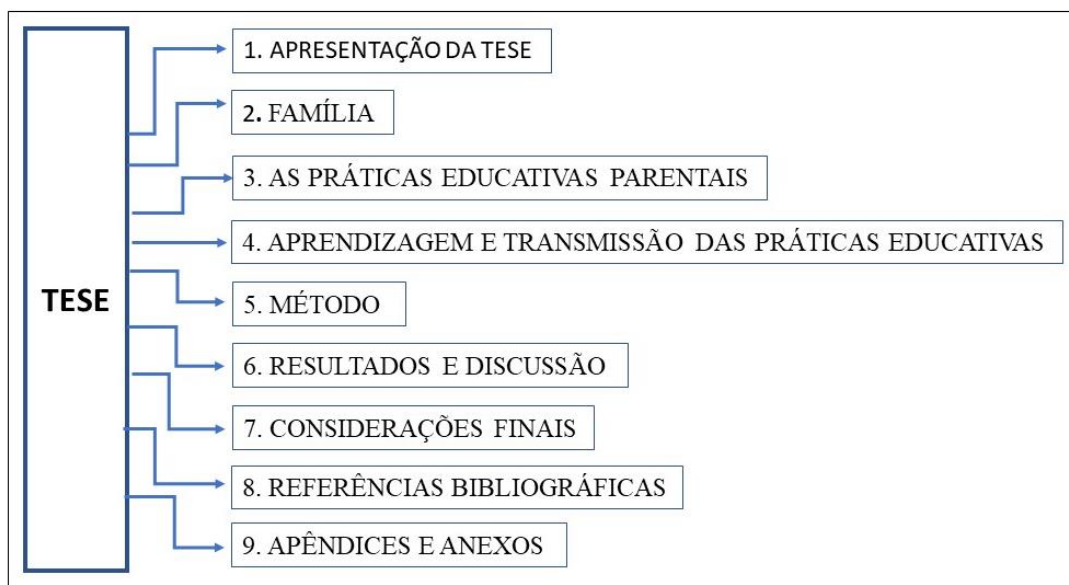


Figura 1. Estrutura da Tese

2. FAMÍLIA

2.1. A história da família

A família pode ser considerada uma das instituições mais antigas do mundo, junto à igreja e ao Estado (Glenn, 1985). Entretanto, a definição, assim como a compreensão de família, modificou-se, ao longo do tempo, em prol das mudanças sociais (Poster, 1978; Wagner, Tronco & Armani, 2011). Sua dinâmica e as formas de relacionamento entre os membros desta também sofreram transformações.

Nos primórdios da humanidade, não havia uma cisão entre o meio social e a família. O público não se distinguia do privado e, assim, o grupo relacionava-se de forma solidária e partilhada. As famílias possuíam uma estrutura protofamiliar, cuja figura central era a mãe, mais valorizada socialmente por sua capacidade de gerar vida (Lyra et. al., 2010). Segundo Muraro e Boff (2002), há cerca de 30 mil anos, as mulheres eram as principais produtoras de cultura, pois tratava-se de uma época em que estas detinham a hegemonia política, organizando a sociedade e valorizando a harmonia.

As mudanças ambientais fomentaram a necessidade de caçar e lutar em defesa de territórios e alimentos. A força física tornou-se fundamental para a sobrevivência, consagrando a hegemonia masculina. Com o surgimento das cidades, do comércio e das propriedades, o poder masculino, representado pela força, ganhou ênfase ao garantir posses (Lyra et al., 2010).

Com a descoberta da função reprodutiva do homem e, portanto, da paternidade, pelos membros das sociedades, estas, que eram matrilineares, tornaram-se patrilineares (Lyra et al., 2010). Por volta de 2000 a.C., data-se o surgimento do patriarcalismo, que possui como base o machismo e a ditadura

cultural do masculinismo. Tem-se, então, a mulher dominada pelo homem e, portanto, uma estrutura de dominação e hierarquização de relações de gênero e de poder (Muraro & Boff, 2002). Os homens passaram a controlar as mulheres, inclusive no tocante à sua sexualidade. Surge, assim, a “família monogâmica e patriarcal como meio de assegurar a transmissão da herança a filhos de paternidade incontestável” (Lyra et al., 2010, p. 81).

A necessidade de novas forças de trabalho para garantir a sobrevivência da família estimulou não apenas a procriação, mas também o aumento dos cuidados com os filhos, que tendiam a morrer com facilidade em decorrência de pragas e pestes (Ariès, 1976). A diminuição da mortalidade infantil garantiu à criança um lugar dentro da estrutura familiar, cabendo à mulher assegurar o cuidado e criação desta. Aos homens cabia o espaço público, garantindo o sustento e a segurança da família (Lyra et al., 2010).

Poster (1978), em seu livro *Teoria Crítica da Família*, divide historicamente as famílias em quatro principais grupos: a família burguesa, datada do Séc. XIX; a família aristocrática dos Sécs. XVI e XVII; a família camponesa pertencente ao Séc. XVI e Séc. XVII; e, por fim, a classe trabalhadora, existente no período da Revolução Industrial. Cada uma destas com características próprias, suficientemente fortes para defini-las, e que nos permitem compreender as mudanças evolutivas familiares que antecederam as atuais.

À família aristocrática é atribuído o pouco valor dado à privacidade, bem como à domesticidade, amor romântico e relação íntima com as crianças. A essas não eram direcionados zelos, portanto, não se preocupavam com cuidados maternos (Poster, 1978).

As famílias camponesas tinham por unidade básica a aldeia. Entre seus membros, eram compartilhadas as relações conjugais, bem como as relações entre pais e filhos, não existindo a privacidade (Poster, 1978).

Quanto à classe trabalhadora, famílias da fase inicial da industrialização viviam em condições extremamente precárias. Para garantir a sobrevivência, todos os membros da família (pais e filhos) deveriam trabalhar, cabendo às mulheres não apenas cuidar das questões domésticas, mas também exercer atividades laborais nas fábricas (Poster, 1978).

A família burguesa, ou família nuclear burguesa, apresenta-se como o modelo tradicional de família nas sociedades patriarcais, sendo essa dominante na sociedade capitalista. Tratava-se de uma estrutura familiar privada e autônoma, separada da sociedade, em que o lar é um espaço de lazer, na qual os pais exercem uma relação de poder em relação aos filhos. O marido é a figura de maior autoridade da casa, e a mãe é aquela que exerce um papel de cuidadora dos filhos e do lar (Poster, 1978).

Dessen (2010) discute as modificações na estrutura familiar brasileira. Segundo a autora, durante as décadas de 1920 a 1940, as famílias nucleares caracterizavam-se pela presença de muitos filhos e pela hierarquização presente na relação de seus membros, garantindo uma divisão clara de tarefas em função do gênero.

Em 1950, houve uma diminuição no número de descendentes, uma média de 3 a 4 filhos. As famílias dessa década prezavam o espaço privado e o individualismo e caracterizavam-se por possuir em seu arranjo as figuras da mãe e filhos obedientes ao pai. As mulheres, ainda que possuíssem como papel a maternidade, o cuidado da casa e a educação dos filhos, passaram a atuar no plano

social através de movimentos feministas. Durante esse período, as mães começaram a trabalhar fora do lar, exercendo atividades voltadas para o cuidado e educação de terceiros (Dessen, 2010).

Ainda de acordo com Dessen (2010), o final dos anos 1960, juntamente aos anos 1970 e 1980, foram marcados por relações mais igualitárias entre marido e mulher e entre eles e seus filhos. Houve uma redução na quantidade de filhos em decorrência, principalmente, do surgimento e difusão das pílulas anticoncepcionais, do papel ativo da mulher no mercado de trabalho e da regulamentação do divórcio. As mulheres conquistaram espaço no contexto social, político e econômico. Além disso, os movimentos sociais em prol das minorias (mulheres, homossexuais, negros etc.) inauguraram transformações na vida social e privada. Na década de 1980, essas mudanças sociais deram início à *crise da autoridade* na família.

Segundo Dessen (2010), com o aumento nos índices de divórcio, nos anos de 1990, novas configurações familiares foram surgindo e se organizando na ausência de um dos pais, gerando, algumas vezes, novos arranjos, como os recasamentos.

No Brasil, o código civil de 2002 reconhece, no Art. 1.723; Título III, “como entidade familiar a união estável entre um homem e uma mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.” O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) a define como o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa”. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a família deve ser compreendida como uma comunidade formada por pais ou um deles e filhos, que podem ser descendentes biológicos ou, ainda, adotivos.

Dessen (2010) ressalta que a família deve ser compreendida a partir dos múltiplos fatores e eventos internos e externos que a influenciam e garantem mudanças em função dos contextos culturais, sociais e históricos nos quais ela se encontra inserida. Portanto, trata-se de um sistema complexo, constituído por construções sociais e reconhecido pelo Estado (Santos, Scorsolini-Comin & Santos, 2013). Hoje, temos como exemplo de novas configurações familiares as famílias monoparentais, pluriparentais, homoafetivas, reconstruídas ou recasadas, entre outras (Dessen, 2010; Uziel, 2007).

De acordo com Naves e Vasconcelos (2013), quanto à família brasileira, coexistem dois modelos decorrentes das modificações em relação aos valores e constituições destas, o tradicional e o contemporâneo. No primeiro, seus membros organizam-se diante de uma posição hierárquica, sendo a posição de poder sobre os outros membros ocupada pelo pai. Já no segundo modelo, tanto o pai quanto a mãe ocupam posições iguais em termos de direitos e deveres, e todos os membros, incluindo os filhos, são essenciais para o desenvolvimento da família.

De acordo com o Censo demográfico do IBGE (2010), no Brasil, a família monoparental feminina (mulher sem cônjuge com filho) destaca-se como modelo mais comum, seguido por casal com filhos, estando em último lugar casais sem filhos. No Ceará, esses dados se repetem, ou seja, o maior tipo de composição familiar é a monoparental feminina. Além disso, a maioria das famílias apresenta três membros, como apontado na Tabela 1, na página seguinte.

Tabela 1. Amostra das famílias no Ceará, Censo IBGE (2010)

Amostra famílias no Ceará			
	Brasil	Ceará	Fortaleza
Classe de rendimento nominal mensal de familiar per capita			
Sem rendimento	21,8%	25,2%	20,3%
Até ¼ de salário mínimo	13,8%	22,7%	11,3%
Mais de ¼ a ½ salário mínimo	20,9%	24,9%	26,4%
Mais de ½ salário mínimo a 1 salário mínimo	24,1%	17,9%	24,7%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	13,7%	6,7%	11,8%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	3,2%	1,5%	2,8%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1,7%	0,8%	1,6%
Mais de 5 salários mínimos	0,9%	0,5%	1,1%
Tipo de composição			
Casal com filhos	23,9%	21,7%	22,5%
Casal sem filhos	22,6%	22,2%	22,0%
Mulher sem cônjuge com filhos	53,5%	56,1%	55,6%
Número de componentes			
2 pessoas	30,8%	27,6%	29,7%
3 pessoas	30,4%	29,6%	30,6%
4 pessoas	22,8%	22,7%	22,9%
5 pessoas	10,0%	11,8%	10,9%
Mais de 5 pessoas	5,9%	8,3%	5,9%

Fonte: Dados retirados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010)

A concepção de criança, seu espaço dentro da família e os cuidados necessários para sua criação e desenvolvimento também sofreram mudanças (Marin et. al., 2013). Em 1990, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi criado, por meio da Lei 8.069/1990, para atestar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, garantindo-os acesso à cidadania e proteção. Em 2014, a Lei 13.010/2014, denominada Lei do Menino Bernardo ou Lei da Palmada, foi criada para garantir o direito a

crianças e adolescentes de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas

socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

A criação dessa lei demandou aos cuidadores a necessidade de repensar as práticas educativas e de cuidado na criação de seus filhos.

A principal mudança percebida entre as configurações familiares da atualidade e as famílias que as precederam é a nuclearização da família. Houve uma transição da família extensa para a nuclear. Ou seja, ainda nas famílias atuais há uma nuclearidade, porém a figura central, em muitas dessas famílias, não é mais representada pela figura do pai e sim pela mãe. Além disso, houve um aumento na idade do casamento, explicado, sobretudo, pelo maior tempo direcionado à conclusão dos estudos e pelo custo financeiro direcionado à criação de uma família. Outras características apontadas pelos autores são: aumento nas taxas de divórcio e a diminuição no número de filhos (Castro et al., 2012). De acordo com os dados do IBGE, em 2016, o Brasil registrou 1.095.535 casamentos, 267.268 separações e 77.258 divórcios. No Ceará, foram registrados 44.128 casamentos, 12.068 separações e 3.121 divórcios.

Em linhas gerais, a família é composta por um grupo de pessoas que se relacionam, seja por laços afetivos ou de consanguinidade, e que desenvolvem padrões de interação, justificados por uma história de convivência (Minuchin, Lee & Simon, 2008). De acordo com Skinner (2003), a família é uma agência de controle educacional, que garante, também, a transmissão e consequenciação de regras sociais.

2.2. A família para a Análise do Comportamento

Para se investigar o comportamento humano e as relações entre os indivíduos, faz-se necessário investigar três eixos de análise: o primeiro considerando o indivíduo isolado em seu ambiente; o segundo considerando-o inserido no ambiente familiar; e o terceiro tendo-o inserido em um amplo contexto social (Naves, 2008).

Independentemente da configuração familiar, a família é o primeiro meio social em que o indivíduo participa. Uma de suas funções fundamentais é o processo de socialização, no qual se adquirem comportamentos, habilidades e valores morais condizentes com a sociedade em que se encontram inseridos. Assim, a família é a principal responsável pela promoção da educação infantil (Gomide, 2014; Marin et al. 2013) e da introdução às práticas culturais (Naves & Vasconcelos, 2013). De acordo com Naves e Vasconcelos (2008), a família deve ser compreendida como um grupo social de proporções menores que, por estabelecer entre seus membros regras e limites, prepara-os para a convivência na comunidade social mais ampla.

Segundo Sampaio e Andery (2010), uma parte significativa do comportamento humano é determinado pela interação social com seu meio. Dessa forma, os pais são os agentes de socialização dos filhos. Através da utilização de estratégias e técnicas, denominadas práticas educativas parentais, tentarão orientá-los ao desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade (Marin et al., 2013; Silveira, 2011).

Apesar de reconhecida a importância da família no aprendizado de comportamentos socialmente adequados, cabe ressaltar que, para a análise do comportamento, é fundamental considerar as diversas variáveis que compõem o ambiente do indivíduo. A família, ainda que uma unidade de interação entre seus

membros, é perpassada por um amplo contexto social que contempla aspectos políticos, econômicos, educativos, midiáticos, religiosos, dentre outros. Portanto, ao investigar a família, faz-se necessário não apenas levar em consideração os aspectos externos a ela, mas, também, a própria história da família, ponderando as relações estabelecidas por seus membros que são, em ampla instância, perpassadas pelos comportamentos dos indivíduos, selecionados pelo ambiente (Naves & Vasconcelos, 2013).

Skinner (2003) afirmou que o comportamento humano é, em sua maioria, operante, ou seja, é definido por uma classe de respostas cuja probabilidade de ocorrência é função de suas consequências. Assim, para explicar o comportamento humano, Skinner (200) propôs um modelo de causalidade seletiva, no qual o homem opera no ambiente e as consequências produzidas pelo seu comportamento atuam sobre ele, alterando a probabilidade desse comportamento ocorrer no futuro. O ambiente, portanto, exerce o papel fundamental de seletor dos padrões comportamentais e é definido, exatamente, como tudo aquilo que afeta o organismo, seja ele externo ou interno (Chiesa, 2006).

Este modelo, denominado de modelo de seleção pelas consequências, permite a inclusão de eventos comportamentais nos níveis (1) filogenético (história da espécie), que implica nas características dos indivíduos, como espécie comum, associadas, por exemplo, às variações genéticas; (2) ontogenético (história de vida do sujeito), ou seja, contempla as relações que o sujeito estabeleceu com seu ambiente desde o seu nascimento; e (3) cultural (história das práticas culturais), que perpassa contingências especiais mantidas pelo grupo social. No entanto, essa classificação não remete a uma separação estrita entre os três processos, uma vez que eles se interrelacionam continuamente, o que condiz com a complexidade do

comportamento humano (Dittrich, 2004; Naves & Vasconcelos, 2013; Skinner, 2003).

De acordo com Champlim (2002), a família pode ser compreendida como uma instituição ou sistema social, cujos indivíduos, membros dela, perpetuam seus valores, garantindo o bem-estar e a sobrevivência desse grupo. Segundo Naves e Vasconcelos (2013), a família define-se como um sistema de múltiplos agentes, no qual estes, como autônomos, comportam-se de maneira interligada e complexa, produzindo um produto final que, caso comportassem-se individualmente, não seriam capazes de gerar.

Skinner (2003), ao contemplar o controle exercido pelos grupos sobre seus membros, considera as agências de controle, que, por serem mais bem organizadas, tendem a operar sobre os indivíduos com maior sucesso, pois “manipulam conjuntos particulares de variáveis” (Skinner, 2003, p. 363). Assim, diante dessa perspectiva, as famílias classificam-se como agências de controle que, segundo Glenn (1986), apresentam duas funções essenciais: 1) prover, a seus membros, “segurança econômica e interpessoal” (Glenn, 1986, p. 5); e 2) treinar, aqueles inseridos nela, “a aceitar o poder arbitrário e cerimonial da autoridade” (Glenn, 1986, p. 5). A família, como agência de controle, faz uso das contingências cerimoniais para garantir o controle sobre seus membros. Ainda segundo Glenn (1986), o controle cerimonial consiste no poder do *status*, da posição ou da autoridade do agente controlador sob a emissão de comportamentos que são mantidos por reforçadores sociais. Assim, os pais exercem a função de agentes controladores e preparam seus filhos para serem inseridos em outras agências, uma vez que os treinam a aceitar a autoridade presentes nessas outras.

Cabe ressaltar que, de acordo com Sidman (2003), o controle demonstra-se, salvo ressalvas, essencial para a vida cotidiana, uma vez que, através dele, define-se o que é certo e o que é errado, sendo imprescindível para o funcionamento da vida social. Assim, parece fundamental que os cuidadores, dentro das famílias, exerçam controle sob seus filhos. Entretanto, o mesmo autor aponta os prejuízos ocasionados pelo controle coercitivo, que, por fazer uso de reforço negativo, punição positiva ou punição negativa, utiliza-se da aversividade, produz efeitos colaterais nos indivíduos que sofrem esse tipo de controle e nos agentes controladores (Sidman, 2003).

A família é uma agência de controle que é influenciada por outras agências de controle, como a religião, o governo, a educação, entre outras. Dessa forma, compreende-se o papel fundamental da cultura sobre a família e, portanto, na criação dos filhos (Landim, 2018; Skinner, 2003).

2.3. Relação pais e filhos

Diante das mudanças apresentadas nas configurações familiares, alguns aspectos parecem manter-se estáveis: a família permanece, independente da configuração que apresenta, como “unidade social básica de convivência, relacionamento afetivo, reprodução e cuidado dos filhos; e a atribuição de forma praticamente exclusiva à mulher da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos” (Castro et al., 2012, p. 13).

Torres (2004) acredita que, ainda que as mulheres estejam aptas a realizar funções que eram socialmente relacionadas aos homens, ao inserirem-se no mercado de trabalho, os homens, em sua maioria, encontram-se atrasados no que diz respeito às habilidades e desempenho de tarefas tradicionalmente femininas. Em

relação ao cuidado, esses cumprem esta função de forma complementar ou auxiliar à mãe. De acordo com Bueno e Vieira (2014), o envolvimento paterno na criação dos filhos está ocorrendo em uma escala menor do que se esperava, pois as mães continuam sendo a principal responsável pelo cuidado das crianças e realização das atividades domésticas.

A partir da década de 1970, com a publicação do livro “O papel do pai no desenvolvimento infantil”, de Michael R. Lamb, reconheceu-se a importância do pai no desenvolvimento da criança, não apenas como modelo de gênero para o filho e provedor da família (Bueno & Vieira, 2014). O objetivo do autor, ao publicar o livro, era demonstrar não apenas sua importância no desenvolvimento infantil, mas apontar sua relevância na vida das crianças, além de afetá-las de forma positiva ou negativa (Prado & Vieira, 2003).

As relações entre pais e seus filhos dependem de alguns fatores, como: características individuais, presentes nesses sujeitos e em sua prole, orientadas por fatores biológicos, filogeneticamente estabelecidos; além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura, que moldam o comportamento parental (Manfroi, Macarini & Vieira, 2011). O envolvimento paterno, segundo Lamb, Pleck, Charnov e Levine (1985), possui três dimensões: a interação presente no contato direto entre o pai e o filho; a acessibilidade que se refere à disponibilidade desse pai; e a responsabilidade ao garantir cuidado e recursos necessários ao bem-estar do filho.

De acordo com Leme, Bolsoni-Silva e Carrara (2009), os comportamentos presentes na relação entre pai e filhos são multideterminados, pois estão relacionados a fatores socioeconômicos, à estrutura familiar, ao relacionamento conjugal dos pais, ao gênero parental e ao temperamento infantil. Assim, para se

compreender as relações estabelecidas entre a díade pai-filho, faz-se necessário avaliar mais de um operante, classes de respostas e de estímulos.

Sabe-se que, independentemente das variáveis associadas aos comportamentos parentais, pais mais contingentes e afetuosos ao responder aos sinais apresentados por seus filhos estimulam o desenvolvimento socioemocional e cognitivo superior nestes. Por outro lado, pais não responsivos consequenciam o comportamento de seus filhos com estimulação aversiva (e.g., dar palmada, uso de ameaças), podendo impactar no desenvolvimento destes (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016). De acordo com Leme, Del Prette e Coimbra (2013), independente da configuração familiar, são comportamentos como a expressão de afeto, o suporte dos pais em atividades acadêmicas ou a consistência nas práticas disciplinares que se associam ao desenvolvimento positivo das habilidades sociais, da autoestima, autoeficácia, desempenho acadêmico, dentre outros, nos filhos.

A qualidade das interações garante a atenção necessária à criança, assim como os modelos e a modelagem de habilidades sociais, reduzindo a probabilidade da emissão de comportamentos tidos como problemáticos (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016).

Possivelmente, as crianças sem problemas de comportamento obedecem com mais frequência, porque os pais são mais contingentes ao estabelecer limites, mais afetivos e interagem com elas em diferentes momentos, incluindo contextos que requerem estabelecimento de regras e contextos positivamente reforçadores (Alvarenga, Weber, & Bolsoni-Silva, 2016, p. 13).

Dessa forma, ressalta-se a importância de analisar as contingências operantes presentes nas interações entre pais e filhos, as variáveis filogenéticas e os

determinantes das práticas culturais (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016) para se investigar a relação pai-filho.

2.4. Cultura e família: contingências, metacontingências e macrocontingências.

Para estudar a família e seus membros, é necessário, inicialmente, considerar o contexto social e histórico em que esse grupo está inserido (Naves & Vasconcelos, 2008), portanto, deve-se levar em consideração a cultura e as práticas culturais que perpassam as constituições familiares e que influenciarão na própria definição do que é família. De acordo com Naves (2008), as práticas culturais envolvem o comportamento consistente e, portanto, contínuo, de muitos indivíduos ao longo do tempo. Dessa forma, as práticas se perpetuam mesmo com a substituição dos membros do grupo.

Diante desses contextos, faz-se necessário, também, compreender e discutir as questões referentes a gênero e aos papéis sociais estabelecidos aos homens e mulheres que interferem na expectativa social quanto a ser pai e ser mãe. De acordo com Nicolodi e Arantes (2019), a discussão sobre gênero em análise do comportamento contempla a hipótese de um reforçamento diferencial das respostas, a depender de quem a emite (homem ou mulher). Ou seja, homens e mulheres podem emitir o mesmo comportamento, mas as contingências sociais para ambos são diferenciadas. Assim, aquele determinado comportamento será reforçado quando a mulher o emite e punido quando o homem o emite e vice-versa. Diante dessa distinta construção social de gêneros, homens e mulheres aprendem o que podem ou não fazer (e. g. papel materno e paterno, mãe que cuida da casa e dos

filhos e marido que precisa garantir a segurança financeira da família através do trabalho).

Diante dessa discussão, faz-se importante trazer o patriarcado como desigualdade de poder e privilégios entre homens e mulheres (Nicolodi & Arantes, 2019). Ainda que não seja objetivo da presente tese discutir esses conceitos, parece fundamental adentrar, ainda que brevemente, essa temática, uma vez que este influencia, também, na criação dos filhos. Ainda segundo as autoras supracitadas, ao investigar etimologicamente a palavra patriarcado, encontra-se sua origem na Grécia. Assim, *pater* representa pai enquanto *arkher* significa origem e comando. Dessa forma, o termo refere-se à autoridade do pai. Cabe ressaltar que o patriarcado não atua somente no privado familiar, mas também na esfera social como prática cultural (Nicolodi & Arantes, 2019).

Segundo Skinner (2003), o comportamento social é definido como “o comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum” (p. 285). A análise desse comportamento não se diferencia da análise de qualquer outro comportamento, submetendo-se às mesmas leis e princípios. Portanto, deve ser investigado através da análise da tríplice contingência – que contempla antecedente, comportamento e consequência (Naves & Vasconcelos, 2008). Contingência, de acordo com Todorov (2012), são enunciados do tipo “se..., então...”, descrevendo as relações entre os eventos (e.g. se você estuda, então tira nota boa).

Entretanto, ao investigar as interações familiares, deixa-se de focar no comportamento do indivíduo em interação com o outro. Assim, passa-se a investigar a replicação do repertório de um membro da família, que apresenta suas relações comportamentais, em um outro membro que compartilha o mesmo sistema

sociocultural, possibilitando que esse repertório seja transmitido entre gerações (Naves & Vasconcelos, 2008). De acordo com Todorov, Vasconcelos, Henriques, Andrade, Severo e Costa (2020), quando os membros de uma sociedade agem de forma independente, eles podem produzir consequências no ambiente que seriam mais do que a simples soma das consequências próprias de cada um desses comportamentos por produzirem efeitos para todo o grupo social (e.g. pessoas passam a realizar coleta seletiva de lixo recicláveis, a principal consequência gerada beneficia todo o grupo social).

Assim para se definir práticas culturais, faz-se necessário o entrelaçamento das contingências comportamentais, gerando um produto agregado. Surge, assim, as metacontingências, que são uma unidade de análise que busca descrever as relações funcionais que estão presentes entre uma classe de operantes, gerando uma consequência comum de longo prazo (Glenn, 1986). A autora supracitada sinaliza que, sem a mediação de contingências sociais, parece improvável a ocorrência dos operantes, o que sinaliza a importância das relações sociais.

De acordo com Naves e Vasconcelos (2008), dentro da família, o pai, ao emitir um comportamento, pode ser contexto para a apresentação de um comportamento da mãe, que, assim, pode reforçar um comportamento emitido pelo filho. A Figura 2 apresenta um exemplo de metacontingência dentro da família.

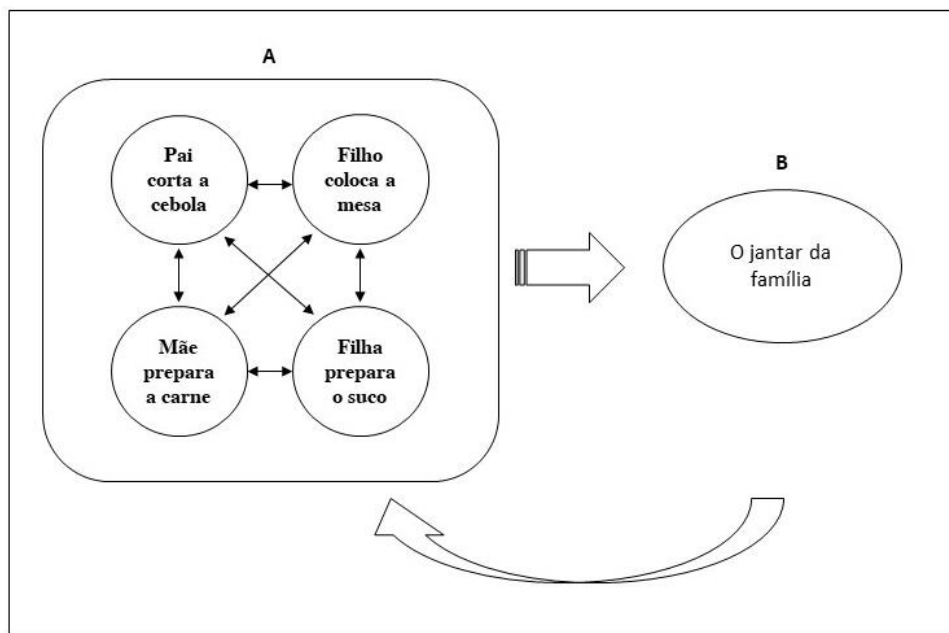


Figura 2. Exemplo de metacontingência na família, cujo produto agregado é o jantar

No exemplo da Figura 2, os comportamentos individuais de cada membro da família (pai corta a cebola, filho coloca a mesa, mãe prepara a carne e a filha prepara o suco) é contexto para a emissão do comportamento dos outros membros. Dessa forma, se o pai não cortasse a cebola, a mãe não prepararia a carne. Sem a produção da comida, o filho não colocaria a mesa e assim sucessivamente. O entrelaçamento desses comportamentos gera o produto agregado final, que é o jantar da família. Esse produto seleciona os comportamentos que foram apresentados e o produto agregado é selecionado pelo ambiente cultural (Todorov, 2012).

Naves e Vasconcelos (2008) apontam um terceiro termo que precisa ser levado em consideração quanto às metacontingências. Além das (1) contingências entrelaçadas e (2) do produto agregado, deve-se considerar o (3) sistema receptor que, segundo as autoras, representa grupos sociais que selecionam as contingências entrelaçadas.

Segundo Naves e Vasconcelos (2008), nas metacontingências, a cultura favorece o surgimento dos produtos agregados enquanto as contingências comportamentais entrelaçadas são selecionadas pelo sistema receptor. A Figura 3 apresenta um modelo de metacontingência familiar em que é possível observar comportamentos coercitivos dos pais.

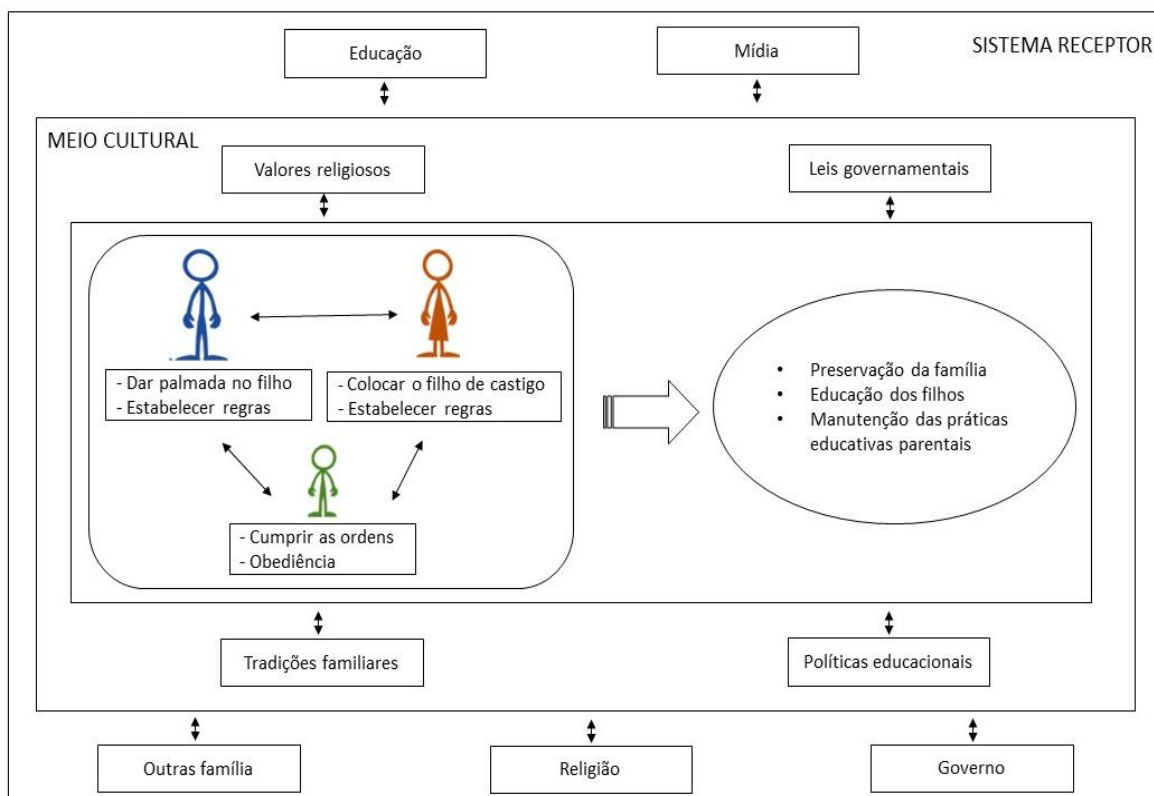


Figura 3. Modelo de metacontingência familiar baseado em Naves (2008)

Na Figura 3, os comportamentos entrelaçados apresentam práticas coercitivas dos pais, como dar palmada e colocar de castigo, e são selecionados pelo produto agregado, que é a (1) preservação da família, (2) educação dos filhos e (3) manutenção das práticas educativas parentais. Este produto está dentro de um meio cultural, como as próprias tradições familiares, em que esses pais aprenderam alguns comportamentos com seus próprios pais. Por fim, esse conjunto de relações é selecionado pelo sistema receptor, representando por agências de controle e grupos sociais, como a própria família, o governo e outras famílias (Naves, 2008).

Landim (2018) exemplificou o ensino de boas maneiras aos filhos como modelo de metacontingência, pois existem contingências entrelaçadas de comportamentos apresentados por pais, familiares, educadores, grupos sociais e religiosos que reforçaram respostas associadas às boas maneiras através da aprovação social. O produto agregado consistirá no fortalecimento da educação moral, bem como dos valores religiosos e da preservação da família. Este e as contingências entrelaçadas foram requisitados pelos sistemas receptores, nesse caso, por exemplo, a religião e a família.

Naves e Vasconcelos (2008) apontam as práticas educativas parentais como um modelo de metacontingência familiar, “estas práticas são produtos de um entrelaçamento de contingências comportamentais dos membros familiares que refletem as tradições familiares na interação com sistemas sociais mais amplos, tais como o político, o educacional, de saúde, e religião” (p. 19). Assim, os filhos tendem a fazer uso das mesmas práticas educativas que seus pais utilizaram, destacando-se as práticas que fazem uso da coerção, as quais, segundo Azevedo e Guerra (2001), fazem parte da cultura brasileira há 500 anos.

A macrocontingência surgiu para constituir a relação entre uma prática cultural e a soma das consequências de comportamentos que constituem essas práticas. Ou seja, esse termo estabelece uma relação se/então entre o comportamento de várias pessoas e o produto agregado desses comportamentos. Na macrocontingência pode-se considerar a soma de respostas que são semelhantes por diferentes pessoas, que apresentam diferentes consequências para cada uma. A soma, então, apresenta um efeito cumulativo que não possui uma relação de dependência entre as contingências, distinguindo-se, assim, das metacontingências, que apresentam contingências entrelaçadas (Malott & Glenn, 2006). As práticas

educativas parentais associadas, por exemplo, a comportamentos coercitivos, como dar palmada nos filhos, são utilizadas por diversas famílias ao redor do mundo, ainda que esses comportamentos específicos não tenham relações entre si, sua apresentação garante a manutenção e preservação dessa prática.

De acordo com Naves e Vasconcelos (2008), por estar dentro da família, a criança interage com as práticas culturais dessa, e, portanto, contribui para o desenvolvimento das interações. As práticas culturais, graças à contribuição dos membros da família, são selecionadas e, assim, transmitidas entre as gerações que compõem aquele grupo.

3. AS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARENTAIS

3.1. Estilos parentais e práticas educativas

As interações estabelecidas entre pais e filhos estão diretamente associadas ao cuidar, educar e garantir o desenvolvimento destes. Essas interações são perpassadas por um conjunto característico de comportamentos, nomeados de maneira diferenciada na literatura. Macarini, Martins, Minetto e Viera (2010) apontaram alguns desses termos, são eles: práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais, dentre outros. Essa multiplicidade indica que existem diferentes forma de conceber o comportamento parental.

De acordo com Bolsoni-Silva e Fogaça (2018), ainda que apresentem características similares, estilos parentais, práticas educativas parentais e habilidades sociais educativas parentais são termos distintos que precisam ser definidos de maneira diferenciada.

Os estudos sobre estilos parentais iniciaram em 1966 com Baumrind, que propôs a classificação dos estilos entre autoritário, autoritativo e permissivo (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). O primeiro consistia na avaliação e controle do comportamento do filho através de práticas coercitivas e punitivas; o segundo – autoritativo – contemplava pais que utilizavam reforço positivo e também apresentavam regras claras e adequadas ao contexto. O estilo permissivo correspondia aos pais que não faziam uso de contingências punitivas, portanto, não faziam uso de regras e limites, sem cobrar responsabilidades da criança (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

Maccoby e Martin, na década de 1980, reformularam os estilos parentais, pautando-os na responsividade e na exigência. Essas dimensões desdobram o estilo permissivo em dois: indulgente e negligente. A responsividade engloba comportamentos de comunicação e apoio emocional dos pais em relação aos filhos enquanto a exigência abrange comportamentos que contemplam a supervisão, o controle e o estabelecimento de regras e limites. Assim, o estilo autoritário é formado pela alta exigência e a baixa responsividade; no indulgente, seria o inverso. Já o autoritativo apresenta tanto alta responsividade quanto alta exigência; e o negligente apresenta baixa nessas dimensões (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). Maccoby e Martin (1983, citado por Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006) apontaram que o estilo parental adotado pelos cuidadores influencia diretamente no comportamento dos filhos, inclusive no tocante aos problemas associados ao desenvolvimento deles.

Em meados de 1993, Darling e Steinberg apontaram a necessidade de diferenciar estilos parentais de práticas parentais. O primeiro abrange um conjunto de atitudes utilizadas pelos pais em relação aos filhos, que caracteriza a interação estabelecida entre ambos. O segundo consiste em comportamentos e estratégias utilizadas pelos cuidadores para suprimir ou incentivar comportamentos apresentados pelos filhos (Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

De acordo com Gomide (2014), estilo parental contempla um conjunto de práticas educativas parentais que tem como objetivo garantir a educação, socialização e controle do comportamento dos filhos. É composto por sete variáveis ou comportamentos parentais que contemplam práticas educativas positivas ou negativas. São elas: monitoria positiva, comportamento moral, punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico.

A monitoria positiva consiste na apresentação, por parte dos pais, de um conjunto de regras que abrangem aonde o filho deve ir, com quem e quando, garantindo a obediência destas. A supervisão, a clareza das regras e o estabelecimento dos limites precisam ser seguidos pelo relacionamento próximo entre pais e filhos e o genuíno interesse dos cuidadores em relação à vida dos filhos (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

O comportamento moral representa o ensinamento dos filhos quanto ao certo e ao errado, distinguindo aquilo que ele deve ou não fazer dentro do meio social. A transmissão dos valores através da apresentação de comportamentos pró-sociais dos pais e do diálogo claro objetiva inibir comportamentos tidos como antissociais pelos filhos (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

A punição inconsistente contempla punir de acordo com o estado de humor dos pais e não com os comportamentos apresentados pelos filhos, o que interfere na percepção deste em relação aos seus próprios comportamentos, tendo dificuldade em distinguir se agiu de maneira adequada ou não, prejudicando na avaliação dos efeitos de suas ações em relação aos outros e ao meio (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

Segundo Gomide (2014),

se a mãe pune a criança algumas vezes e outras não, pelo mesmo comportamento, provavelmente o que está determinando sua conduta não é a ação da criança, mas sim o estado emocional da mãe – mais ou menos calma. Neste caso, não há interiorização de valores morais, ou seja, a criança não aprende o que é certo ou errado, mas aprende a discriminar quando a mãe está nervosa (p. 30).

A negligência é compreendida como a não responsividade dos pais, que não aceitam suas responsabilidades, esquivando-se de situações difíceis. Assim, pais negligentes não estão atentos aos comportamentos dos filhos e respondem pouco às

tentativas dos filhos de comunicação (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

A disciplina relaxada caracteriza-se pelo não cumprimento das regras estabelecidas, ou seja, os pais ameaçam castigar quando o filho se comporta de maneira errada, mas não cumprem a ameaça diante de comportamentos inadequados, retirando-se de situações conflituosas com os filhos. Esta variável pode influenciar na percepção da agressão e da violência como aceitável, por exemplo, por não serem punidos pelos cuidadores quando se comportam dessa maneira (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

A monitoria negativa implica na supervisão estressante, consistindo na excessiva fiscalização, críticas e cobranças, além da emissão de ordens exageradas, gerando uma relação hostil e conflituosa entre pais e filhos. O que pode acarretar prejuízos no desenvolvimento da independência e autonomia dos filhos (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

Por fim, o abuso físico caracteriza-se por comportamentos agressivos e violentos, como bater no filho fazendo uso de objetos. A relação conflituosa entre cuidador e criança implica no medo da última em ser punida e no surgimento de respostas emocionais como o ódio. A punição corporal pode associar-se à apresentação de comportamentopositor-desafiador por parte dos filhos (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

De acordo com Gomide (2014), essas variáveis podem ser divididas em práticas educativas positivas e negativas. Assim, a monitoria positiva e o comportamento moral contemplariam as práticas positivas. Enquanto a punição inconsistente, negligência, disciplina relaxada, monitoria negativa e abuso físico caracterizam-se como práticas negativas.

3.2. As práticas educativas parentais negativas e positivas

Segundo Martins et al. (2010), as práticas parentais representam as relações estabelecidas entre os pais e os filhos, sendo permeadas por necessidades distintas que envolvem o cuidado, a educação e o desenvolvimento infantil. Essas relações entre pais e seus filhos dependem de alguns fatores, como: as características individuais presentes nesses sujeitos e em sua prole, orientadas por fatores biológicos e filogeneticamente estabelecidos, além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura, que moldam o comportamento parental (Manfroi, Macarini & Vieira, 2011).

Já as práticas educativas parentais devem ser compreendidas como um conjunto de estratégias utilizado pelos pais que objetiva orientar os comportamentos socialmente adequados dos filhos. São divididas em práticas educativas positivas e práticas educativas negativas (Sampaio & Gomide, 2006).

As práticas educativas positivas buscam a promoção dos comportamentos socialmente habilidosos dos filhos. Bolsoni-Silva e Loureiro (2010) classificaram esses comportamentos como comunicar-se, expressar sentimentos positivos, negativos e opiniões; estabelecer limites; prometer e admitir erros com consistência, de forma a produzir como consequência a manutenção da interação positiva com os filhos, obediência e cooperação. Ressalta-se que estes devem ocorrer de forma socialmente habilidosa e não de maneira coercitiva.

Opostamente, as práticas educativas negativas podem propiciar o surgimento de problemas de comportamento. São descritas através de comportamentos como conversar em tom de voz agressivo, bater, expressar sentimentos negativos e opiniões de maneira impositiva e não responder às

necessidades das crianças (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016; Bolsoni-Silva & Loureiro, 2010).

Parece essencial que os pais utilizem, prioritariamente, o reforço positivo de comportamentos socialmente habilidosos, que possibilitarão o fortalecimento de repertórios socioemocionais mais competentes e o surgimento de emoções associadas à segurança e à autoconfiança (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016). O uso da coerção por cuidadores não responsivos às demandas da criança, a longo prazo, pode implicar na redução da variabilidade comportamental, pois não se ensina novas possibilidades de comportamento, apenas pune-se o inadequado; e no surgimento de emoções inabilidosas, como raiva e ansiedade (Skinner, 2003).

Quando um cuidador reage sensivelmente aos sinais emitidos pela criança, ele fortalece a variabilidade do repertório desta, permitindo que ela aja sobre o mundo de forma socialmente hábil. Assim, modela-se sua percepção sobre as relações de causa e efeito e previsibilidade de certos eventos, sobretudo eventos sociais. O papel do cuidador consiste em satisfazer as necessidades da criança, sendo elas físicas ou emocionais. Além de produzir oportunidade de fortalecimento do repertório cognitivo, emocional, motor e social, estimulando-a a tornar-se progressivamente mais autônoma e competente em sua relação com o mundo (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016).

Quanto aos adolescentes, os comportamentos apresentados por eles estão intimamente ligados às estratégias educativas utilizadas pelos pais, assim como ao clima emocional familiar (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016).

De acordo com Comodo, Del Prette e Del Prette (2016), deve-se considerar a adolescência um período importante para o aperfeiçoamento das habilidades sociais que foram aprendidas na infância e para o estabelecimento e a manutenção

de interações sociais saudáveis. Avaliando as práticas educativas parentais, é possível analisar a aquisição e manutenção de comportamentos, inclusive os socialmente inabilidosos, nestes (Gomide, 2014).

4. APRENDIZAGEM E TRANSMISSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

4.1. Aprendizagem por modelação, modelagem e regras

A teoria comportamental compreende o comportamento humano como definido pela relação entre o organismo e o ambiente. Skinner (2003) propõe que o comportamento humano é, em sua maioria, operante, ou seja, é definido por uma classe de respostas cuja probabilidade de ocorrência é função de suas consequências. Assim, para explicar o comportamento humano, Skinner (2003) propôs um modelo de causalidade seletiva, no qual o homem opera no ambiente e as consequências produzidas pelo seu comportamento atuam sobre ele, alterando a probabilidade desse comportamento ocorrer no futuro.

O ambiente, portanto, exerce o papel fundamental de seletor dos padrões comportamentais e é definido, exatamente, como tudo aquilo que afeta o organismo, seja ele externo ou interno (Chiesa, 2006). Este modelo, denominado de modelo de seleção pelas consequências, permite a inclusão de eventos comportamentais nos níveis filogenético (história da espécie), ontogenético (história de vida do sujeito) e cultural (história das práticas culturais).

Dessa forma, o comportamento humano é o produto das três combinações: a) as contingências de sobrevivência, responsáveis pela seleção natural das espécies; b) as contingências de reforçamento, responsáveis pela aquisição de repertório dos indivíduos e, portanto, sua história de aprendizagem; e c) as contingências especiais mantidas pelo ambiente social/cultural (Skinner, 2003).

Segundo Catania (1999), a aprendizagem com outros indivíduos é especialmente importante no comportamento humano tendo em vista que uma parte substancial do que sabemos foi aprendida com os outros nos diversos contextos

sociais, como no ambiente familiar. Esses comportamentos que são socialmente transmitidos sobrevivem de geração a geração por causa de suas consequências. Dentre eles, destaca-se a criação dos filhos, denominada de padrão autorreplicativo de criação de crianças.

Uma parte significativa da aprendizagem do ser humano ocorre através da observação de um modelo (Goyos, Piccolo, Porto & Lazarin, 2006), sendo esta uma aprendizagem por observação. Tem-se também a imitação, que não implica necessariamente em uma aprendizagem de um comportamento, mas na replicação deste através do imitar. Assim, o indivíduo duplica o comportamento modelado por outro organismo (Catania, 1999).

Skinner (2003) afirma que o comportamento que será imitado funciona como estímulo discriminativo. Assim, o indivíduo, ao comporta-se da mesma maneira que um outro indivíduo (comportamento imitativo), provavelmente produzirá as mesmas consequências reforçadoras. Para Baum (2006), a imitação provê uma base para a aprendizagem operante, pois um comportamento introduzido por imitação pode ser reforçado e modelado até atingir formas mais evoluídas. Ainda segundo o autor, a imitação pode ocorrer em três condições: (a) diante de comportamentos que se mostraram mais bem-sucedidos e, portanto, são reforçados; (b) de comportamentos que ocorrem com mais frequência no contexto em que o indivíduo está inserido; e (c) de comportamentos emitidos por pessoas próximas, que se tem contato com frequência, incluindo entre estas os pais. Porém, Baum (2006) aponta que, mais do que a presença de modelos, o comportamento imitativo depende, também, das consequências produzidas por este em sua interação com o ambiente.

Alguns estudos apontam que existe uma tendência de os indivíduos repetirem os modelos aprendidos em sua família ao se tornarem pais (Bortolini & Piccinini, 2015; Marin et al., 2013; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

Além disso, por fazer parte de uma cultura e por toda cultura ser contemplada por regras que regem as relações sociais, a criança aprende que deve obedecê-las. Assim, tendem a apresentar comportamentos governados por regras, que consistem em um estímulo discriminativo verbal (Baum, 2006). De acordo com Skinner (2003), as regras são úteis por serem transmitidas via estímulos discriminativos, sendo estes construídos a partir de uma cultura e, portanto, considerados eficientes para o comportamento de seus membros. Dessa forma, alguns comportamentos que fazem parte do repertório do indivíduo são controlados por regras sociais que explicitam o que é aceitável ou não naquela cultura.

Segundo Mallot (1989/2004), as regras devem ser compreendidas como operações motivadoras, pois elas irão alterar o valor reforçador de estímulo. Assim, quanto às relações sociais, seguir as regras que beneficiam o grupo social que o indivíduo faz parte, aumentam, por exemplo, o valor reforçador desse estímulo.

Para Hughes e Barnes-Holmes (2016), a regra deve ser considerada como uma rede de molduras relacionais. De maneira geral, os estímulos podem adquirir funções de maneira indireta, através de respostas relacionais arbitrariamente aplicadas. Dessa forma, a regra é composta por dicas contextuais, funcionando como um estímulo contextual, que irão transformar funções comportamentais específicas (e.g. dialogar com os filhos é melhor e mais socialmente aceito do que bater no filho).

4.2. Transmissão entre gerações

De acordo com Weber, Bernard e Salvador (2006), os pais, a partir de suas experiências como filhos, utilizam em sua forma de cuidar as estratégias advindas dessa experiência, repetindo o modelo parental que foi aprendido. Entretanto, segundo os autores, existem situações em que pais quebram os padrões utilizados por seus pais, principalmente quando práticas educativas parentais negativas foram utilizadas. Fato este associado às mudanças culturais que impactam os modelos familiares. Segundo Marin et al. (2013), as transmissões intergeracionais também são influenciadas por outros fatores e não apenas pela reprodução com os filhos dos padrões recebidos quando crianças. Assim, as práticas educativas também são influenciadas por uma avaliação da maneira como foram criados, o que influencia a continuidade ou descontinuidade destas.

A intergeracionalidade ou transmissão intergeracional consiste na repetição de padrões de comportamento ao longo das gerações (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016). Compreende-se que, dentro de uma família, os cuidadores são os responsáveis por selecionar os comportamentos apropriados dos filhos. Além disso, estes também os ensinam a se comportar. De acordo com Baum (2006), estas transmissões de comportamento consistem no aprendizado de indivíduos com os membros de seu grupo social e, portanto, nos padrões comportamentais que estes apresentam.

Em um estudo realizado por Weber, Selig, Bernardi e Salvador (2006), foi constatado que 91,7% das variáveis investigadas – relacionamento afetivo, envolvimento, regras, reforçamento, comunicação positiva dos pais, dos filhos, comunicação negativa, punição inadequada, modelo, sentimento dos filhos, clima conjugal positivo e negativo – apresentaram intergeracionalidade.

Marin et al. (2013) pesquisaram a transmissão intergeracional dessas práticas com 30 mães e 22 pais e concluíram que, de maneira geral, há uma manutenção de práticas coercitivas entre as gerações. Ou seja, práticas educativas parentais negativas são mais facilmente transmitidas intergeracionalmente. Sampaio e Gomide (2006) obtiveram resultado semelhante ao identificar as práticas negativas como as mais utilizadas pelos pais e, portanto, com maior probabilidade de serem utilizadas pelos filhos no exercício de sua parentalidade.

Segundo Neppl, Conger, Scaramella e Ontai (2009), ainda que existam evidências que comprovem a existência de uma continuidade intergeracional quanto à parentalidade e, assim, às práticas educativas parentais, o conhecimento a respeito de como se dá essa transmissão é limitado, o que ressalta a importância de pesquisas que investiguem este processo.

Além disso, considerando o impacto gerado pelas práticas educativas parentais – positivas ou negativas – no desenvolvimento socioemocional dos filhos e a alta probabilidade desses padrões comportamentais serem replicados no exercício da parentalidade, ressalta-se a importância de investigar a manutenção ou possíveis modificações dessas práticas educativas parentais nas gerações subsequentes.

4.3. Revisão de literatura

Rosa et al. (2019) investigaram, de forma crítica, os periódicos nacionais publicados, cujos temas abordam a transmissão intergeracional das práticas de cuidado parentais. A escolha pelo levantamento exclusivo de pesquisa nacionais decorreu da investigação das relações parentais a partir, também, de uma perspectiva cultural. Caso a pesquisa abrangesse a literatura internacional, não

atenderia ao objetivo de analisar a transmissão das práticas educativas parentais nas gerações brasileiras, considerando que os aspectos culturais influenciam nos modelos de parentalidade que devem ser seguidos.

Dessa forma, foi realizada uma revisão integrativa de literatura das produções nacionais dos últimos 18 anos. Essa busca foi efetuada nos indexadores eletrônicos: portal de periódicos da Capes (<http://periodicos.capes.gov.br>), portal de literatura Latino-Americana e do Caribe em ciências da saúde - Lilacs (<http://lilacs.bvslud.org>) e *Scientific eletronic library online* - Scielo (<http://scielo.org>).

Utilizou-se como descritores as seguintes palavras: práticas educativas parentais, transmissões intergeracionais, comportamento parental e aprendizado. O último descritor foi utilizado associado a práticas educativas parentais, práticas parentais, estilos parentais e transmissões intergeracionais através do operador booleano “AND”.

Critérios de inclusão: uma vez identificados os artigos e seus respectivos resumos, foi utilizado como critério de inclusão: (1) artigos indexados; (2) publicados em periódicos de psicologia nacionais; (3) com temática correspondente ao objetivo de estudo desse trabalho; e (4) revisado por pares. Ao optar por esses critérios, garantiu-se o uso de periódicos que, ao serem publicados, submeteram-se a um rigoroso processo de seleção na tentativa de maximizar a qualidade do manuscrito. Além disso, trata-se de publicações recentes e, portanto, mais fidedignas à realidade social atual. Optou-se por selecionar os periódicos dos últimos 18 anos.

Critérios de exclusão: Todos os artigos que não apresentavam os critérios acima apontados foram excluídos do estudo. Além disso, optou-se pela não

utilização de teses, dissertações, livros, capítulos de livro, notícias, resenhas e cartas.

4.3.1. Resultados e discussão da revisão de literatura

O levantamento dos dados através da busca bibliográfica foi realizado em junho de 2018. Foi efetuada a busca nos indexadores eletrônicos a partir das palavras-chaves citadas. Inicialmente, os resumos das publicações nacionais foram lidos, objetivando, a partir dos critérios de inclusão e exclusão instituídos, selecionar aqueles que correspondiam ao objetivo do trabalho. Uma vez selecionado, os artigos foram recuperados na íntegra, lidos e examinados, possibilitando uma nova seleção de acordo com sua proximidade ao tema. De toda publicação nacional obtida, cinco artigos foram selecionados em função dos critérios estabelecidos, além de serem condizentes à temática pesquisada.

Dos artigos selecionados, quatro foram localizados no Lilacs e um na base de periódicos Capes. As publicações datam de 2002, 2006, 2012, 2013 e 2015; e foram publicados nas revistas Paidéia, Fractal: Revista de Psicologia, Psicologia: Teoria e Pesquisa, Psicologia em Estudo e Psicologia: Reflexão e Crítica.

Os artigos, ainda que focados nas transmissões intergeracionais, apresentaram temáticas diversas, como estilos parentais, práticas educativas parentais e apego. Os dados gerais foram apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Identificação dos artigos recuperados segundo o título, autores, ano, periódicos publicados e tipo de estudo

Artigo	Autores	Ano	Periódico	Tipo de Estudo
Estilos Parentais Autoritário e Democrático-Recíproco Intergeracionais, Conflito Conjugal e Comportamentos de Externalização e Internalização	Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravanello, & Rossato.	2002	Psicologia: Reflexão e Crítica	Pesquisa Empírica, Transversal e Estudo Correlacional
Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional dos estilos parentais	Weber, Selig, Bernardi, & Salvador	2006	Paidéia	Pesquisa Empírica, Transversal e Levantamento de dados
Representação de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança	Cabral & Levandowski	2012	Fractal: Revista de psicologia	Pesquisa empírica, Estudo de caso e Observação direta.
Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas	Marin, Martins, Silva, & Piccinini	2013	Psicologia: teoria e pesquisa	Pesquisa Empírica, Transversal e Levantamento de dados
Transmissão intergeracional do apego seguro: evidências a partir de dois casos	Bortolini & Piccinini	2015	Psicologia em estudo	Pesquisa Empírica e Estudo de caso

Buscando uma análise mais aprofundada dos estudos selecionados, a discussão foi dividida por temáticas (objetivos dos estudos, características metodológicas dos estudos e as transmissões intergeracionais). Em cada temática, os estudos foram explanados e correlacionados.

Objetivos dos estudos

Quatro dos cinco artigos selecionados focaram suas pesquisas nas relações entre as mães e seus filhos (Bortolini & Piccinini, 2015; Cabral & Levandowski,

2012; Oliveira et al., 2002; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006), apenas um trouxe ambos os pais (pai e mãe) em seu estudo (Marin et al., 2013).

No que se refere aos objetivos gerais, Oliveira et al. (2002) mediram e compararam os efeitos dos estilos parentais democráticos e autoritários de mães e de suas respectivas mães sobre a externalização e a internalização infantil, além de testar a hipótese de que esses estilos seriam transgeracionais.

O estudo de Weber, Selig, Bernardi & Salvador (2006), por sua vez, investigou a transmissão intergeracional de práticas parentais partindo do pressuposto de que mães reproduzem, em seus filhos, os padrões de relacionamento experienciados com seus cuidadores.

Semelhantemente, Bortolini e Piccinini (2015) investigaram qualitativamente as experiências da mãe com seus cuidadores e a relação atual com seu filho, avaliando o apego seguro destes.

Cabral e Levandowski (2012) objetivaram analisar as representações de mães adolescentes sobre suas mães, destacando os aspectos intergeracionais presentes na relação mãe-bebê, segundo a perspectiva psicanalítica.

O objetivo da pesquisa de Marin et al. (2013) foi investigar as práticas educativas que os pais receberam de seus genitores e analisar as práticas educativas que estes pais têm passado aos seus respectivos filhos, o que possibilitou avaliar as práticas intergeracionais.

Ainda que focando em temáticas distintas, todos os artigos levantados buscaram investigar o impacto das interações entre pais e filhos no relacionamento destes com seus filhos. Essas interações estabelecidas estão diretamente associadas ao cuidar, educar e garantir o desenvolvimento dos filhos. São perpassadas por um conjunto característico de comportamentos nomeado de maneira diferenciada na

literatura. Macarini, Martins, Minetto e Vieira (2010) apontaram alguns desses termos, são eles: práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais, dentre outros. Essa multiplicidade indica que existem diferentes formas de conceber o comportamento parental.

Características metodológicas dos estudos

Todos os estudos selecionados utilizaram instrumentos para compor a análise dos seus dados. Apesar de investigarem, de uma forma geral, as relações parentais e as transmissões intergeracionais, os instrumentos utilizados não se repetiram nos estudos, ou seja, em cada artigo selecionado identificou-se instrumentos distintos, como apresentado na Tabela 2. Quanto ao tipo de estudo, todos realizaram uma pesquisa empírica.

Tanto Oliveira et al. (2002) quanto Weber, Selig, Bernardi & Salvador (2006) realizaram uma pesquisa empírica e transversal. Em seu estudo, Oliveira et al (2002) utilizaram duas subescalas do *Parental Authority Questionnaire* - PAQ (Buri, 1991 citado por Oliveira et al., 2002), referentes ao autoritarismo e à democracia, para medir os estilos parentais das avós maternas. Para avaliar as mesmas variáveis na mãe - estilos autoritário e democrático-recíproco -, foram utilizadas subescalas relativas a atitudes relacionadas à autoridade e afetividade dirigidas à criança, presentes em uma versão do *Parent Attitude Research Instrument-PARI* (Schaefer & Bell, 1958 citado por Oliveira et al., 2002) traduzida para o português.

O estudo de Weber, Selig, Bernardi & Salvador (2006) consistiu em uma análise qualitativa e quantitativa dos dados. Foi utilizado, como instrumento de coleta de dados qualitativos, a Entrevista de Apego Adulto (George et al., 1985

citado por Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). As Escalas de Qualidade na Interação Familiar - EQIF (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2003 citado por Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006) foram utilizadas para investigar fatores como relacionamento afetivo, envolvimento, regras, reforçamento, comunicação positiva dos pais, dos filhos, comunicação negativa, punição inadequada, modelo, sentimento dos filhos, clima conjugal positivo e negativo.

O estudo de Cabral e Levandowski (2012) apresentou caráter qualitativo, utilizando como estratégia metodológica um delineamento de estudo de caso. Sua proposta foi embasada a partir da intersecção entre pesquisa, psicologia clínica e referencial psicanalítico. As autoras realizaram a coleta de dados em dois encontros. No primeiro, investigaram as representações maternas de três mães adolescentes primíparas, com bebês entre 3 e 6 meses de idade, por meio da Entrevista R (Stern et al., 1989 citado por Cabral & Levandowski, 2012), para avaliar as representações maternas. Também nesse primeiro encontro, realizaram uma entrevista semiestruturada com as mães das adolescentes a fim de coletar informações sobre a maternidade da filha, sua relação com ela antes e depois da gravidez e a percepção de si mesma e da filha no desempenho do papel materno. Já no segundo encontro, as autoras observaram a relação mãe-bebê durante a amamentação, no tempo de 20 a 35 minutos, com o objetivo de examinar as representações maternas nesse momento de interação da díade.

Bortolini e Piccini (2015) também realizaram um estudo de caso. Neste, dois casos foram analisados, caracterizados como díades mãe-filho, em dois encontros. Foram utilizados os instrumentos *Attachment Q-Sort – AQS* (Waters, 1987), em sua versão traduzida por Barbisan (1993 citado por Bortolini & Piccini, 2015), para investigar os comportamentos de apego das crianças; o *Parental Bonding*

Instrument – PIB (Parker, Tupling & Brown, 1979) também adaptado para o português por Hauck et al. (2006 citado por Bartolini & Piccini, 2015), que avalia a percepção dos participantes sobre os cuidados que estes receberam dos pais; e o *Attachment Script Assessment* (Waters & Rodrigues-Doolabh, 2001) traduzido para o português por Semensato (2009 citado por Bartolini & Piccini, 2015), que investiga se a pessoa avaliada possui ou não um *script*, ou seja, uma representação de apego de base segura. Além dos instrumentos, os autores utilizaram uma entrevista estruturada sobre a relação mãe-bebê (NUDIF/UFRGS, 2012 citado por Bartolini & Piccini, 2015), que foi posteriormente examinada por meio da análise de conteúdo qualitativa (Laville & Dionne, 1999 citado por Bartolini & Piccini, 2015).

Marin et al. (2013) coletaram informações sobre a infância dos participantes e utilizaram a Entrevista sobre o Passado dos Pais (Tudge, 1994 citado por Marin et al., 2013). Quanto à investigação das práticas educativas que os participantes utilizavam com seus filhos, os autores fizeram uso dos dados obtidos com a Entrevista sobre Estratégias Disciplinares (Tudge, 1994 citado por Marin et al., 2013). A proposta metodológica de Marin et al. (2013) foi quantitativa e qualitativa.

As características gerais dos estudos, como título, autores e ano de publicação, bem como a descrição e objetivos dos instrumentos utilizados em cada pesquisa, foram apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Descrição dos instrumentos utilizados em cada artigo, enfatizando o objetivo do uso

Artigo	Autores	Ano	Instrumento	Objetivo do uso do instrumento
Estilos Parentais Autoritário e Democrático-Recíproco Intergeracionais, Conflito Conjugal e Comportamentos de Externalização e Internalização	Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravanello, & Rossato.	2002	<i>Parental Authority Questionnaire</i> – PAQ (Buri, 1991)	Medir os estilos parentais referentes ao autoritarismo e à democracia
Continuidade dos estilos parentais através das gerações – transmissão intergeracional dos estilos parentais	Weber, Selig, Bernardi, & Salvador	2006	<i>Parent Attitude Research Instrument-PARI</i> (Schaefer & Bell, 1958)	Avaliar estilo autoritário e estilo democrático
Representação de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança	Cabral & Levandowski	2012	Entrevista de Apego Adulto (George et al, 1985)	Investigar o tipo de apego daquele indivíduo
Transmissão intergeracional do apego seguro: evidências a partir de dois casos	Bortolini & Piccinini	2015	Escalas de Qualidade na Interação Familiar - EQIF (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2003)	Investigar fatores como relacionamento afetivo, regras, comunicação, punição inadequada, clima conjugal e etc.
Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas	Marin, Martins, Silva, & Piccinini	2013	Entrevista R (Stern et al., 1989)	Investigar as representações maternas
			<i>Attachment Q-Sort - AQS</i> (Waters, 1987)	Investigar os comportamentos de apego das crianças
			<i>Parental Bonding Instrumente</i> – PIB (Parker, Tupling & Brown, 1979)	Avaliar a percepção dos participantes sobre os cuidados que estes receberam dos pais
			<i>Attachment Script Assesmente</i> (Waters & Rodrigues-Doolabh, 2001)	Investigar se o avaliado possui ou não uma representação de apego de base segura
			Entrevista sobre o Passado dos pais (Tudge, 1994)	Coletar informações sobre a infância dos participantes
			Entrevista sobre Estratégias Disciplinares (Tudge, 1994)	Investigar quais práticas educativas os participantes utilizavam com seus filhos

Todos os estudos levantados apontaram a existência da transmissão intergeracional dos comportamentos parentais nas famílias. O estudo de Oliveira et al. (2002) encontrou uma correlação positiva entre o estilo parental autoritário da avó materna e da mãe. Além disso, enquanto o estilo autoritário da mãe previu tanto a internalização quanto a externalização, a atitude conjugal conflituosa previu somente externalização. Logo, conforme os achados da pesquisa, tendo passado por uma experiência relacional com uma mãe autoritária, esse padrão tende a se repetir na próxima geração, seguido de um aumento da atitude conjugal conflituosa. No que diz respeito às relações de estilo parental democrático-recíproco, os resultados não foram semelhantes. Os autores acreditam que limitações metodológicas podem ter tido influência para que esse estilo parental não tenha obtido análises positivas de características de transmissão intergeracionais.

Weber, Selig, Bernardi & Salvador (2006) verificaram a existência de intergeracionalidade em 91,7% das variáveis analisadas pelas Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF). Categorias como regras, reforçamento, comunicação negativa, punição inadequada, modelo, sentimento dos filhos, clima conjugal positivo e negativo apresentaram valores de significância positiva quando comparados entre a primeira e a terceira geração, o que pode ser considerado transmissão intergeracional. Dos fatores presentes na escala, as três dimensões nas quais não foi confirmada a transmissão intergeracional correspondem ao afeto, carinho e envolvimento. O que pode estar associado a mudanças socioculturais, quebra de padrões familiares e a maior divulgação de informações científicas relacionadas à educação dos filhos.

Dados semelhantes foram encontrados nos resultados de Marin et al. (2013). Tanto as mães quanto os pais relataram ter recebido de seus pais um número maior

de práticas educativas coercitivas, seguido por práticas indutivas e um número bem menor de ambas as práticas e de não interferência. Foi possível notar que os pais também tenderam a repetir práticas semelhantes com seus filhos. Quando avaliados separadamente, as mães revelaram que receberam mais práticas coercitivas de seus genitores e repassavam a seus filhos. Embora os pais tenham recebido tais práticas e as utilizassem com os filhos, quando trataram das práticas indutivas, estes pais não as utilizaram.

De acordo com Sampaio e Gomide (2006), nas interações entre pais e filhos, as práticas coercitivas são as mais utilizadas pelos pais e, portanto, com maior probabilidade de serem utilizadas pelos filhos no exercício de sua parentalidade. Ou seja, práticas negativas são mais facilmente transmitidas intergeracionalmente. Estas caracterizam-se pelo uso de força direta e do poder de autoridade dos pais, como é o caso da punição física e da ameaça e/ou privação de privilégios. Caracterizam-se as práticas indutivas como as que objetivam direcionar a atenção da criança para as consequências de seu comportamento às outras pessoas e para a análise lógica daquela situação específica. Estas possibilitam à criança compreender as consequências de seus comportamentos, além do estabelecimento de regras e o esclarecimento sobre os princípios, valores e advertências morais (Marin et al., 2013).

Marin et al. (2013) discutiram, em seus resultados, que há uma tendência em manter práticas coercitivas entre as gerações. Na análise de cada caso, pode ser observada a relevância da reciprocidade entre pais e filhos. Tal fator colaborou para que experiências não satisfatórias pudessem ser corrigidas e modificadas. Pode ser constatado que, embora alguns pais tenham recebido práticas coercitivas, estas não

foram experiências traumáticas e, por isso, repetiram o mesmo padrão com os filhos.

Os autores avaliaram a influência das práticas educativas no desenvolvimento socioemocional entre pais e filhos. Nesse sentido, constatou-se que, quando houve continuidade de práticas coercitivas, mantiveram possibilidade de comportamentos agressivos, mesmo que associados a práticas inconscientes. Contudo, notou-se que tal prática não foi mantida nas gerações subsequentes. Assim, as práticas coercitivas tornaram-se estratégias de socialização de crianças, além de proporcionar novas formas de criar os filhos (Marin et al., 2013).

Em seus resultados, Cabral e Levandowski (2012) apresentaram a influência das representações maternas na relação estabelecida pelas adolescentes com seus bebês. Foram encontradas tanto identificações construtivas como alienantes na relação das adolescentes com as próprias mães. Nesse sentido, as identificações construtivas, mencionadas por todas as adolescentes na representação sobre a própria mãe, demonstraram-se mais conscientes e abordáveis na medida em que implicam aspectos positivos da relação mãe e filha. Já as identificações alienantes, embora de maneira mais inconsciente, foram identificadas em dois dos casos, nos quais as adolescentes reviviam na relação com seus filhos aspectos considerados mais difíceis de serem elaborados por elas na relação com suas próprias mães.

As identificações construtivas e alienantes apresentadas por Cabral e Levandowski (2012) parecem ter alguma semelhança com os conceitos de práticas parentais indutivas e coercitivas. As identificações construtivas correspondem à repetição de características saudáveis, como a capacidade de dar continência e o estabelecimento de sintonia entre a díade. De forma semelhante, as práticas indutivas correspondem às práticas parentais contingencialmente adequadas, que

favorecem o desenvolvimento de comportamentos habilidosos, o bem-estar psicológico, dentre outros (Leme, Del Prette & Coimbra, 2013). Já as identificações alienantes dizem respeito à repetição de características patológicas, nas quais a continência é precária e existe pouca ou nenhuma sintonia entre a díade, o que se assemelha às práticas coercitivas.

Bortolini e Piccinini (2015) também confirmaram em seus resultados evidências de transmissões intergeracionais. De acordo com os autores, o apego seguro apresentado pelos filhos das mães investigadas está associado às experiências que estas tiveram com seus cuidadores. Dessa forma, avalia-se que experiências positivas com os cuidadores tendem a ter significativa influência nas relações parentais que serão estabelecidas por toda a vida do indivíduo. Assim, identifica-se a intergeracionalidade dos padrões de apego.

4.3.2. *Considerações finais da revisão de literatura*

Todos os cinco estudos levantados obtiveram, como resultado, a confirmação das transmissões intergeracionais dos comportamentos parentais. Ainda que utilizassem objetivos e métodos diferentes, os resultados foram semelhantes.

Além disso, todos os estudos levantados focaram na investigação das interações entre pais e filhos no relacionamento com seus filhos, enfatizando a importância de analisar essas relações e o desenvolvimento socioemocional dos filhos. Ressalta-se, assim, a continuidade de práticas que podem gerar consequências positivas ou negativas entre gerações.

Dos cinco artigos selecionados, apenas um considerou pais e mães. Todos os outros apresentaram como participantes as mães. Macarini, Martins, Minetto e

Vieira (2010), ao realizarem uma revisão da literatura brasileira sobre as práticas parentais, constataram que, dos 51 resumos recuperados, apenas um tinha somente o pai como participante, o restante abrangia filhos, mães e filhos, exclusivamente a mãe ou ambos os genitores. É carente a investigação da relação entre pais (pai e mãe) e filhos na literatura brasileira, principalmente quando enfatizada a díade pai-filho. Dessa forma, ressalta-se a importância em se realizar estudos que investiguem cuidadores de forma mais ampla.

De acordo com Marin et al. (2013), apesar de existirem evidências que apontam para a continuidade intergeracional quanto à parentalidade, ainda é restrito o conhecimento sobre as transmissões e como estas se estabelecem. Considerando o impacto dos comportamentos parentais na transmissão dos padrões comportamentais a seus filhos (Comodo, Del Prette, & Del Prette, 2016), é de fundamental importância investigar a replicação dessas práticas nas gerações subsequentes.

Ademais, pelo fato de práticas coercitivas, como o uso da punição física e da ameaça e/ou privação de privilégios, tenderem a ser mais utilizadas pelos pais em relação às práticas indutivas, há uma propensão de que práticas de coerção sejam mais facilmente transmitidas e mantidas ao longo das gerações (Sampaio & Gomide, 2006). O que reforça a necessidade de novos estudos sobre a temática, na medida em que tais práticas parecem estar associadas a prejuízos no desenvolvimento socioemocional da criança e a comportamentos agressivos infantis (Marin et al., 2013).

Dada a relevância e importância de estudos como esses, que investigam o desenvolvimento dos filhos a partir dos comportamentos apresentados pelos pais, acredita-se que a presente revisão lança luz sobre lacunas importantes nas

investigações acerca das transmissões intergeracionais de práticas parentais. Sugere-se, portanto, a ampliação de pesquisas empíricas que colaborem no sentido de fornecer evidências para maior compreensão sobre o tema. Dessa forma, compreende-se a significância da presente tese na contribuição para o estudo das relações parentais e impacto destas em seus filhos.

5. MÉTODO

Os pais somente podem dar bons conselhos e indicar bons caminhos, mas a formação final do caráter de uma pessoa está em suas próprias mãos.

Anne Frank, *O diário de Anne Frank*

5.1. Delineamento

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo desenvolvido de forma mista, contemplando análises qualitativas e quantitativas. Além disso, apresenta cunho transversal, exploratório e descritivo.

Caracterização da amostra

Participaram da pesquisa 20 sujeitos, formando 10 díades pai-filho. A primeira geração destes (pais) foi denominada Geração 1 (G1) (n=10), e seus filhos foram denominados Geração 2 (G2) (n=10). Ambas as gerações eram constituídas por homens. Para compor a amostra a G2, era necessário exercer a parentalidade, ou seja, também ter filhos adolescentes, com vínculos biológicos e faixa etária de doze a dezoito anos (ECA, 1990), e que tivessem convívio diário com o filho. Ambas as gerações necessitavam residir no estado do Ceará. Compuseram a amostra famílias nucleares, monoparentais, reconstituídas e recasadas.

A média de idade dos participantes da G1 foi de 72,9 anos (DP= 6,2) enquanto a média da G2 foi de 44,9 anos (DP=4,1). A quantidade de filhos e de irmãos também foi investigada nos dados sociodemográficas. A G1 apresentou uma média de 3,3 filhos (DP=1,7) e de 7,6 irmãos (DP=2,9). A G2, em relação aos filhos, teve uma média de 2 (DP=0,8) enquanto a média da quantidade de irmãos foi de 2,3 (DP=1,9).

Em relação à escolaridade, 70% (n=7) dos participantes da G1 tem o ensino superior completo; na G2, 50% (n=5) apresenta superior completo e os outros 50% (n=5) completaram a pós-graduação. Sessenta por cento (n=6) dos sujeitos da G1 são casados enquanto os da G2 compõem 70% (n=7) da amostra. Quanto à renda, 50% (n=5) da G1 tem renda de até R\$ 5.000; na G2, 30% (n=3) também afirmaram possuir renda nesse intervalo, 40% (n=4) ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 10.000 e 30% (n=3) apresentam renda superior a R\$ 10.001.

Todas as informações coletadas no questionário de dados sociodemográficos encontram-se descritas na Tabela 4.

Tabela 4. Dados sociodemográficos dos participantes da pesquisa, dividido em Geração 1 e Geração 2

	Geração 1	Geração 2
Número de participantes	10	10
Idade	72,9 ±6,2	44,9 ±4,1
Quantidade de filhos	3,3 ±1,7	2,0 ±0,8
Quantidade de irmãos	7,6 ±2,9	2,3 ±1,9
Escolaridade		
Fundamental Completo	2 (20%)	-
Médio Completo	1 (10%)	-
Superior Completo	7 (70%)	5 (50%)
Pós Graduação	-	5 (50%)
Renda		
Até R\$ 5.000	5 (50%)	3 (30%)
De R\$ 5.001 até 10.000	3 (30%)	4 (40%)
Acima de 10.001	2 (20%)	3 (30%)
Estado Civil		
Solteiro	-	1 (10%)
União estável	-	1 (10%)
Casado	6 (60%)	7 (70%)
Divorciado	2 (20%)	1 (10%)
Viúvo	2 (20%)	-

Os critérios de exclusão para não participação na presente pesquisa foram 1) caso um dos membros da díade, pai ou filho, interrompessem a entrevista antes de sua conclusão, a dupla seria excluída da pesquisa; 2) se o formulário de dados sociodemográficos não fosse respondido corretamente por um ou ambos os participantes daquela díade, ela também seria excluída. Nenhum dos participantes atenderam aos critérios de exclusão, assim, todas as duplas participantes foram mantidas.

5.2. Instrumentos

Formulário de dados sociodemográficos

Este formulário buscou investigar os aspectos sociodemográficos de cada participante, como idade, gênero, nível de escolaridade e renda familiar. Foi apresentado logo após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), sendo solicitado seu total preenchimento.

Entrevista semiestruturada

Foi realizada uma entrevista semiestruturada, composta por três questões abertas, dirigidas aos pais (G1) e aos filhos (G2), que buscavam investigar aspectos relacionados às práticas educativas parentais. Os dados coletados nessas entrevistas serviram de base para analisar o aprendizado das práticas educativas parentais nas gerações.

Para os participantes da Geração 1, realizou-se as seguintes perguntas: 1) Pensa na sua adolescência, na adolescência do seu filho e atualmente. Quais as principais diferenças, em termos de criação dos filhos, você consegue identificar comparando esses momentos distintos? 2) Quais comportamentos você acredita que

os pais devem adotar para educar adequadamente os filhos? 3) Pensando nos comportamentos que você exerceu como pai, quais você considera ter herdado do seu pai? E quais, dos comportamentos adotados por seu pai, você não utilizou com seu(s) filho(s)?

Aos membros da Geração 2, as perguntas utilizadas foram as mesmas, entretanto, foi realizado um ajuste na primeira pergunta: 1) Pensa na sua adolescência e na adolescência do seu filho. Quais as principais diferenças, em termos de criação dos filhos, você consegue identificar comparando esses momentos distintos?

Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P)

O RE-HSE-P é um instrumento que avalia as práticas parentais positivas e negativas, através de perguntas voltadas ao dia a dia das famílias e da relação entre cuidador e criança, levantando os antecedentes e consequentes dos comportamentos investigados (Bolsoni-Silva; Loureiro & Marturano, 2016). Assim, optou-se por sua utilização, pois ele investiga as contingências em torno dos comportamentos dos pais e dos filhos.

O Roteiro foi formulado para ser aplicado em responsáveis (pai, mãe e/ou outros) de crianças que se encontram em idade pré-escolar e escolar (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016). Entretanto, adaptou-se o instrumento para aplicação em um estudo com pais de adolescentes (Tozze & Bolsoni-Silva, 2017).

Diante desse cenário, e buscando investigar se tal instrumento seria adequado para a utilização na presente pesquisa, realizou-se um estudo piloto, em março de 2019, com uma dupla (pai e filho) que atendia aos mesmos critérios de inclusão da tese. Para a geração 1 (pai/avô), antes da aplicação foi solicitado que

ele buscasse lembrar da adolescência do seu filho (geração 2) para responder às perguntas do roteiro de entrevista. Após aplicação e análise das respostas, compreendeu-se que o roteiro poderia ser utilizado com os participantes da pesquisa, por apresentar os resultados esperados.

Dessa forma, este instrumento investigou a ocorrência de respostas, situações antecedentes e consequentes para as habilidades sociais educativas parentais. Composto por 70 itens organizados em frequência de habilidades sociais educativas parentais, habilidades sociais infantis, variáveis de contexto, práticas educativas parentais negativas e problemas de comportamento infantis. A aplicação do RE-HSE-P foi audiogravada. As perguntas abertas e fechadas que compõem os 13 conjuntos de perguntas do instrumento foram realizadas e o tempo estimado de aplicação teve uma média de uma hora de duração.

O RE-HSE-P apresentou coeficiente *alpha* de 0,87, o que demonstra índice satisfatório de fidedignidade. A análise fatorial produziu duas dimensões que explicam 60,775% da variância total. São elas, características positivas do relacionamento pais e filhos, que englobam habilidades sociais infantis, habilidades sociais educativas parentais, variáveis de contexto e frequência positiva de habilidades sociais educativas parentais; e características negativas do relacionamento pais-filhos, compostas por práticas educativas negativas, problemas de comportamento infantis, frequência negativa de habilidades sociais educativas parentais e total negativo. O índice KMO foi 0,740 e o teste de esfericidade de Bartlett apresentou resultado significativo ($p=0,000$), indicando adequação dos dados para a análise.

De acordo com Bolsoni-Silva; Loureiro e Marturano (2016), esse instrumento apresenta boas propriedades psicométricas de fidedignidade, validade de construto e discriminante.

5.3. Procedimentos

Cuidados éticos

A pesquisa seguiu as normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Brasil) e do Código de Ética Profissional dos Psicólogos, atendendo às exigências estabelecida nas recomendações éticas da Resolução 510/2016 (CNS, 2016). O projeto foi aprovado pela Câmara de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (nº 32/2019).

Valorizando a preservação da identidade dos participantes, optou-se por, quando transcritas de forma literal suas falas, substituir seus nomes pelo código referente à dupla que fazem parte (e.g. D3G2, que dizer tratar-se do sujeito que compõe a dupla 3 e faz parte da Geração 2).

Dados da coleta

Parte dos participantes foi indicada por pessoas próximas à pesquisadora. Estes, por sua vez, indicaram outros participantes, seguindo o método da bola de neve. O contato com os participantes deu-se através de ligações, mensagens e e-mails. Foi apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e, após explicação do termo, foi solicitada sua assinatura. Todos os participantes foram entrevistados individualmente em suas próprias casas, como solicitado por eles. Em decorrência da pandemia de COVID-19, que iniciou no Brasil em fevereiro de 2020

(Brasil, 2020), alguns participantes optaram que suas entrevistas fossem realizadas por meio de chamada de vídeo no aplicativo *Skype*.

Solicitou-se, inicialmente, que os participantes preenchessem o formulário de dados sociodemográficos. Em seguida, realizou-se a entrevista semiestruturada, apresentando três perguntas abertas, as quais buscavam investigar aspectos relacionados às práticas educativas parentais.

Após realização da entrevista, aplicou-se o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P) (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016). Como descrito no manual de aplicação, antes de iniciar a aplicação do roteiro, eram lidas as instruções contidas no mesmo aos participantes. Toda a coleta teve duração média de 50 minutos.

5.4. Análise dos dados

A presente pesquisa foi dividida em duas análises. Uma análise estatística, baseada nos resultados obtidos no SPSS versão 20.0 (*Statistical Package for the Social Sciences*), que contemplou os seguintes objetivos: 1) investigar quais práticas parentais são mais utilizadas em cada geração; 2) Analisar a correlação das características sociodemográficas dos participantes no uso das práticas educativas parentais; 3) investigar se as práticas utilizadas pelos filhos assemelham-se às dos pais; e 4) avaliar, dentre as práticas educativas positivas e negativas, quais as que apresentam maior probabilidade de serem aprendidas e praticadas pelos filhos no desenvolvimento de sua parentalidade. E uma análise lexicográfica, realizada a partir da utilização do *software* IRaMuTeQ. Este possibilita a realização de diferentes tipos de análises estatísticas sobre *corpus* textuais e tabelas indivíduos/palavras (Camargo & Justo, 2013). A análise lexicográfica contemplou

os seguintes objetivos específicos: 5) investigar, no discurso dos participantes de cada geração, quais palavras destacam-se quanto à frequência em relação às práticas educativas parentais; 6) analisar se há diferenças entre as percepções dos filhos sobre as práticas educativas de seus pais e dos pais sobre si mesmo.

Roteiro de entrevista de habilidades sociais educativas parentais (RE-HSE-P)

A partir do áudio coletado em cada entrevista, foi preenchido um protocolo no qual anotou-se a frequência com que as respostas foram dadas a partir das tabelas de codificação contidas no manual.

As respostas frequentes receberam o escore 2, as respostas algumas vezes receberam o escore 1 e as respostas nunca/quase nunca o escore 0. A partir da definição dos escores, a frequência positiva foi somada (I- conversar com o filho, VIII- concordância parental, XII- filho faz perguntas sobre sexo/sexualidade), assim como a frequência negativa (IV- expressa sentimento negativo, VII- dificuldade em cumprir promessas, X- comportamentos que os pais não gostam). As somas de cada uma dessas frequências foram computadas para obter os escores de Total Positivo e Total Negativo.

Através das respostas dadas pelos pais, foi possível avaliar que práticas, positivas ou negativas, os pais utilizam mais com seus filhos. Em relação à Geração 1, foi solicitado, antes da aplicação do instrumento, que eles respondessem às perguntas pautados nos comportamentos que utilizavam quando os filhos eram adolescentes.

Análise estatística

Inicialmente, foi realizado um teste de significância *Kolmogorov-Smirnov* para analisar se tratava-se de uma amostra de distribuição normal. Em seguida, foi executada uma análise descritiva para caracterizar a amostra. Através da correlação de *Sperman*, analisou-se a associação entre os fatores do Roteiro de Entrevista de Práticas Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P) e os dados sociodemográficos dos participantes.

Posteriormente, foi realizado um teste de *Mann-Whitney* com o objetivo de investigar em que medida os níveis de problemas de comportamento eram equivalentes entre as gerações 1 e 2.

Por fim, utilizou-se uma análise de regressão linear múltipla (método *forward*) com o objetivo de investigar em que medida as características dos dados sociodemográficos dos participantes impactavam na variância de dois dos cinco fatores do RE-HSE-P (Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSEP) e Contexto (CONT)).

Análise lexicográfica

Inicialmente, o *corpus* textual foi preparado para a análise criando-se, no *software* Libre Office, um arquivo único de texto com todas as entrevistas realizadas. A primeira linha foi pulada para separar os textos com linhas de comando. As linhas eram monotemáticas, garantindo uma melhor compreensão dos dados coletados. Posteriormente, o arquivo foi revisado e corrigido, seguindo as indicações do *software* para uma melhor utilização do mesmo (Camargo & Justo, 2013).

Após preparação do *corpus*, foi realizada uma análise lexicográfica para calcular a frequência das palavras e uma classificação hierárquica descendente

(CHD), obtendo classes que apresentam vocabulários semelhantes entre si. A partir dessas classes, foi possível identificar a presença ou ausência de determinados vocabulários que se encaixavam nas práticas educativas parentais. Além disso, realizou-se, também, uma análise de similitude para identificar as coocorrências entre as palavras e as indicações de conexidades entre elas. Por fim, foram geradas nuvens de palavras, que agruparam e organizaram, graficamente, as palavras em função de sua frequência (Camargo & Justo, 2013).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os filhos herdam as loucuras dos pais

Gabriel García Marquez, *Cem anos de solidão*

O presente estudo objetivou investigar se as práticas educativas parentais são transmitidas entre gerações e quais dessas práticas aprendidas os filhos utilizam no exercício de sua parentalidade. Para uma melhor apresentação dos resultados, optou-se por dividi-los em ‘análise estatística’ e ‘análise lexicográfica’.

Os pais têm fundamental importância no desenvolvimento da criança, a partir das interações que estabelece com a mesmas (Bueno & Vieira, 2014). Cabe destacar, também, que sua participação pode afetar os filhos de forma positiva ou negativa (Prado & Vieira, 2003).

Ainda que compreendida sua importância, muitos estudos apontam que são destinados à mãe os cuidados e educação dos filhos. Portanto, os pais dedicam menos tempo a esses aspectos da parentalidade (Manfroí, Macarini & Vieira, 2011; Maia & Soares, 2019).

A parentalidade deve ser compreendida como constituída por um aspecto social que rege, principalmente, as práticas educativas das crianças. Dessa forma, parentalidade está ligada ao fazer, implicando tudo que perpassa o cotidiano durante as práticas educativas, que sofrem influência, em parte, de valores e crenças. Estes, por sua vez, são construídos a partir da história e da cultura (Tudge & Freitas, 2012).

Tendo em vista a importância da participação dos pais no desenvolvimento socioemocional dos filhos, Maia e Soares (2019) apontam um aumento de estudos que buscam investigar a forma como os pais educam e interagem com os filhos. Assim, as investigações a respeito das práticas parentais também têm aumentado.

6.1. Análise estatística

6.1.1. Resultados

Para análise dos dados estatísticos, utilizou-se os resultados coletados com a aplicação do RE-HSE-P (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016) e os dados sociodemográfico dos participantes do estudo.

Por se tratar de uma amostra que não apresentava distribuição normal, resultado mensurado com a utilização do teste de significância *Kolmogorov-Smirnov*, optou-se pela utilização da correlação de *Sperman*. Os resultados foram apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Correlações de Spearman entre os fatores do RE-HSE-P e os dados sociodemográfico dos participantes

	HS	CONT	PRNEG	PROB	HSEP
Idade	-,372	-,496*	,107	-,139	-,506*
Escolaridade	,204	,388	-,136	-,230	,561*
Renda	,002	,148	-,043	-,477*	,493*
Filhos	-,250	-,571**	,033	-,185	-,167
irmãos	-,083	-,455*	-,026	-,229	-,372

Notas: * $p < 0,05$; ** $p < 0,001$.

Quanto aos fatores mensurados no RE-HSE-P, habilidades sociais dos filhos (HS), variáveis de contexto (CONT), práticas negativas (PRNEG), problemas de comportamento dos filhos (PROB) e habilidades sociais educativas parentais (HSEP), ao serem relacionados aos dados sociodemográficos, obteve-se os seguintes resultados:

1) Há uma relação negativa entre a idade dos participantes e o fator variáveis de contexto (CONT) ($r = -,496$; $p < 0,05$). Ou seja, quanto mais velhos os pais forem,

menor os resultados atingidos em relação a CONT. Esse fator consiste na análise e leitura dos pais quanto ao ambiente social em que estão inseridos, assim, contemplam-se as condições antecedentes e consequentes para a emissão de comportamentos adequados às determinadas situações, como a expressão de regras, evitando o desenvolvimento de comportamentos-problema nos filhos e aumentando a habilidade social destes (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016). Portanto, a Geração 1 (G1), representada pelos pais, apresenta maior dificuldade em analisar e se comportar adequadamente a partir do ambiente.

2) Resultado similar foi encontrado quando correlacionada a idade com o fator habilidades sociais educativas parentais (HSEP) ($r=-,506$, $p<0,05$). As habilidades sociais educativas parentais contemplam aspectos da interação, como comunicação (incentivar a conversação com os filhos, perguntando e ouvindo as perguntas destes); expressão de sentimentos e enfrentamentos (expressar sentimentos, sejam eles positivos ou negativos, e suas opiniões, bem como demonstrar carinho e brincadeiras); estabelecimento de limites (estabelecer limites, apresentando-os de forma clara, de maneira que os filhos compreendam porque estão sendo emitidos, identificando comportamentos apropriados e inapropriados aos filhos, cumprir promessas e emitir comportamentos que estejam em concordância com o cônjuge); condições antecedentes e/ou consequentes às respostas dos pais e cuidadores (corresponde aos comportamentos apresentados pelos filhos diante dos comportamentos verbais apresentados pelos pais) (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016). Dessa forma, quanto mais velhos os pais, menores os valores apresentados referentes às HSEP. Portanto, a G2 (Geração 2) tende a apresentar mais habilidades sociais educativas do que a G1.

3) O dado renda, que sinaliza o quanto os participantes ganham por mês, também apresentou correlação negativa com o fator problemas de comportamentos dos filhos (PROB) ($r = -,477$; $p < 0,05$) e correlação positiva com habilidades sociais educativas parentais (HSEP) ($r = ,493$; $p < 0,05$), o que sinaliza que quanto menor a renda dos participantes, maiores os problemas de comportamento nos filhos. Por outro lado, quanto maior a renda dos pais, maiores as habilidades sociais educativas parentais. O fator problemas de comportamento dos filhos impede ou dificulta que este entre em contato com novas contingências de reforçamento, o que restringe a aquisição de repertórios de aprendizagem (Bolsoni-Silva, 2003).

4) Escolaridade, por sua vez, apresentou correlação positiva com o fator HSEP ($r = ,561$; $p < 0,05$). O que sinaliza que o nível de escolaridade influencia a apresentação de mais habilidades sociais educativas parentais.

5) O fator variáveis de contexto (CONT) também apresentou correlação negativa com os dados quantidade de filhos ($r = -,571$; $p < 0,001$) e quantidade de irmãos ($r = -,455$; $p < 0,05$). Ou seja, quanto maior a quantidade de filhos e irmãos, menores os resultados relacionados a esse fator. O grupo que apresentou maior quantidade de irmãos e filhos foi a G1, o que corrobora os resultados associados à faixa etária e CONT.

Foi realizada uma análise de regressão linear múltipla (método *forward*) com o objetivo de investigar em que medida as características dos dados sociodemográficos (idade, renda, escolaridade, quantidade de filhos e quantidade de irmãos) dos participantes impactavam nos níveis de dois dos cinco fatores do RE-HSE-P (Habilidades Sociais Educativas Parentais (HSEP) e Contexto (CONT)), que, de acordo com a correlação de *Spearman*, obtiveram resultado significativo.

Os resultados demonstraram haver uma influência significativa dos dados sociodemográficos nos fatores de RE-HSE-P. O primeiro fator a ser analisado foi o HSEP, que apresentou ser influenciado pela idade e renda ($F(2, 17) = 10,310$, $p = 0,001$; $R^2_{\text{ajustado}} = 0,495$). A tabela 6 apresenta os coeficientes para todos os preditores significativos. Conforme pode ser visto, a variável que mais fortemente impactou os níveis HSEP foi idade, explicando 30% do desfecho. A variável renda, por sua vez, esteve relacionada com apenas 19% da variância. Escolaridade não apresentou impacto significativo ($B = -0,048$, $t = -0.184$, $p = 0,856$).

Tabela 6. Variáveis preditoras de HSEP

Preditores	Coeficientes padronizados <i>Beta</i>	<i>T</i>	Sig.	R^2	DR^2
(Constant)	-	6,936	0,000	-	-
Idade	-,551	-3,372	0,004	0,341	0,305
Renda	,456	2,788	0,013	0,548	0,495

O segundo fator a ser analisado foi o CONT, que apresentou ser influenciado pela idade ($F(1, 18) = 5,898$, $p = 0,026$ ($p < 0,05$); $R^2_{\text{ajustado}} = 0,205$). A Tabela 7 apresenta os coeficientes para todos os preditores significativos. Conforme pode ser visto, a variável que mais fortemente impactou os níveis CONT foi idade, explicando 20% do desfecho. Quantidade de filhos e quantidade de irmãos não apresentaram impacto significativo, resultados respectivos ($B = -0,274$, $t = -1.219$, $p = 0,239$), ($B = -0,091$, $t = -0.264$, $p = 0,795$).

Tabela 7. Variáveis preditoras de CONT

Preditores	Coeficientes padronizados <i>Beta</i>	<i>T</i>	Sig.	R^2	DR^2
(Constant)	-	4,633	0,000	-	-
Idade	-,497	-2,429	0,026	0,247	0,205

Dessa forma, podemos compreender que quanto mais baixa a idade, maior o fator preditivo para HSEP. Por outro lado, quanto maior a renda, maior o fator preditivo para a mesma variável. E quanto menor a idade, maior o fator preditivo para CONT.

Cabe compreender que a Geração 2, por se tratar dos filhos, tenderá a apresentar maiores índices de habilidade social educativa parental e maior uso do contexto para responder às necessidades dos filhos. Já a Geração 1, que se trata dos pais e que, portanto, apresenta maior idade, tende a manifestar menores índices de HSEP e CONT.

Foi realizado um teste de *Mann-Whitney* com o objetivo de investigar em que medida os níveis de problemas de comportamento eram equivalentes entre as gerações 1 (pais) e 2 (filhos). Os resultados demonstraram que os filhos da Geração 1 (pais) apresentaram maior escore de problemas de comportamento quando comparado aos filhos da Geração 2 ($U = 23.000,0$, $z = -2,065$, $p < 0,05$). Entretanto, o tamanho de efeito foi médio ($r = 0,5$).

Tabela 8. Equivalência entre problemas de comportamento e as gerações 1 e 2.

Geração	N	Postos de média	Soma de classificações
1	10	13,20	132,00
2	10	7,80	78,00
Total	20		
U Mann-Whitney			23,000
Wilcoxon W			78,000
Z			-2,065
Sig. Assint. (2 caudas)			,039

Pode-se associar a diferença entre as faixas etárias e os fatores analisados no RE-HSE-P aos aspectos culturais presentes nessas gerações, que implicavam na mudança da compreensão do ser pai e, por consequência, nos comportamentos associados à parentalidade.

6.1.2. *Discussão*

De acordo com Darling e Steinberg (1993), pensar os comportamentos parentais, seus estilos e práticas, implica em analisar as relações familiares, a cultura na qual estão inseridos, sua classe social e as metas que os cuidadores estabelecem para seus filhos. Assim, a cultura parental de cada geração influencia no exercício das práticas parentais. Para Leme, Bolsoni-Silva e Carrara (2009), práticas parentais são práticas culturais, logo cada geração será influenciada pelos aspectos referentes à cultura.

Pensar a constituição familiar e os papéis exercidos pelos pais e mães implica em olhar o contexto em que estavam inseridos. O pai, apoiado pela cultura ocidental patriarcal, distanciava-se do contexto doméstico que abrangia os filhos (Borsa & Nunes, 2011). Entre os séculos XVIII e XIX, o pai era compreendido como o provedor financeiro e material da casa enquanto cabia à mãe a maternidade e os cuidados do lar. Na década de 1950, a compreensão do homem como responsável pelo sustento da casa e da mãe responsável pelas atividades do lar e dos filhos permaneceu (Borsa & Nunes, 2011). A Geração 1 (G1), que tem idade entre 66 e 83 anos, nascidos, portanto, entre as décadas de 1930 e 1950, fez parte desse período e pode ter aprendido com seus pais esse padrão comportamental. Além de terem sido incentivados pela cultura da época, fazendo, assim, menos uso das habilidades sociais educativas parentais, bem como da análise do contexto, para relacionarem-se com seus filhos.

De acordo com Dessen (2010), o final dos anos 1960 e os anos 1970 e 1980 foram marcados por relações mais igualitárias entre marido e mulher e entre eles e seus filhos. As mulheres conquistaram espaço no contexto social, político e econômico. Além disso, os movimentos sociais em prol das minorias (mulheres,

homossexuais, negros etc.) inauguraram transformações na vida social e privada. Na década de 1980, essas mudanças sociais deram início à *crise da autoridade* na família.

Nas últimas décadas, inúmeras transformações foram associadas às famílias, inclusive quanto aos comportamentos parentais de pais e mães. Segundo Borsa e Nunes (2011), as tarefas domiciliares passaram a ser mais bem divididas entre homens e mulheres, assim como a educação dos filhos e as atividades do dia a dia da família. O que indica a mudança de comportamento nas gerações relacionadas às práticas parentais. A cultura, como agência de controle, sinaliza os comportamentos socialmente aceitos. Quando a cultura se modifica, os comportamentos tendem a se modificar.

A família, ainda que se trate de uma agência de controle, sofre influência de outras agências de controle, estas estabelecidas em uma cultura (Landim, 2018; Skinner, 2003). Portanto, enaltece-se o papel fundamental que a cultura exerce sobre a família e, assim, sobre a relação parental e as práticas de cuidado.

Fatores como condições socioeconômicas podem influenciar o comportamento de pais e filhos (Leme, Bolsoni-Silva & Carrara, 2009). Gecas (1979), ao tentar relacionar as práticas educativas dos pais às condições socioeconômicas das famílias, concluiu que pais pertencentes à classe média tendem a apresentar mais controle em sua relação com os filhos e a analisar efetivamente o contexto, apresentando limites claros, punições e recompensas quando a criança se comporta de acordo e negociando com elas. Já pais de classes mais baixas teriam menos tempo dedicado aos filhos, consequenciando seus comportamentos de maneira inadequada e não contingente.

Segundo Carmo, Alvarenga e Lins (2016), existem evidências que apontam que crianças que fazem parte de camadas sociais mais favorecidas, na perspectiva socioeconômica, possuem mais acesso a fatores que favorecerão seu desenvolvimento, como as práticas de socialização. Enquanto crianças pertencentes a um nível socioeconômico mais baixo não teriam tanta facilidade de acesso a esses recursos. Em contrapartida, os aspectos associados às famílias que apresentam dificuldades econômicas podem aumentar a utilização de práticas pouco contingentes e consistentes, além do uso de estratégias coercitivas entre seus membros (Carmo, Alvarenga & Lins, 2016).

Quanto ao surgimento de problemas de comportamento, ainda que deva ser compreendido pela interação de múltiplas variáveis, são muito influenciados pelas interações sociais entre os cuidadores e as crianças. Segundo Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016), crianças que apresentam problemas de comportamentos tendem a apresentar pais que fazem uso de estratégias coercitivas como gritar, xingar, ter dificuldade em cumprir promessas feitas, apresentar comportamento agressivo na relação marital, dificuldade em estabelecer e exigir o cumprimento dos limites etc. Assim, pais que apresentam em seu repertório habilidades sociais educativas parentais tendem a promover habilidades sociais nos filhos, minimizando problemas de comportamento. De acordo com Bolsoni-Silva e Marturano (2007), uma forma adequada de prevenir o surgimento de problemas de comportamento é através da interação social positiva, que faz uso da comunicação e do afeto, além do estabelecimento de limites consistentes.

Os problemas de comportamento podem ser divididos em externalizantes (e.g. desobediência, agressividade etc.) e internalizantes (e.g. tristeza, retraimento social etc.) e devem ser compreendidos como prejudiciais ao desenvolvimento dos

filhos (Achenbach & Edelbrock, 1979; Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016). Estes dificultam o acesso a novas contingências de reforçamento que poderiam ampliar o repertório comportamental dos filhos, que fossem mais adequadas ao convívio social. Além disso, os problemas de comportamento são inversamente proporcionais às habilidades sociais, indicando que filhos que apresentam esses problemas tendem a ter prejuízos em sua capacidade de solucionar problemas e de estabelecer bons relacionamentos (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016).

Cabe ressaltar que, dentro da instituição familiar, os cuidadores são os responsáveis por ensinar e selecionar os comportamentos dos filhos. Assim, os padrões comportamentais, como os problemas de comportamento, são, também, aprendidos com os membros dos seus grupos sociais (Baum, 2006).

Ainda que uma única variável, como condição socioeconômica, não possa ser diretamente associada à qualidade das práticas parentais adotadas pelas famílias, parece importante compreender a influência das condições e do contexto associado a essas famílias em específico. Para se estudar famílias, faz-se necessário compreender a complexidade e multiplicidade de fatores que a envolvem e não apenas levar em conta o pertencimento a um meio social (Montandon, 2005).

De acordo com os resultados apontados pelas análises estatísticas, as gerações 1 e 2 distinguem-se quanto a fatores essenciais que compõem as práticas educativas parentais, como habilidades sociais educativas e variáveis de contextos, gerando impacto, inclusive, no surgimento de problemas de comportamento dos filhos. A Geração 2 parece apresentar comportamentos que representam as práticas educativas parentais positivas enquanto a Geração 1 demonstrou fazer mais uso de estratégias mais condizentes às práticas negativas. Por esses resultados, seria possível afirmar que há diferença nas práticas utilizadas por pais e filhos no

exercício de sua parentalidade. Entretanto, compreendendo que o uso de um único instrumento não seria suficiente para tamanha mensuração, optou-se pela análise do discurso dos participantes. Os resultados serão apresentados no tópico a seguir.

6.2. Análise lexicográfica - IRaMuteq

A análise do material transcrito coletado nas entrevistas foi realizada através da utilização do *software* IRaMuTeq. O *corpus* geral foi constituído por vinte textos separados por 542 segmentos de texto com aproveitamento de 336 St, representando 61,99% desse aproveitamento. Emergiram 19.037 ocorrências (proposições, palavras, formas ou vocabulários), sendo 2479 palavras distintas e 1.346 palavras com uma única ocorrência.

O conteúdo analisado foi categorizado em três classes: classe 1 com 97 segmentos de texto (28,87%); classe 2 com 110 segmentos de texto (32,74%); e classe 3 com 129 segmentos de texto (38,39%). As três classes se encontram divididas em duas ramificações (A e B) do *corpus* total em análise. O *subcorpus* A, intitulado “Interações familiares e vínculos estabelecidos”, composto pela Classe 1 (“Experiências vivenciadas na relação pai/filho”), refere-se às histórias de vida dos indivíduos ao longo do ciclo de vida familiar, às relações que estabelecem na atualidade com a nova família e aos sentimentos vividos por ambos. O *subcorpus* B, denominado “Aspectos relacionados a valores familiares”, contém os discursos correspondentes à Classe 2 (“Estabelecimento de princípios, valores morais e comportamentos”) e Classe 3 (“Relações parentais e aspectos da educação), que contemplam as mudanças entre as gerações e aspectos relacionados ao futuro, à criação de filhos e à mudança de comportamentos sociais e familiares.

As Figuras 4, 5 e 6 apresentam os dendrogramas por classe, palavras e nuvens de palavras, respectivamente.

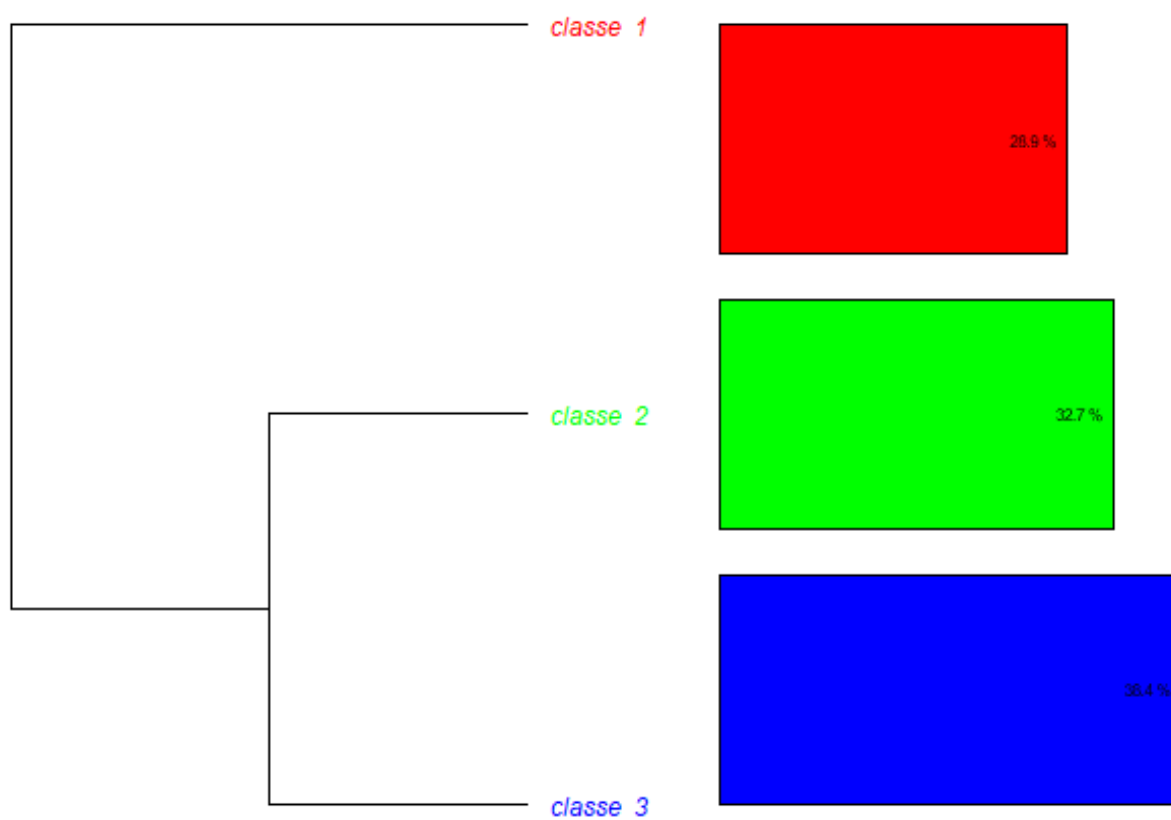


Figura 4. Resultado apresentado pelo IRaMuteq do dendrograma por classes (1, 2 e 3)

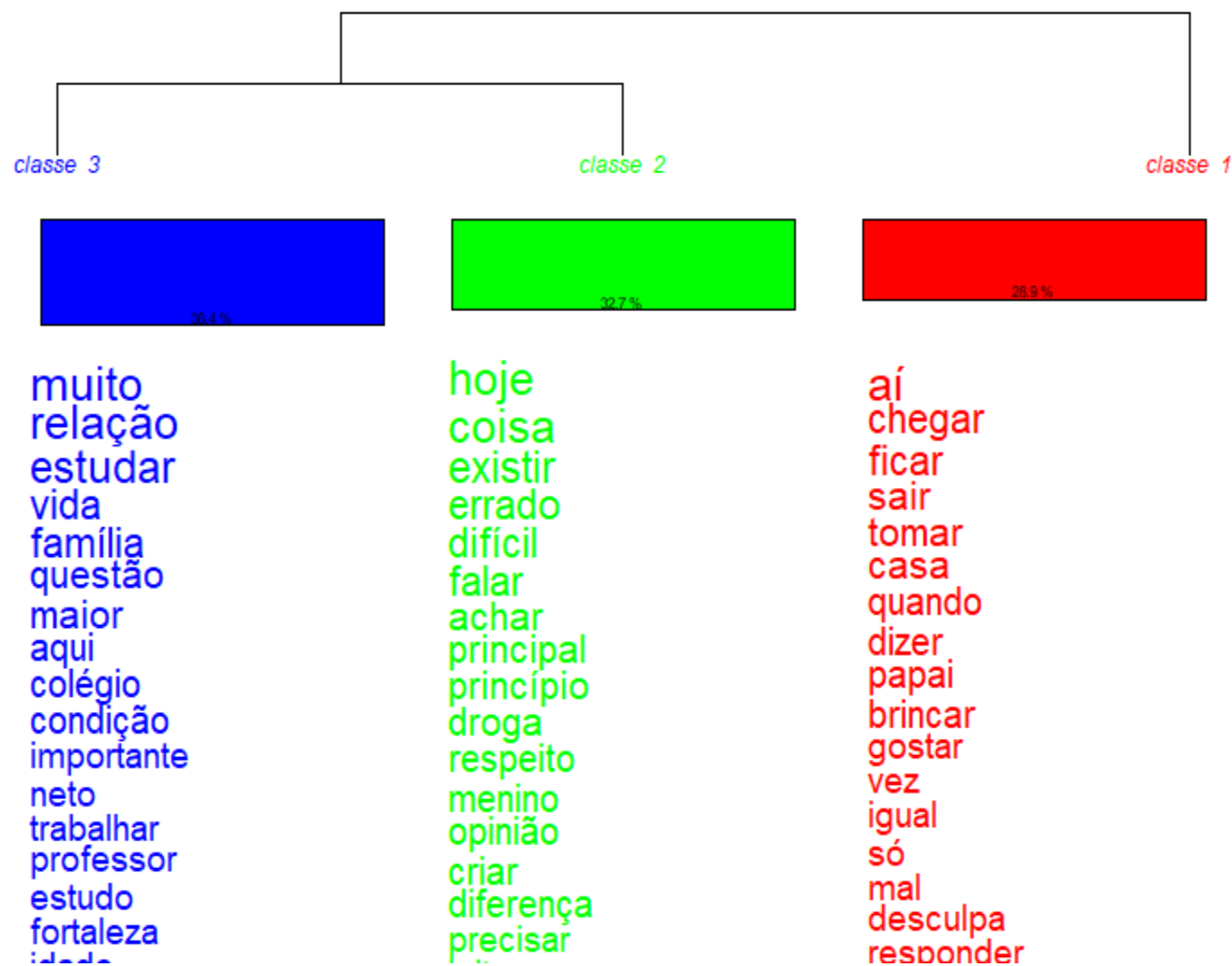


Figura 5. Resultado apresentado pelo IRaMuTeq do dendrograma por classes e palavras

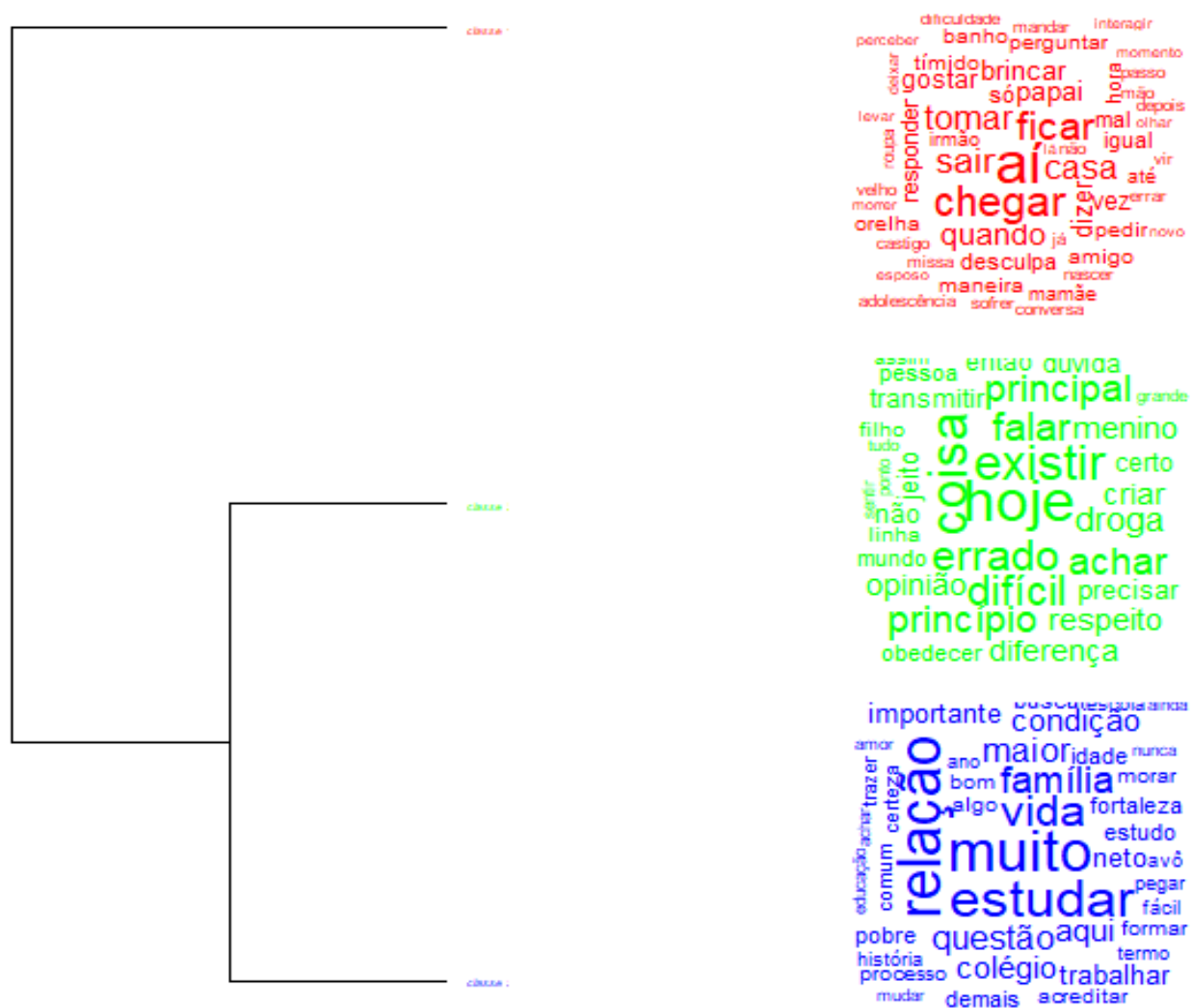


Figura 6. Resultado apresentado pelo IRaMuteq do dendrograma nuvem de palavras por classe

Para atingir uma melhor visualização das classes, elaborou-se um organograma com a lista das palavras geradas pelas classes a partir do teste do qui-quadrado. Esse organograma mostra os vocabulários semelhantes entre si e os diferentes das outras classes. A seguir foram descritas, operacionalizadas e exemplificadas cada uma dessas classes de acordo com a Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

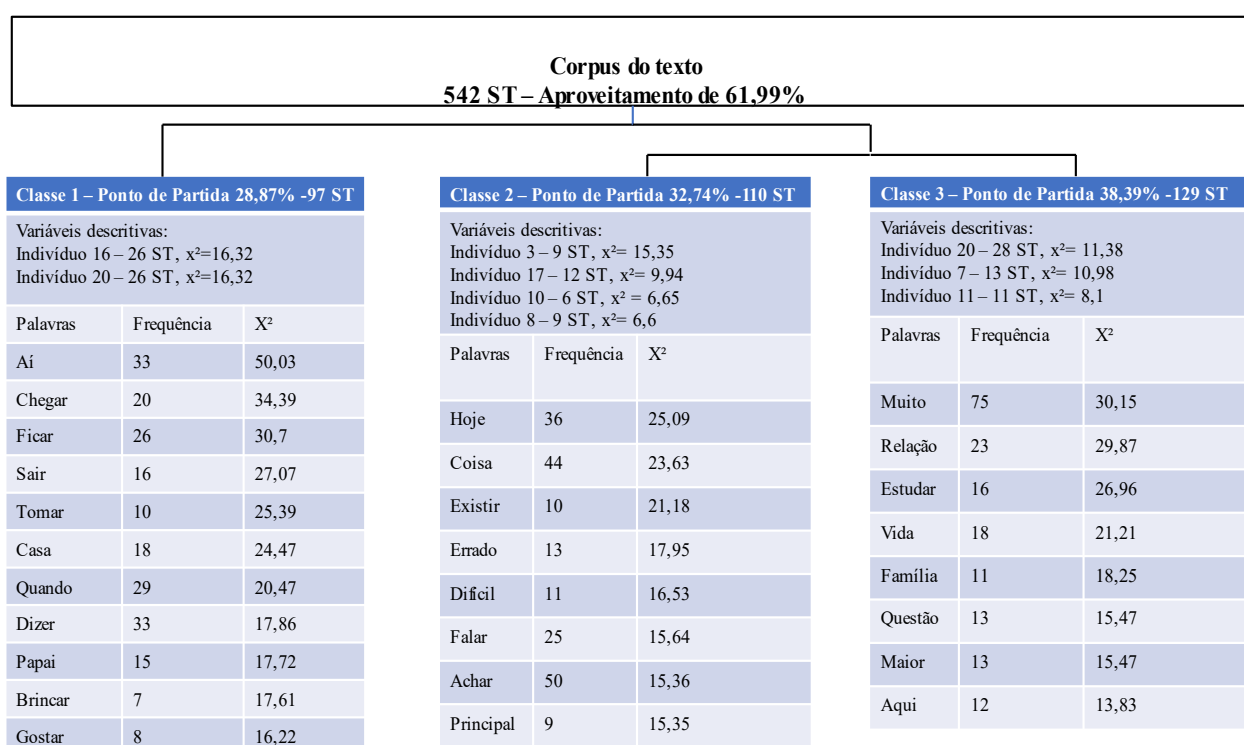


Figura 7. Classificação Hierárquica Descendente

6.3.1. Classe 1 – Experiências vividas na relação pais/filhos

A classe 1 compreende 28,87% ($f=97$ St) do corpus total analisado. Constituída por palavras ou radicais no intervalo entre “Gostar” ($x^2=16,22$) e “Aí” ($x^2=50,03$). Essa classe é composta por palavras, como: Chegar ($x^2 > 34,39$); Ficar ($x^2 > 30,7$); Sair ($x^2 > 27,07$); Tomar ($x^2 > 25,39$); Casa ($x^2 > 24,47$); Quando ($x^2 > 20,47$); Dizer ($x^2 > 17,86$); Papai ($x^2 > 17,72$); Brincar ($x^2 > 17,61$); e Gostar ($x^2 >$

16,22). Na presente classe, predominaram evocações do indivíduo D8G2 (26 St, $x^2 = 16,35$) e indivíduo D10G2 (26 ST, $x^2 = 16,32$).

A partir da análise realizada, pode-se constatar que estão elencadas as respostas dos filhos em relação às experiências vivenciadas com os seus respectivos pais, contextos de como perceberam o modo como foram criados, os sentimentos originados dessa vivência e como passam suas experiências na relação com os filhos. Foram recortadas algumas falas para exemplificar:

[...] no começo ele sempre levava a gente pra missa, até porque era criança e não tinha como ficar em casa [...] (Ind. D10G2).

[...] a coordenadora mandou um comunicado *pra* mamãe e *pro* papai porque o meu irmão chegou com a orelha furada, aí meu pai perguntou o porquê de estar sendo chamado e ele respondeu: porque eu furei a orelha. Aí meu pai disse: poxa! Por causa disso aí o papai foi lá e furou orelha dele e foi para a reunião com um brinco. Aí ele chegou e perguntou: o que *tá* acontecendo? [...] e ela olhou assim e disse: o senhor usa brinco? E ele disse: a minha sexualidade está em outro lugar, não é na orelha não, por favor. Por isso que eu fui chamado? (D10G2).

A classe 1 enaltece a relação parental, trazendo o brincar como base para uma boa interação pais/filhos. De acordo com Bolsoni-Silva e Loureiro (2010), o comportamento de brincar com os filhos compõe as habilidades sociais educativas parentais (HSE-P), fazendo parte do grupo: expressão de sentimentos e enfrentamento.

O principal comportamento que os pais devem ter com os filhos, que foi o meu comportamento, primeiro é fazer deles meus amigos, eu não tinha como ser aquele exigente *pra* que eles me obedecessem: “- Faça porque eu sou o pai, você é o filho”. Não! Eu tinha eles como amigos, eu era amigo, de brincar, de jogar bola com eles, piscina, de jogar, esse tipo de coisa. Então a preocupação, a minha principal, pra mim, a principal, que o pai deve ter com um filho, é fazer deles amigos, quando

eles sentirem que o pai é o principal amigo, não é o pai é o principal amigo, eles passam a imitar o pai. E se o pai tem um bom comportamento eles, vão seguir (Ind. D2G1).

Ambas as gerações trouxeram na fala de seus representantes o brincar como meio de interação e relação entre pais e filhos, além de, para eles, ser um comportamento característico da faixa etária infantil.

Segundo Chamati e Dahás (2020), o brincar tem importante função no processo de desenvolvimento infantil por promover o surgimento de novas habilidades e conhecimentos. Este comportamento também deve ser concebido dentro de uma perspectiva cultural. De acordo com as autoras supracitadas, as crianças ocidentais apresentam mais brincadeiras imaginativas, estimulando o desenvolvimento da autonomia e, algumas vezes, criando situações conflituosas dentro do grupo. Já as crianças orientais apresentam em seu repertório mais brincadeiras cooperativas.

Independente da cultura, os comportamentos classificados como brincadeiras são de fundamental importância por promover, como consequência, a aquisição de competências para o desenvolvimento, como as sensório-motoras, comportamento verbal, autocontrole, cooperação, entre outras (Papalia, Olds & Feldman, 2009), que auxiliam nas habilidades sociais dos filhos. São, portanto, fundamentais na relação entre pais e filhos.

6.2.2. Classe 2 – Estabelecimento de princípios, valores morais e comportamentos

Essa classe apresenta 32,74% (f= 110 St) do *corpus* total analisado. As palavras ou radicais que foram identificadas ocorrem no intervalo entre “Hoje” ($\chi^2= 25,99$) e “Principal” ($\chi^2= 15,35$). Essa classe é composta por palavras como “Hoje”

($x^2 > 25,99$); “Coisa” ($x^2 > 23,63$); “Existir” ($x^2 > 21,18$); “Errado” ($x^2 > 17,95$); “Difícil” ($x^2 > 16,53$); “Falar” ($x^2 > 15,64$); “Achar” ($x^2 > 15,36$); “Principal” ($x^2 > 15,35$). Os indivíduos que tiveram evocações com predominância nessa classe foram o D2G1, D4G2, D5G2 e D9G1. Seguem trechos referentes ao discurso desses participantes:

[...] não existia droga ainda, a gente ficava despreocupado, sabia que ele podia ir e vir ele não ia viciar em droga porque não existia. Hoje eu estaria preocupado, a minha preocupação entre aquele tempo e hoje seria a droga (Ind. D2G1).

[...] eu dizia pra eles, se você quiser fazer errado você pode, agora se fizer errado vai ter que assumir. O que acontece hoje é isso, o pai quer falar, mas não dá o foco no que aquela criança ou aquele adolescente precisa, que é o exemplo dele (Ind. D9G1).

[...] não adianta tu falar uma coisa e no jeito de tu tratares teus funcionários e em casa fazer tudo errado. Eu vejo que não é questão de comportamento é: ou tu tem educação ou tu não tem (Ind. D4G2).

[...] eu obedecia ele porque ele era um homem manso, quando ele vinha falar uma coisa mais séria comigo eu sabia que eu estava errado e ele estava certo (Ind. D2G1).

A classe 2 destaca aspectos como princípios e valores na criação dos filhos, destacando as concepções de certo e errado e enaltecendo o que os pais esperam de seus filhos. A presença das palavras que compõem essa classe foi mais identificada nas falas dos membros da Geração 1, entretanto, também se fizeram presentes nas entrevistas da Geração 2.

Aqui observa-se o uso das regras no estabelecimento dos comportamentos que são ou não aceitos. A família, como agência de controle, controla a emissão e a efetivação de consequências para determinados comportamentos, que, por sua

vez, seguem as regras próprias da família (Todorov, 2020). É através de suas regras e limites que a família prepara seus membros para a comunidade social ampla, promovendo sua socialização (Naves & Vasconcelos, 2008).

As regras têm importante papel na relação entre os cuidadores e seus filhos, entretanto, estas não devem ser apresentadas de maneira excessiva ou de difícil cumprimento (Gomide, 2014). O uso de regras e estabelecimento de limites faz parte das Habilidades Sociais Parentais. Contudo, o relaxamento das regras estabelecidas está associado às práticas educativas negativas (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2011).

De acordo com Alvarenga, Weber e Bolsoni-Silva (2016), o estabelecimento de regras claras e consistentes parece, também, estar associado à prevenção de problemas de comportamento nos filhos. Ressaltando, assim, a importância do estabelecimento das regras. Além disso, os comportamentos controlados pelas regras sociais são reforçados e mais facilmente aprendidos do que os governados pelas contingências (Skinner, 1999).

Hoffman (1975) publicou um estudo apontando a relação entre a disciplina parental - portanto, o estabelecimento de regras - e o surgimento de comportamentos morais nos filhos. A prática educativa do comportamento moral contempla a transmissão dos valores morais de pais para filhos através dos comportamentos dos pais, bem como do comportamento verbal. Estes valores minimizam o surgimento de comportamentos compreendidos como antissociais, além do desenvolvimento de outros comportamentos como empatia, senso de justiça, sentimento de culpa e vergonha, inibindo comportamentos antissociais, entre outros. Assim, os filhos discriminam os comportamentos certos e errados, apoiados nos valores culturais da família (Carvalho & Gomide, 2005). De acordo

com Salvo, Silvaes e Toni (2005), a união entre o comportamento moral e a monitoria positiva leva, nos filhos, ao desenvolvimento de comportamentos descritos como pró-sociais.

A monitoria positiva consiste na apresentação, dos cuidadores, de regras claras e consistentes e no estabelecimento dos limites. Enquanto o comportamento moral representa o ensinamento dos filhos quanto ao certo e errado, distinguindo aquilo que ele deve ou não fazer dentro do meio social (Bolsoni-Silva & Fogaça, 2018; Gomide, 2014).

De acordo com o modelo Skinneriano, a concepção de valor pode ser descrita como instâncias do operante verbal de tato sob controle do efeito discriminativo dos efeitos desse estímulo em relação ao comportamento do indivíduo (Assaz, Vartanian, Aranha, Oshiro & Meyer, 2016) (e.g. drogas são ruins porque elas podem te matar). Além disso, os valores são expressos dentro de um contexto, que altera essa função discriminativa.

De acordo com Assaz et al. (2016), “expressar valores (i.e., valorar), portanto, seria um tato sob o controle discriminativo dos efeitos reforçadores positivos de um estímulo sobre o comportamento do falante” (p. 33).

Assim, para ambas as gerações, o comportamento moral e a discriminação entre o certo e o errado mostraram-se fundamentais na criação dos filhos e na relação cuidador-criança. Segundo Gomide (2014), os pais devem ensinar aos filhos sobre seus comportamentos inadequados, consequenciando-os de maneira apropriada quando esses comportamentos são apresentados e servindo de modelo aos filhos sobre o que devem fazer. Estimula-se, portanto, o comportamento moral e a transmissão de valores.

6.2.3. Classe 3 – Relações parentais e aspectos da educação

A classe 3 apresenta 38,39% (f=129 St) do *corpus* geral analisado. As palavras ou radicais identificados ocorrem entre “Muito” ($x^2=30,15$) e “Maior” ($x^2 = 15,47$). As palavras que compõem essa classe são: “Relação” ($x^2 > 29,87$); “Vida” ($x^2 > 21,21$); “Família” ($x^2 > 18,25$); “Questão” ($x^2 > 15,47$). Os indivíduos que apresentaram maior x^2 nessa classe foram o D10G2, seguido pelo D4G1 e, por último, o D6G1. Seguem alguns trechos que evidenciam essa participação:

[...] agora na pandemia tem sido massa porque a gente tem convivido muito mais tempo de contato e é tão significativa isso pra mim, que até as relações de tensão que eu tive com meu filho do meio, a gente conseguiu dissolver exatamente porque a gente está dialogando mais (Ind D10G2).

[...] na minha época, a minha criação foi muito, vamos dizer assim, nós tivemos uma educação relativamente difícil em termos de estudo porque papai viajava muito e nós vivíamos de cidade em cidade (Ind. D4G1).

[...] hoje, a presença dos pais para os netos é muito mais marcante. Eles são muito mais atuantes e presentes do que a minha presença, por exemplo, com relação ao meu filho, porque eu passei por um processo de divórcio e ele tinha 7 anos (Ind. D4G1).

[...] e o dele pra meu neto é que eu vejo que ele tem mais condições ainda, estuda em um dos melhores colégios daqui de Fortaleza, porque tem o pai que ajuda muito, tem nós que ficamos na retaguarda, quando é necessário, nós estamos juntos também (Ind.D5G1).

[...] e eu, como pai, eu tive essa preocupação muito grande e primeira obrigação minha era dar condições aos meus filhos de estudar pra poder ser alguma coisa na vida, e hoje a gente vê o meu neto tendo esse mesmo tipo de preocupação do pai (Ind.D5G1).

[...] eu sou de uma família pobre, então uma coisa que a gente sempre investiu muito e eu acho que falando da semelhança, a gente sempre primou muito pela questão da educação, sempre foi algo muito importante pra gente (Ind. D10G2).

[...] o que eu vou deixar é a educação, isso é um marco muito forte na minha família e em relação à criação é algo que a gente é muito parecido (D10G2).

Na classe 3, as palavras que se destacam são Relação ($\chi^2 > 29,87$), Estudar ($\chi^2 > 26,96$) e Família ($\chi^2 > 18,25$). Para esses pais, fica claro que a função essencial à parentalidade é garantir a educação formal aos filhos.

Com as mudanças em torno da concepção, estruturação e compreensão das famílias, os aspectos referentes à educação dos filhos também sofreram transformações com as mudanças sociais. As responsabilidades quanto aos cuidados e educação destes passou a ser de ambos os genitores e não mais atribuídas apenas às mulheres (Ariès, 1976; Borsa & Nunes, 2011; Castro et al., 2012; Dessen, 2010; Wagner, Tronco & Armani, 2011).

O rendimento acadêmico dos filhos pode ser associado ao tipo de práticas educativas que os pais utilizam. Sapienza, Aznar-Farias e Silveiras (2009) investigaram a relação entre as práticas educativas parentais, a competência social e o rendimento acadêmico dos filhos. Seus resultados indicaram que adolescentes que apresentavam alto rendimento escolar possuíam pais que faziam mais uso da monitoria positiva e do comportamento moral. Enquanto os pais que utilizavam as práticas educativas negativas (e.g. disciplina relaxada e abuso físico) tinham filhos adolescentes com baixo rendimento acadêmico.

Os resultados presentes nesse estudo corroboram com os dos autores supracitados. De acordo com a classe 2, os pais de ambas as gerações se preocupam com a transmissão dos valores morais, bem como com a educação formal dos filhos. E ambos se apresentam em conjunto.

Entretanto, cabe aqui questionar se esses pais acreditam que apenas o foco na educação formal é o suficiente no exercício de suas parentalidades. Os pais da Geração 1 ressaltaram que o papel fundamental deles era “dar estudos” aos filhos para que eles se tornassem “alguém na vida”.

Quer dizer, foi muito diferente do que o P. (nome do filho) recebeu, a educação dele já foi aqui em Fortaleza, ele já foi estudar num bom colégio, particular, bons professores, e em termo de escola teve uma educação muito melhor do que a que eu recebi (D4G1).

A maior diferença que eu vejo é porque, na minha época, o meu pai ganhava muito pouco, não tinha condições de me dar nenhuma condição, comecei a trabalhar com 11 anos de idade, eu já trabalhava, já vendia jornal no meio da rua pra poder ajudar a sustentar a família, então foi uma vida muito sofrida. [...] e J. e R. (nome dos filhos) foi uma infância com a melhor condição de vida, já estudando em colégios. E ele tinha uma condição bem melhor de vida, muito melhor, ele teve condições de estudar numa faculdade particular, coisa que eu nunca tive, nunca tive essa condição de estudar, eu tinha era que trabalhar mesmo (D6G1).

Os meus filhos são todos formados. Então eu queria formar uma geração de doutores, tanto é que a minha família tem algumas pessoas que dizem: “Rapaz tu tem muita sorte.” – “Sorte não, foi muito trabalho, muita luta, muita dedicação”. Tanto é que eu sou exemplo pra eles. Eu sempre cobre a educação deles (D10G1).

Os pais da Geração 2 enalteceram, além da educação formal, a importância de serem próximos e amigos dos filhos.

Até mesmo na educação, do dia a dia, de manhã, de tarde, de noite, contato com escola. A própria educação dele que sou quem ensino, coisas que meu pai, porque passava o dia fora, não tinha muito contato comigo. Eu passo mais tempo em casa, eu fico na responsabilidade dos estudos, é comigo (D1G2).

Basicamente, o que eu vejo é a questão, primeiro, da relação entre eu e meu pai e entre meu filho e eu. Com meu filho, eu tenho uma relação mais aberta, de mais conversa, de mais diálogo, de brincadeira e na época, com o meu pai, eu tinha uma relação de respeito, eram poucos os momentos de brincadeira, de uma relação, de mais conversa (D2G1).

A Geração 2 mostrou-se mais preocupada com a relação e os vínculos constituídos com os filhos do que a Geração 1. Possivelmente, a cultura influencia nessa mudança de perspectivas em tornos das relações parentais. As próprias leis, que funcionam como regras sociais, aplicadas no Brasil, explicitam as mudanças nessas relações. O Código Civil de 1916, Lei nº 3.071 reconhecia, no artigo 377, que apenas os filhos legítimos (frutos do casamento) eram dotados de direitos em relação ao pai. Já a Lei nº 883/1949[4] garantia aos filhos ilegítimos o reconhecimento de filiação, assegurando-os alimentos provisionais e herança (Brasil, 1916).

A Constituição Federal de 1988 não reconhecia distinções entre os filhos, sendo indiferente sua concepção ou gênero (Brasil, 1988). A Lei nº 8069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reconheceu que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, garantindo-os acesso à cidadania e proteção.

O Código Civil de 2002 enalteceu o princípio da dignidade da pessoa humana, reconhecido como pluralismo familiar, que consiste na liberdade de construir uma comunhão de vida familiar, ressaltando os direitos dos filhos e o princípio do afeto (Lei n. 10.046, 2002). Essas mudanças legais validaram a necessidade de mudanças dentro das estruturas familiares, inclusive no tocante às relações entre os membros.

Quanto à relação, palavra que também se destacou nessa classe, sabe-se que ela depende de alguns fatores, como: características individuais, presentes nesses sujeitos, orientadas por fatores biológicos, filogeneticamente estabelecidos; além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura, que moldam o comportamento parental (Manfroi, Macarini & Vieira, 2011). De acordo com Leme, Bolsoni-Silva e Carrara (2009), os comportamentos presentes na relação entre pai e filhos são multideterminados, pois estão relacionados a fatores socioeconômicos, à estrutura familiar, ao relacionamento conjugal dos pais, ao gênero parental e ao temperamento infantil. Assim, para se compreender as relações estabelecidas entre a díade pai-filho, faz-se necessário avaliar mais de um operante, classes de respostas e de estímulos.

A partir da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), é possível verificar a análise fatorial por correspondência, ou seja, a análise das palavras de todo *corpus*, num plano fatorial, distribuído por classes, identificando a presença ou ausência de determinados vocabulários que se encaixam nas práticas educativas parentais.

Por meio da Análise Fatorial por Correspondência, foi possível comparar as diferentes evocações dos participantes, para além das classes que foram mencionadas, referindo a diferentes dados sociodemográficos.



Nas análises, a representação que apresentou maior distinção refere-se à filiação. Os pais da Geração 1 evocaram mais fortemente palavras como: “Errado”; “Época”; “Estudar”; “Difícil”; “Liberdade”; “Criação”; “Transmitir”; entre outras. Já para os pais da Geração 2, as palavras que mais se destacaram foram: “Família”; “Conversar”; “Pensar”; “Preocupação”; “Problema”, entre outras.

Aponta-se, a partir dos dados obtidos, a diferença que se encontra nos discursos entre as gerações. Os pais (G1) parecem apresentar uma fala voltada para uma transmissão de princípios, normas e valores de forma mais concreta. Os filhos (G2), por sua vez, parecem revelar os sentimentos vivenciados e a percepção quanto à criação que receberam do pai.

Em suas falas, mostra-se claro como a Geração 1 reconhece e valoriza a transmissão dos valores morais como função principal da parentalidade.

Eu acho que eu herdei do meu pai, é que ele tinha um sistema de vida de honestidade, ele não seguia coisa errada, nada. Isso eu herdei e foi o que eu transmiti para os meus filhos, não aceitava coisa errada (D1G1).

Para esse grupo de participantes, a transmissão dos valores morais se dá por meio da disciplina e estabelecimento de regras e limites.

Respeito, disciplina, usar a palavra não, na primeira infância acima de qualquer coisa, porque entendo que o garoto é uma pedra bruta que precisa ser moldada e a palavra não, põe limites. Se você não impuser limites a uma criança, ela vai ser um adulto absolutamente frustrado (D3G1).

Além disso, essa geração enaltece a importância do respeito ao pai como uma figura de autoridade.

O primeiro requisito que eu acho, é que o pai é sempre pai, cabe ao filho respeitá-lo, tratá-lo bem. Esse negócio de o filho achar que pode maltratar o pai, falar mais alto do que o

pai, não. Eu acho que ele tem que ter o lugar dele e o pai, como aconselhador, ser pai, ser superior a ele, ele respeitá-lo até o limite final (D5G1).

Essa distinção do pai como representante da autoridade pode influenciar na dificuldade que essa geração teve de desenvolver relações próximas de amizade com os filhos.

Para a Geração 2, ainda que eles também reconheçam, em suas falas, a importância dos valores morais, junto à distinção do certo e errado, apontam a importância de estabelecer relações mais próximas aos filhos, que, para eles, consiste em companheirismo. Assim, eles vivenciam um conflito entre emitir comportamentos governados por regras ou modelados pelas contingências.

Eu acho que a gente tem que ter valores éticos, de caráter, de honestidade, que aqueles são a base e o limite da educação. No mais, eu acho que a gente só consegue isso com confiança, com muita conversa, tentando entrar no mundo dele, descendo às vezes para aquele tipo de palavras que eles usam, coisas assim, para que ele não me veja como tutor, uma autoridade, um sensor. Eu quero que ele me veja como um amigo, como um parceiro (D2G2).

Esses pais também destacam a importância de serem exemplos para que os filhos sigam: “Eu acho que, para educar o filho, ou tu é ou tu não é. É aquela história de que o exemplo vale mais do que as palavras” (D4G2).

Assim, ainda que ambas as gerações valorizem e reconheçam a importância dos comportamentos morais para a inserção adequada dos filhos na sociedade, a transmissão destes mostram-se diferentes. Enquanto a G1 utilizava das regras e limites através de práticas coercitivas, a G2 demonstrou o uso do diálogo compreensível.

Este resultado assemelha-se ao encontrado na análise estatística, que apontou a Geração 2 fazendo maior uso das Habilidades Sociais Educativas do que a Geração 1. E

essas habilidades consistem em expressar sentimentos, estabelecer limites, cumprir promessas, demonstrar, conversar com o filho, dentre outros.

Pode-se afirmar que o comportamento moral é uma prática parental que foi transmitida de uma geração para outra. Entretanto, a forma como os pais apresentaram esses comportamentos distinguiu-se entre gerações. Muitos estudos focaram na transmissão intergeracional das práticas educativas parentais (Conger, Belsky & Capaldi, 2009; Comodo, Del Prette, Del Prette, 2016; Marin et al., 2013), dentre essas destacam-se a transmissão das práticas coercitivas (Conger, Belsky & Capaldi, 2009) e do estilo parental autoritário (Oliveira et al., 2012).

Segundo Belsky, Jaffee, Sligo, Woodward e Silva (2005), as práticas positivas também são transmitidas entre as gerações. Mães que entraram em contato, durante seus desenvolvimentos, com uma educação menos autoritária e que tiveram cuidadores que estabeleceram relações de boa qualidade e que faziam uso da comunicação e da confiança, reproduziram em suas parentalidades a afetividade. De acordo com Marin et al. (2013), “o uso de práticas parentais positivas favoreceria, nos filhos, o desenvolvimento de características que, no futuro, contribuiriam para que os mesmos também utilizassem práticas positivas na criação de seus próprios filhos” (p. 132).

A transmissão intergeracional das práticas parentais consiste na repetição de padrões de comportamento associados à parentalidade ao longo das gerações (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016). Aos cuidadores, cabe não apenas selecionar os comportamentos apropriados dos filhos, mas também ensiná-los a se comportar. Dessa forma, as transmissões de comportamentos consistem no aprendizado de indivíduos com os membros de seu grupo social, e, portanto, nos padrões comportamentais que estes apresentam (Baum, 2006).

Como citado anteriormente, o processo de aprendizagem do indivíduo pode se dar através da observação de um modelo (Goyos, Piccolo, Porto & Lazarin, 2006), pela imitação, que não implica necessariamente em uma aprendizagem de um comportamento, mas na replicação deste através do imitar – assim, o indivíduo duplica o comportamento modelado por outro organismo (Catania, 1999) ou pelo uso de regras emitidas através das agências de controle. Alguns estudos apontam, ainda, que existe uma tendência de os indivíduos repetirem os modelos aprendidos em sua família ao se tornarem pais (Bortolini & Piccinini, 2015; Marin, Martins, Silva & Piccinini, 2013; Marin et al., 2013; Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006).

Cabe ressaltar que são inúmeros os fatores que perpassam a existência ou não da transmissão das práticas parentais dentro das famílias (Marin et al., 2013). Os fatores socioeconômicos, por exemplo, também influenciam na transmissão entre gerações. A maneira como cada geração irá vivenciar suas experiências em relação ao trabalho e à educação pode alterar suas perspectivas de valores quanto à educação dos filhos e às práticas educativas que devem utilizar (Marin et al., 2013; Weber et al., 2006).

De acordo com Weber, Selig, Bernardi e Salvador (2006), as mudanças sociais em torno da adequada criação dos filhos podem estar intimamente ligadas à descontinuidade das práticas educativas. Segundo os autores, a atual geração de pais mostra-se mais atenta a fatores como afetividade e autonomia. Isso pode estar sinalizando o porquê as gerações da presente pesquisa valorizam diferentes práticas quanto à educação moral dos filhos e promovem a análise da sua própria criação. Além disso, a concepção de ideal de parentalidade pode, também, ser aprendida com outras importantes figuras que fazem parte da vida do indivíduo, que não apenas seus pais (Capaldi, Pears, Patterson & Owen, 2003).

Quando questionados a respeito de quais comportamentos adotados por seus pais eles utilizavam e os que não utilizavam no exercício de suas parentalidades, os participantes da Geração 1 ressaltaram, principalmente, os valores morais (e.g. honestidade, respeito às figuras de autoridade, dignidade e gentileza) e a religião, sendo estes, portanto, transmitidos entre as gerações.

Em relação aos comportamentos que não “herdaram” de seus pais, os participantes destacaram algumas práticas coercitivas voltadas para o abuso físico (e.g. bater, colocar de castigo, pouco diálogo): “Primeiro, o que eu herdei do meu pai, com certeza, eu afirmo 100% disso, foi ter moral para os filhos. E o que eu não usei é que papai era muito violento, papai acho que devido à formação que ele teve” (D5G1).

Os participantes da Geração 2, ao responderem à mesma pergunta, pontuaram que aprenderam com seus pais e que utilizavam com seus filhos também os valores morais (e.g. responsabilidade, compromisso, cuidar de suas coisas, ética).

Eu acho que eu herdei do meu pai os valores éticos, de honestidade, de ser leal. Isso aí eu herdei dele e isso eu devo a ele, essa educação que ele passou para mim e isso eu tento passar para os meus filhos (D2G2).

Em relação aos comportamentos que seus pais utilizaram e que eles não utilizam com os filhos, apontaram o pouco contato existente entre eles, o uso da autoridade e de comportamentos coercitivos (e.g. colocar de castigo e dar palmada) e o radicalismo na criação dos filhos.

[...] também tem esse lado da afetividade, que o papai, além de ser muito calado, ele não era muito de pegar a gente, de tá beijando, abraçando, de conversar. Mas creio que seja por causa do meu avô, do pai do papai, ele era extremamente paternalista, ele era o centro de toda a família, o meu avô, então acho que ele foi por esse mesmo caminho. Mas creio que já seja um pouco melhor do que o pai dele, um pouco melhor do que o vovô, certo?

E eu já sou uma geração um pouco melhorada, então, eu já sou até bem mais exagerado que o papai. Eu abraço, beijo o G. (nome do filho) [...] (D1G2).

É interessante ressaltar que ambas as gerações criticaram as práticas negativas utilizadas por seus pais. Apesar dos participantes da Geração 1 afirmarem que não fizeram uso da violência física e do castigo, como seus pais, seus filhos (Geração 2) enalteceram que eles utilizavam, sim, a violência, e que, portanto, não “herdaram” esses comportamentos deles. Isso implica numa compreensão distorcida do que efetivamente esses indivíduos utilizaram como práticas educativas parentais. O que leva ao questionamento se os membros da Geração 3 (filhos da Geração 2) também apresentariam um discurso diferente de seus pais. Cabe ressaltar que a entrevista é um operante verbal e, portanto, a fala dos entrevistados está sob controle da presença do entrevistador, assim, eles podem ter evitado falar sobre certos comportamentos (e.g. bater nos filhos), para se esquivar de uma punição.

6.3.4. *Análise de Similitude e Nuvem de Palavras*

Por fim, realizou-se uma análise de similitude e a construção da nuvem de palavras. A primeira, baseada na teoria dos grafos, permitiu identificar as ocorrências entre as palavras e indicações de conexões entre tais palavras, o que significa uma identificação da estrutura do *corpus* textual. Algumas das palavras se destacaram, como: “Casa”; “Papai”; “Relação”; “Estudar”; “Família”, como apresentado nas figuras abaixo.

A nuvem de palavras demonstra as palavras estruturadas, com tamanhos diferentes. Assim, as maiores são aquelas que detêm alguma relevância no *corpus* textual, a partir do indicador de frequência. A nuvem apresentada, na Figura 14, representa as palavras provenientes dos discursos dos participantes, de acordo com as evocações mais representativas, tais como: “Pai”; “Filho”; “Educação”; “Relação”, entre outras.

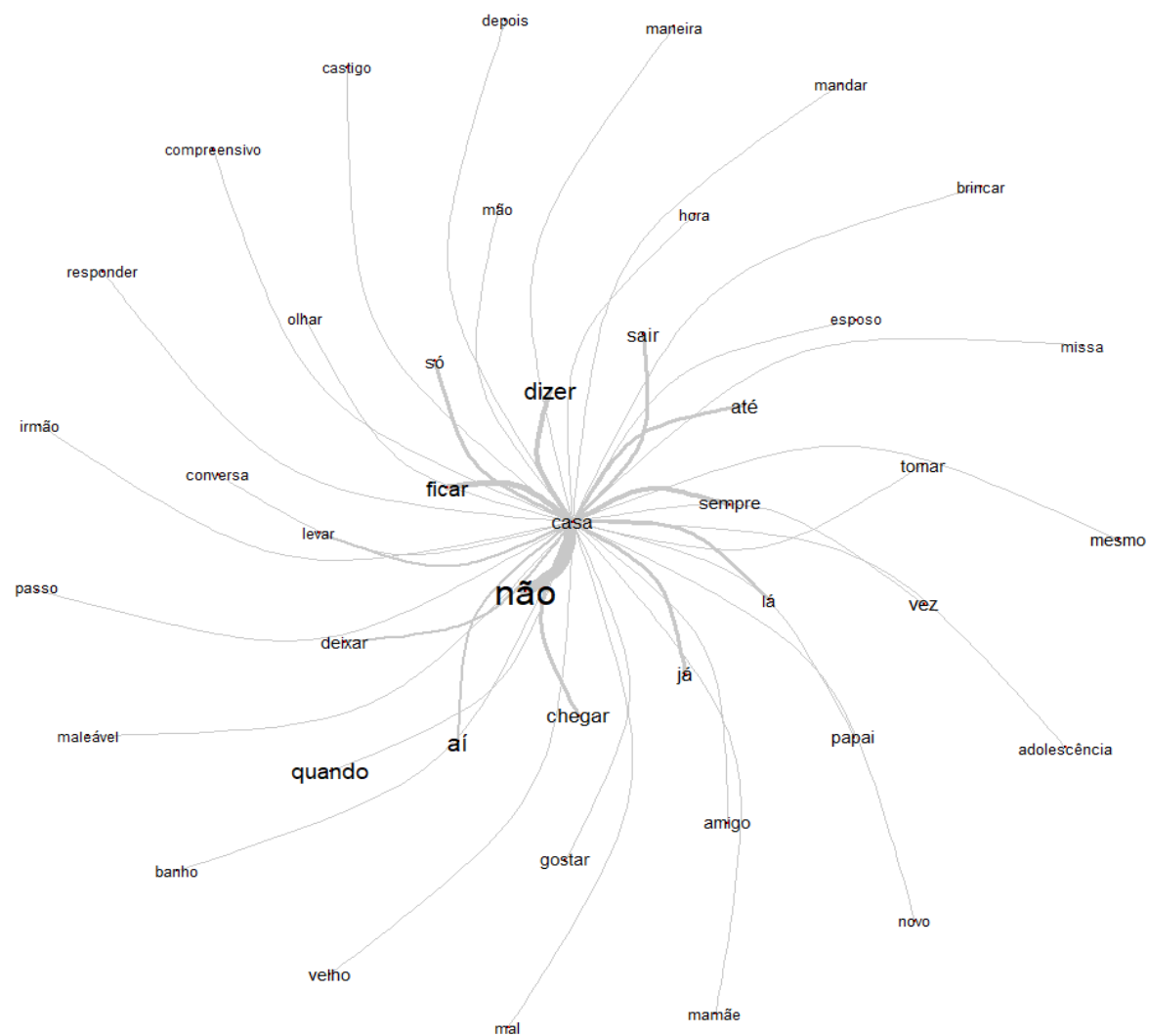
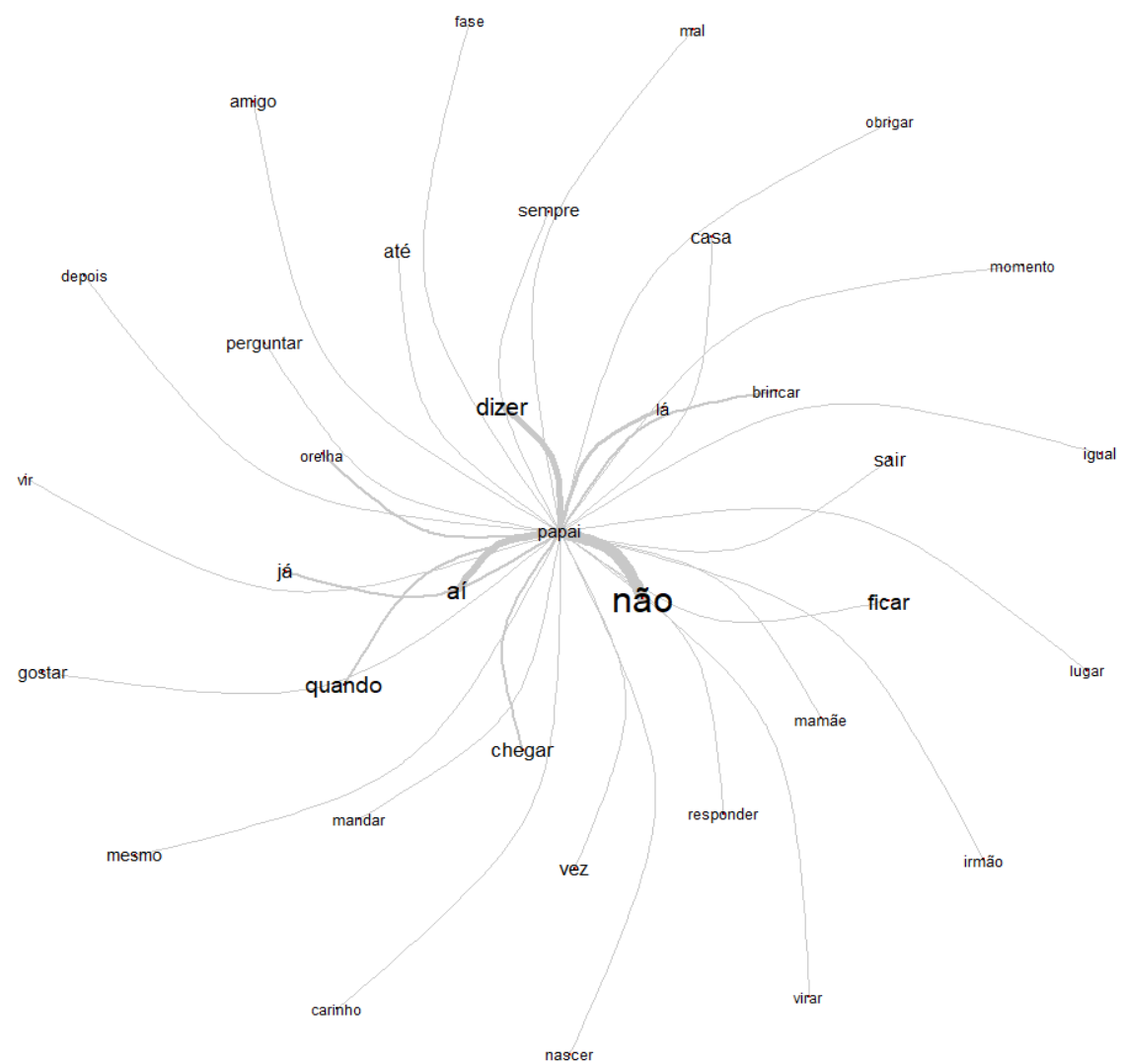
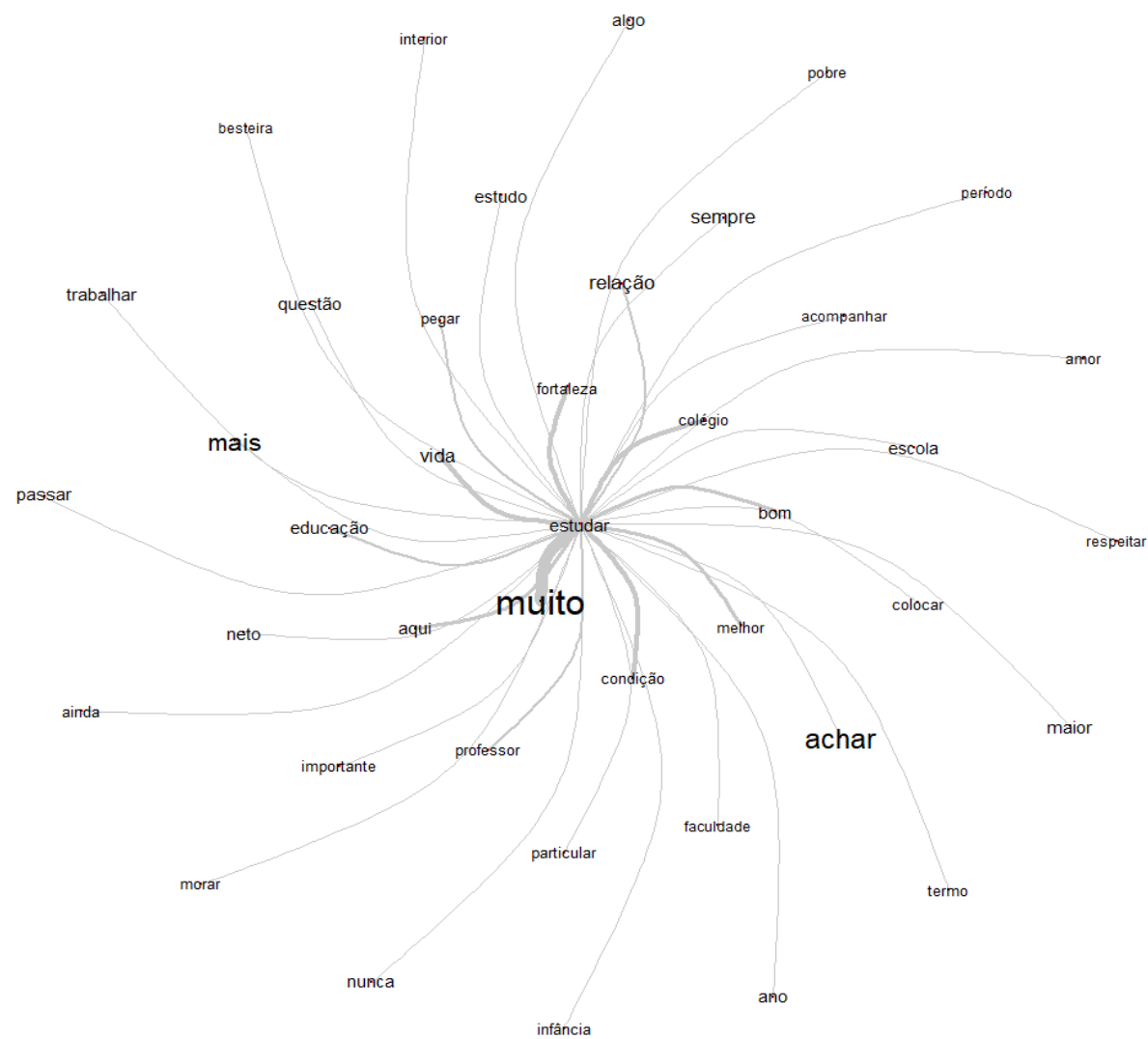


Figura 9. Gráfico similitude palavra “Casa”





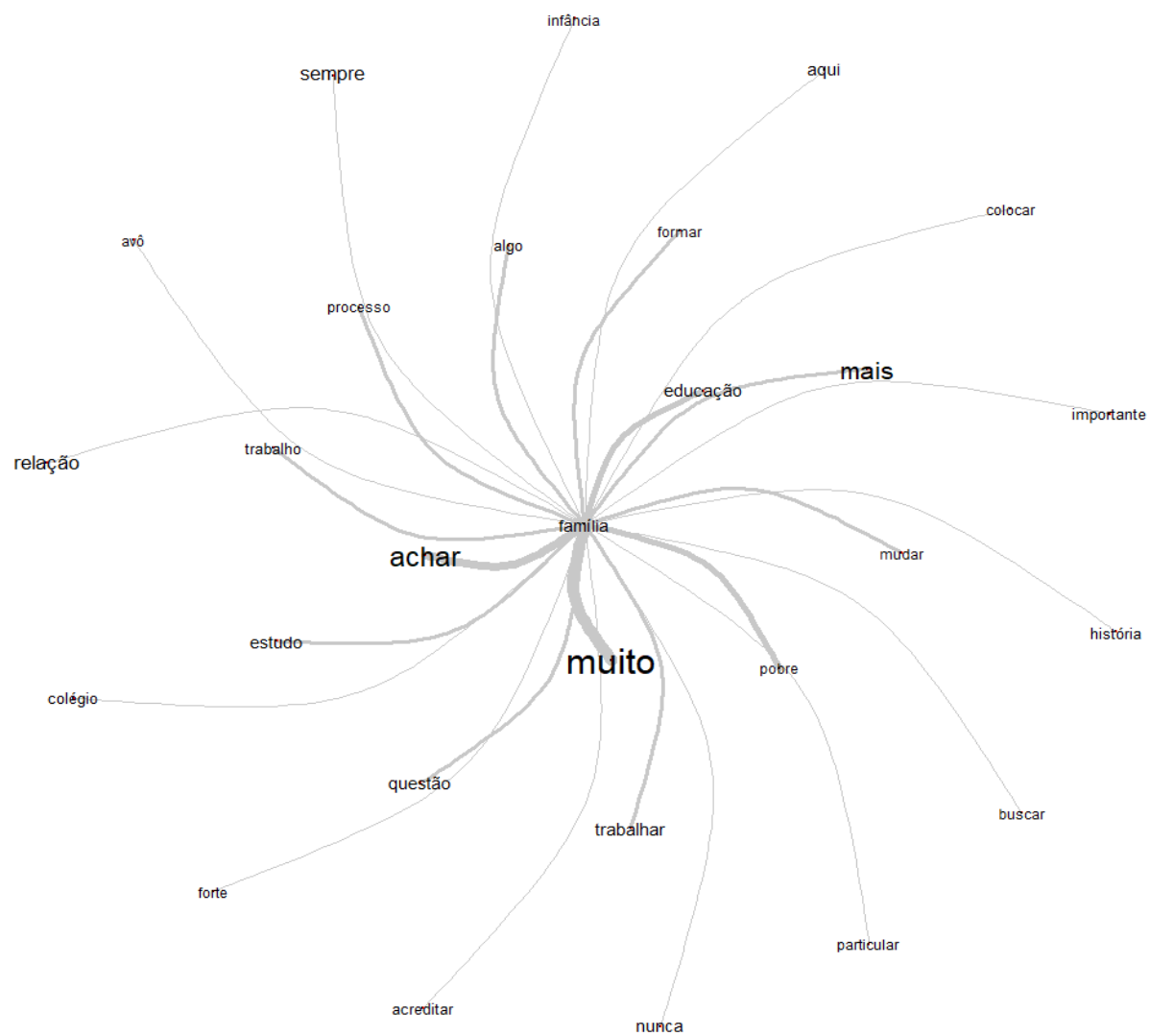


Figura 12. Gráfico similitude palavra “Família”

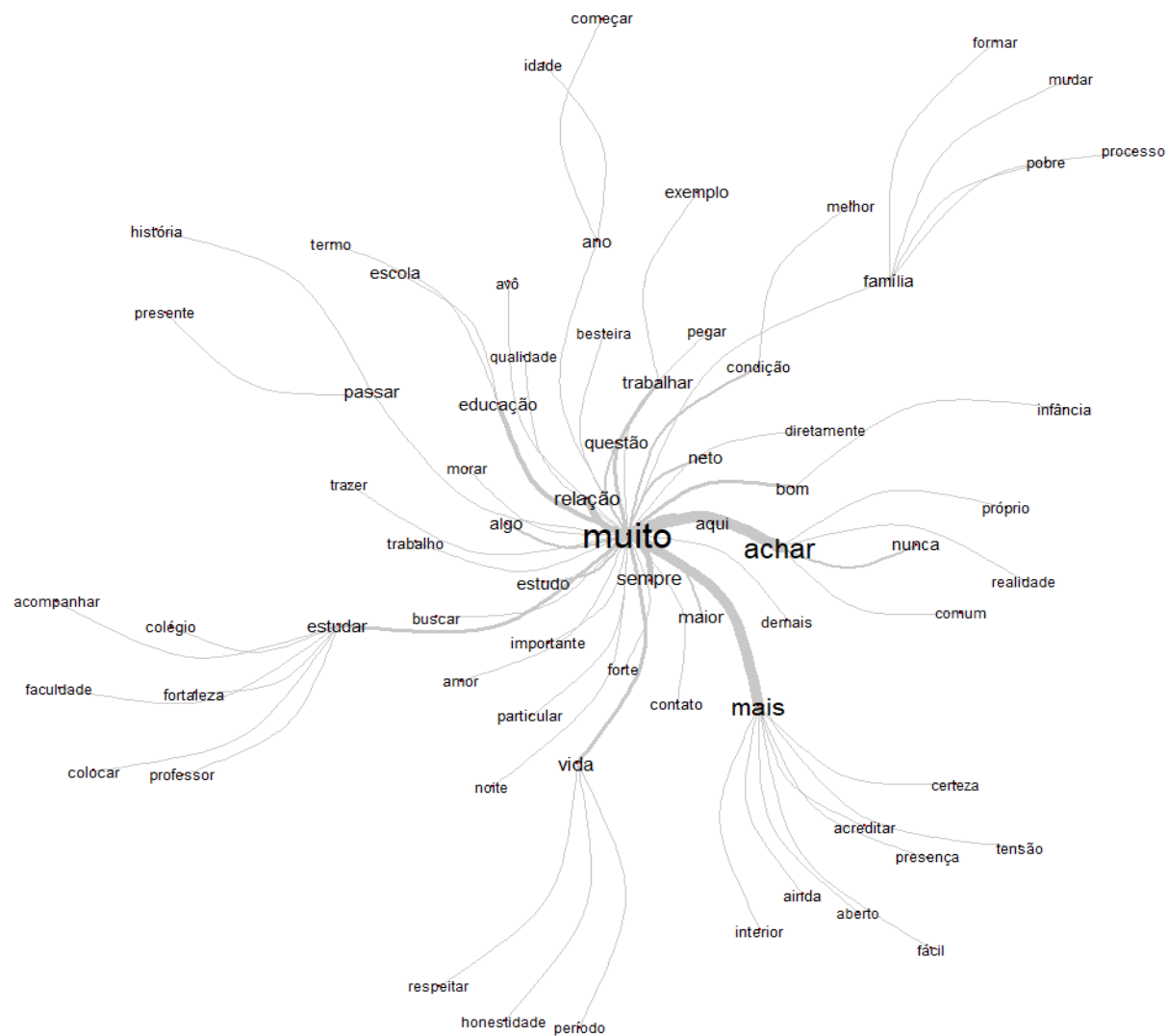


Figura 13. Gráfico similitude palavra “Muito”



A partir dos gráficos originados pelas palavras do *corpus* textual, os discursos dos participantes, de acordo com a literatura que foi abordada, apresentam uma reflexão relacionada ao processo de transmissão de crenças e valores que são passados entre as gerações. Além disso, os relatos demonstram aspectos relacionados a vivências dos filhos como criança/adolescente, a diferença de contexto em relação à criação dos filhos e aspectos relacionados ao contexto educacional. Revelam, ainda, uma comparação entre o que foi vivenciado pelos pais e pelos filhos, demonstrando aspectos fundamentais para compreensão da transmissão entre gerações.

Ainda é possível visualizar, no gráfico de similitude da palavra “Casa”, (Figura 9), ramificação de palavras como “Ficar”, “Sair”, “Chegar” e “Sempre”. Quanto à palavra “Papai” (Figura 10), destacam-se “Não”, “Brincar”, “Perguntar”, “Mandar”, “Obrigado” e “Amigo”.

Já a palavra “Estudar” (Figura 11) obteve como ramificações “Vida”, “Melhor”, “Condição”, “Relação”, “Acompanhar”, “Infância” e “Respeito”. “Família”. Por sua vez, a Figura 12 apresentou “Educação”, “Relação”, “Trabalhar”, “Sempre”, “História” e “Importante”. Enquanto “Muito” (Figura 13) obteve ramificações de outras palavras, como “Vida”, que se subdivide em palavras como “Respeitar”, “Honestidade”.

Dessa forma, observa-se como os entrevistados associam as suas parentalidades a aspectos que perpassam os limites e regras, comportamentos morais e relações afetivas. Enaltecendo a importância da diferenciação entre o certo e o errado, mas não esquecendo de estabelecer relações de parceria e amizade com os filhos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais

Belchior, *Como nossos pais*

A família, ainda que possa ser considerada uma das instituições mais antigas do mundo, modificou sua estrutura, bem como sua compreensão, ao longo do tempo, em decorrência das mudanças sociais. Essas transformações também impactaram nas relações estabelecidas entre os membros da família, destacando, aqui, a díade pai-filho.

Além disso, a família caracteriza-se como o primeiro meio social em que o indivíduo participa, sendo responsável pelo aprendizado dos comportamentos, habilidades e valores morais, garantindo a socialização dos seus membros e, portanto, a educação infantil (Gomide, 2014; Marin et. al. 2013) e a introdução às práticas culturais (Naves & Vasconcelos, 2013).

As relações parentais são representadas pelas práticas educativas parentais, que consistem no conjunto de estratégias utilizadas pelos pais, que objetivam orientar os comportamentos socialmente adequados dos filhos (Sampaio & Gomide, 2006). O uso dessas práticas pode ser justificado por inúmeros fatores, que poderão influenciar nos comportamentos específicos utilizados pelos pais. Porém, cabe ressaltar que os pais, a partir de suas experiências como filhos, tendem a utilizar, em sua forma de cuidar, as estratégias advindas dessa experiência, repetindo o modelo parental que foi aprendido (Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). Assim, mostra-se fundamental o desenvolvimento de estudos que abranjam as práticas educativas parentais, bem como a transmissão dessas práticas entre as gerações de pais.

Diante dos resultados apresentados na presente pesquisa, pode-se afirmar que seu objetivo foi atingido. Esta tese objetivou investigar se as práticas educativas parentais podem ser transmitidas entre gerações e quais dessas práticas aprendidas os filhos utilizariam ou não no exercício de sua parentalidade.

Através da aplicação do RE-HSE-P (Bolsoni-Silva, Loureiro & Marturano, 2016) e sua análise no *software* SPSS versão 20.2, além dos resultados apresentados pela análise do discurso dos participantes através da utilização do *software* IRaMuTeQ, foi possível mensurar alguns resultados importantes. Dados como idade, escolaridade e renda influenciam na utilização das práticas educativas parentais. Quanto mais velhos os pais, menor sua habilidade de análise e leitura do ambiente social, ou seja, das condições antecedentes e consequentes para a emissão de comportamentos adequados a determinadas situações, como a expressão de regras, evitando o desenvolvimento de comportamentos-problema nos filhos. Além disso, também apresentam menores scores em relação ao fator habilidades sociais educativas parentais. Esse resultado também pode ser observado na análise lexicográfica. Os pais da Geração 1 reconheciam a importância da utilização dos comportamentos morais para o aprendizado de valores por seus filhos, entretanto, mostraram-se mais propensos à utilização de comportamentos coercitivos e, portanto, de práticas educativas parentais negativas. Assim, a Geração 2 demonstrou apresentar mais habilidades sociais educativas do que a Geração 1.

No discurso analisado dos participantes da Geração 2, estes explicitaram a valorização do diálogo e de comportamentos afetuosos com seus filhos, enaltecendo a necessidade de os pais tornarem-se amigos dos filhos para que esses possam aprender, de forma adequada, a discriminar os comportamentos considerados certos e errados pelo contexto social.

Outro resultado obtido foi a correlação negativa entre a renda dos participantes e os problemas de comportamento nos filhos, ademais de uma correlação positiva com as habilidades sociais educativas parentais. Ou seja, quanto menor a renda dos participantes, maiores os problemas de comportamento nos filhos; e quanto maior a renda dos pais, maiores as habilidades sociais educativas parentais. Como apresentado na tese, diversos fatores podem influenciar na utilização das práticas educativas parentais, dentre eles, a condição socioeconômica da família. Além disso, esse fator também parece influenciar na transmissão das práticas educativas entre as gerações. O dado escolaridade também apresentou correlação positiva com o fator habilidades sociais educativas parentais, o que sinaliza que o nível socioeducativo pode influenciar nos comportamentos parentais.

A quantidade de filhos e de irmãos que os participantes apresentavam também obteve resultados significativos, indicando uma correlação negativa com as variáveis de contexto e, portanto, uma dificuldade de analisar e responder adequadamente ao ambiente.

Além disso, os resultados também demonstraram que os filhos da Geração 1 (pais) apresentaram maior escore de problemas de comportamento quando comparado aos filhos da Geração 2.

Na tentativa de responder às hipóteses levantadas nos objetivos específicos, ambas as gerações demonstraram fazer uso de comportamentos que caracterizam as práticas educativas positivas, como a monitoria positiva e o comportamento moral. Entretanto, os pais da Geração 1 aparentaram fazer uso, também, das práticas negativas com a utilização de comportamentos como punição inconsistente, monitoria negativa e abuso físico. Enquanto os pais da Geração 2 utilizaram, em maior frequência, a monitoria positiva.

Essa distinção observada nos comportamentos parentais das gerações analisadas aponta para a importância de considerar os fatores que perpassam as relações parentais e que determinam o que os cuidadores devem ou não fazer em relação aos seus filhos. A cultura, por exemplo, pode ter influenciado diretamente nesses fatores, compreendidos a partir das mudanças presentes nas Leis estabelecidas pelo Estado. Como expuseram Naves e Vasconcelos (2008), para estudar a família e seus membros, é necessário, inicialmente, considerar o contexto social e histórico em que esse grupo está inserido. Ademais, esse conjunto de relações denominado práticas parentais é, também, selecionado pelo sistema receptor, representado por agências de controle e grupos sociais, como a própria família, o governo e outras famílias, estimulando o uso de práticas mais condizentes com as expectativas sociais.

Entretanto, quanto às práticas que ambas as gerações utilizam, pode-se perceber que houve uma transmissão intergeracional dos comportamentos associados às práticas positivas. Apesar de diversos estudos apontarem que as práticas negativas tendem a ser mais facilmente aprendidas e, portanto, transmitidas (Martins et al., 2010; Sampaio & Gomide, 2006), o presente estudo enaltece que as práticas positivas também podem ser perpassadas às gerações seguintes, minimizando, principalmente, o surgimento de problemas de comportamento nos filhos, que podem implicar no desenvolvimento socioemocional adequado destes.

A tese, ainda que tenha atingido os objetivos propostos, apresentou limitações, dentre elas a baixa quantidade de participantes. Com o surgimento da pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos, como medidas restritivas de distanciamento social, o contato e a entrevista dos participantes da Geração 1 foi mais restrita por tratar-se de membros do grupo de risco, o que obrigou a autora a

reduzir o número de entrevistados. Outro fator que merece destaque é a não participação da Geração 3 na pesquisa. Provavelmente, com a participação dos filhos da Geração 2, teríamos mais dados quanto à parentalidade da Geração 2. E, por fim, o uso de outros instrumentos voltados às práticas e estilos parentais poderia acrescentar resultados substanciais aos coletados.

Entretanto, ainda que diante dessas limitações, cabe destacar a relevância da pesquisa realizada e sua contribuição para a compreensão da transmissão das práticas educativas parentais entre as gerações de pais, enaltecendo, principalmente, os aspectos culturais no uso dessas práticas, que podem influenciar no tipo de práticas que cada geração utilizará. Além disso, focou-se nos pais e não nas mães, diferente de grande parte da literatura científica, que tende a dar mais ênfase à parentalidade materna, apresentando poucos estudos que contemplem os homens no exercício de sua parentalidade.

Ressalta-se, também, que esta sinaliza possíveis desdobramentos em futuros estudos, como as características culturais regionais e sua influência quanto à parentalidade e transmissão de comportamentos, afinal a presente pesquisa foi desenvolvida no estado do Ceará. Assim como estudos longitudinais que contemplem mais de duas gerações de pais, compreendendo melhor as transmissões intergeracionais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1979). The child behavior profile: II. Boys aged 12-16 and girls aged 6- 11 and 12-16. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(2), 223-233.
- Alvarenga, P, Weber, L. N. D, & Bolsoni-Silva, A. T. (2016). Cuidados parentais e desenvolvimento socioemocional na infância e na adolescência: uma perspectiva analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(1), 4-21.
- Ariès, P. (1976). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Assaz, D. F., Vartanian, J., Aranha, A. S., Oshiro, C. K. B., & Meyer, S. B. (2016). Valores sob a perspectiva analítico-comportamental: da teoria à prática clínica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18(3), 30-40.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (2001). *Mania de bater*. São Paulo: Iglu.
- Baum, W. M. (2006). *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução* (2a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Belsky, J., Jaffee, S. R., Sligo, J., Woodward, L., & Silva, P. A. (2005). Intergenerational transmission of warm-sensitive-stimulating parenting: a prospective study of mothers and fathers of 3-years-olds. *Child Development*, 76(2), 384-396.
- Bolsoni-Silva, A. T. (2003). *Habilidades Sociais Educativas, variáveis contextuais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Ribeirão Preto.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Fogaça, F. F. S. (2018). *Promove-pais: treinamento de habilidades sociais educativas: um guia teórico e prático*. São Paulo: Hogrefe.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2010). Validação do Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P). *Avaliação Psicológica*, 9(1), 63-75.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2007). A qualidade da interação positiva e da consistência parental na sua relação com problemas de comportamento de pré-escolares. *Revista Interamericana de Psicologia*, 41(3), 349-358.

- Bolsoni-Silva, A. T., Loureiro, S. R., & Marturano, E. M. (2016). Comportamentos internalizantes: associações com habilidades sociais, práticas educativas, recursos do ambiente familiar e depressão materna. *Psico*, 47(2), 111 - 120.
- Borsa, J. C. B., & Nunes, M. L. T. (2011). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64), 31-39.
- Bortolini, M., & Piccinini, C. A. (2015). Transmissão intergeracional do apego seguro: evidências a partir de dois casos. *Psicologia em estudo*, 20 (2), 247-259.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 dezembro). Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.
- Brasil. (2020, 02 fevereiro). *Brasil confirma primeiro caso da doença* [Portal gov.br]. Recuperado de <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>
- Bueno, R. K., & Vieira, M. L. (2014). Análise de estudos brasileiros sobre o pai e o desenvolvimento infantil. *Psicologia Argumento*, 32(76), 151-159.
- Cabral, S., & Lewandowski, D. (2012). Representação de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança. *Fractal rev. psicol*, 24(3), 543-562.
- Camargo, B. V.; Justo, A. M. (2013). *Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ*. Recuperado de <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>
- Capaldi, D. M., Pears, K., Patterson, G. R., & Owen, L. D. (2003). Continuity of parenting practices across generations in an at-risk sample: A prospective comparison of direct and mediated associations. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(12), 127-142.
- Carmo, P. H. B., Alvarenga, P., & Lins, T. C. S. (2016). Crenças de mães de diferentes níveis socioeconômicos sobre punição física e privação de privilégios. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 16(3), 911-929.
- Carvalho, M. C. N., & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22(3), 263-275.
- Castro, M. G., Almeida, A. M., Cavalcanti, V. R. S, Costa, L. A. F., Franco, A. L. S, Menezes, J. E. X. Rabinovich, E. P. (2012). Gênero e família em

mudança: uma revisão com foco em cuidado parental. In M. G. Castro, A. M. A. Carvalho, & L. V. C. Moreira (Orgs.), *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginários e envolvimento dos pais na atenção aos filhos* (pp. 13-29). Salvador: EDUFBA.

Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição* (4a ed). (D. G. de Souza, Trad). Porto Alegre: Artes Médicas Sul. (Obra originalmente publicada em 1998)

Chamati, A. B., & Dahás, L. (2020). O brincar funcional: formas de conduzir e o desenvolvimento de habilidades do terapeuta analítico-comportamental infantil. In A. S. U. Rossi, I. M. P. Linares, & L. C. Brandão. *Terapia analítico-comportamental infantil*. São Paulo: Centro Paradigma Ciências do Comportamento.

Champlim, D. S. (2002). *Antropo+Logia*. São Paulo: ESETEC.

Chiesa, M. (2006). *Behaviorismo radical: a filosofia e a ciência*. Brasília – DF: Editora Celeiro.

Comodo, C. N., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2016). Intergeracionalidade das habilidades sociais entre pais e filhos adolescentes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33, 1-9.

Congar, R. D.; Belsky, J. & Capaldi, D. M. (2009). The intergenerational transmission of parenting: closing comments for the special section. *Development Psychology*, 45 (5), 1276-1283.

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: as integrative model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487-496.

Dessen, M. A. (2010). Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(spe), 202-219.

Dittrich, A. (2004). *Behaviorismo radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social* (Tese de Doutorado). (Vol. I). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Gecas, V. (1979). The influence of social class on socialization. In W. R Burr, R. Hill, F. I. Nye, & I. L. Reiss (Eds.). *Contemporary theories about the family* (Vol. 1). New York: Free.

Glenn, S. S. (1985). Some reciprocal roles between behavior analysis and institucional economics in post-darwinian science. *The Behavior Analyst*, 8(1), 15-27.

- Glenn, S. S. (1986). Metacontingências em Walden Dois. (R. C. Martone, & D. S. C. Ferreira, Trans.). In J. C. Todorov, R. C. Martone, M. B. Moreira (Orgs.), *Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade* (pp. 13-28). Santo André: ESETec.
- Gomide, P. I. C. (2014). *Pais presentes, pais ausentes*. Petrópolis: Vozes.
- Goyos, C., Piccolo, A. A. T., Porto, G., & Lazarin, T. (2006). Aprendizagem observacional, formação e expansão de classes de estímulos equivalentes. *Revista brasileira de análise do comportamento*, 2(1), 93-109.
- Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11(2), 228-239.
- Hughes, S., & Barnes-Holmes, D. (2016) Relational frame theory: Implications for the study of human language and cognition. In R. D. Zettle, S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & A. Biglan (Eds.) *The Wiley handbook of contextual behavioral science*. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010*. Recuperado de: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Síntese de indicadores sociais*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=9222&t=sobre>
- Lamb, M. E., Pleck, J., Charnov, E. L., & Levine, J. (1985). Paternal Behavior in Humans. *Integrative and Comparative Biology*, 25(3), 883-894.
- Landim, I. C. T. (2018). *Concepções de famílias para crianças: contribuições da análise do comportamento* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Rio de Janeiro.
- Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. (1916, 1º janeiro). Código Civil dos Estados Unidos do Brasil de 1916. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071impressao.htm
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm

- Lei n. 10.046, de 10 de janeiro de 2002. (2002, 10 janeiro). Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/2002/L10406.htm
- Lei 13.010, de 26 de junho de 2014. (2014, 26 junho). Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13010.htm
- Leme, V. B. R., Bolsoni-Silva, A. T., & Carrara, K. (2009). Uma análise comportamentalista de relatos verbais e práticas educativas parentais: alcance e limites. *Paideia*, 19(43), 239-247.
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., & Coimbra, S. (2013). Práticas educativas parentais e habilidades sociais de adolescentes de diferentes configurações familiares. *Psico*, 44(4), 560-570.
- Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2010). Homens e cuidado: uma outra família? In Acosta, A. R., Vitale, M. A. F. (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 91-106). São Paulo: Cortez
- Macarini, S. M., Martins, G. D. F., Minetto, M. F. J., & Vieira, M. L. (2010). Práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 62(1), 119-134.
- Madden, V., Domoney, J., Aumayer, Sethna, V., Iles, J., Hubbard, I, ... Ramchandani, P. G. (2015). Intergenerational transmission of parenting: findings from a UK longitudinal study. *European journal of public health*, 25(6), 1030-1035.
- Maia, F. A., & Soares, A. B. (2019). Diferenças nas práticas parentais de pais e mães e a percepção dos filhos adolescentes. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 59-82.
- Malott, R. W. (2004). The achievement of evasive goals: Control by rules describing contingencies that are not direct acting. Em S. C. Hayes (Ed.), *Rule-governed behavior: Cognition, contingencies, and instructional control* (pp. 269-319). Oakland, CA: Context Press. (Trabalho original publicado em 1989)
- Malott, M., & Glenn, S. S. (2006). Targets of intervention in cultural and behavioral change. *Behavior and Social Issues*, 15(1), 31-56.

- Manfroí, E. C., Macarini, S. M., & Vieira, M. L. (2011). Comportamento parental e o papel do pai no desenvolvimento infantil. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 21(1), 59-69.
- Marin, A. H., Martins, G. D. F., Freitas, A. P. C. O., Silva, I. M., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2013). Transmissão intergeracional de práticas educativas parentais: evidências empíricas. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 29(2), 123-132.
- Martins, G. D. F., Macarini, S. M., Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., Bussab, V. S. R., & Cruz, R. M. (2010). Construção e validação da escala de crenças parentais e práticas de cuidado (E-CPPC) na primeira infância. *Psico-USF*, 15(1), 23-34.
- Minuchin, S., Lee, W., & Simon, G. M. (2008). *Dominando a terapia familiar* (G. Klein, Trad.). Porto Alegre: ArtMed.
- Montandon, C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educ., Soc.*, 26(91), 485-507.
- Muraro, R. M., & Boff, L. (2002). *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante
- Naves, A. R. C. X. (2008). *Contingências e metacontingências familiares: um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Brasília.
- Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2008). O estudo da família: contingências e metacontingências. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 4(1), 13-25.
- Naves, A. R. C. X., & Vasconcelos, L. A. (2013). Análise de interações familiares: um estudo de caso. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 29 (2), 149-158.
- Neppl, T. K., Conger, R.D., Scaramella, L. V., & Ontai, L. L. (2009). Intergenerational continuity in parenting behavior: mediating pathways and child effects. *Developmental Psychology*, 45(5), 1241-1256.
- Nicolodi, L., & Arantes, A. (2019). Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero. In R. Pinheiro, & T. Mizaél (Orgs). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento* (pp. 64-83). Fortaleza: Imagine Publicações.
- Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T., & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 15(1), 1-11.

- Papalia, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. (2009). *Desenvolvimento humano*. Rio Grande do Sul: Artmed.
- Poster, M. (1978). *Teoria Crítica da Família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Prado, A. B., & Vieira, M. L. (2003). Bases biológicas e influências culturais relacionadas ao comportamento parental. *Revista de Ciências Humanas*, 34, 313-334.
- Rosa, J. M., Sena, I. C. M. G., Silva, L. O., Crivano, G. M., Monnerat, M. C. B., & Pessôa, L. F. (2019). *As transmissões entre gerações das práticas parentais: uma revisão da literatura brasileira* (Manuscrito não publicado), [s.1]: [s.n].
- Salvo, C. G. S., Silvaes, E. F. M., & Toni, P. M. (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 187-195.
- Sampaio, A. S., & Andery, M. A. (2010). Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental dos fenômenos sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 183-192.
- Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2006). Inventário de estilos parentais (IEP-Gomide, 2006): percurso de padronização e normatização. *Psicologia: Argumento*, 25(48), 15-26.
- Santos, Y. G. S, Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2013). Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(3), p. 572-582.
- Sapienza, G., Aznar-Farias, M., & Silvaes, E. F. M. (2009). Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(2), 208-213.
- Sidman, M. (2003). *Coerção e suas implicações*. (M. A. Andery & T. M. Sério, Trans.). Campinas, SP: Livro Pleno.
- Silveira, F. F. (2011). Intervenções com pais: da alteração das práticas educativas parentais à inclusão de variáveis de contexto. *Estudos de psicologia*, 16(3), 279-284.
- Skinner, B. F. (1999). *Sobre o behaviorismo* (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix. (Publicado originalmente em 1974)
- Skinner, B. F. (2003). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes. (Publicado originalmente em 1953)

- Todorov, J. C. (2012). Metacontingências e a análise comportamental de práticas culturais. *Clínica & Cultura*, 1(1), 36 - 45.
- Todorov, J. C. (2020). A família como agência de controle. In J. C. Todorov (Org.). *Comportamento e cultura: análise de interações*. Brasília, DF: Technopolitik.
- Todorov, J. C., Vasconcelos, I. G., Henriques, M. B., Andrade, F. A., Severo, J. V. B. C., & Costa, I. V. (2020). O conceito de metacontingência na análise experimental do comportamento. In J. C. Todorov (Org.). *Comportamento e cultura: análise de interações* (pp. 26-49). Brasília, DF: Technopolitik.
- Torres, A. (2004). Casamento: tempos, centramento, gerações e gênero: dossiê gênero, idades, gerações. *Cadernos CRH*, 17(42), 405-429.
- Tudge, J. R. H., & Freitas, L. B. L. (2012). Parentalidade: uma abordagem ecológico-cultural (2012). In C. A. Piccinini, & P. Alvarenga (Orgs.). *Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Uziel, A. P. (2007). *Homossexualidade e Adoção*. Rio de Janeiro: Garamonde.
- Wagner, A., Tronco, C., & Armani, A. B. (2011). Os desafios da família contemporânea: revisando conceitos. In Adriana W. e cols. *Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: pesquisas e reflexões* (pp. 19-35). Porto Alegre: Artmed.
- Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: transmissão intergeracional dos estilos parentais. *Paidéia*, 16(35), 407-414.

9. APÊNDICES

Apêndice 1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a), no presente termo o convidamos para participar da pesquisa. Abaixo encontram-se informações sobre a mesma.

Título: Como nossos pais: o aprendizado das práticas educativas parentais entre gerações de homens.

OBJETIVOS DO ESTUDO: Investigar se as práticas educativas parentais são transmitidas entre gerações e quais dessas práticas aprendidas os filhos utilizam no exercício de sua parentalidade.

JUSTIFICATIVA DO ESTUDO: As interações estabelecidas entre pais e filhos estão diretamente associadas ao cuidar, educar e garantir o desenvolvimento destes. Essas interações são perpassadas por um conjunto característico de comportamentos, nomeados de maneira diferenciada na literatura. Macarini, Martins, Minetto e Viera (2010) apontaram alguns desses termos, são eles: práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais, dentre outros. Essa multiplicidade indica que existem diferentes forma de conceber o comportamento parental.

A qualidade das práticas educativas dos pais e a frequência com que são utilizadas parecem influenciar significativamente no desenvolvimento socioemocional dos filhos. Além disso, é essencial contingenciar corretamente os comportamentos destes, garantindo um repertório parental de cuidados, que valoriza a qualidade das relações e promove um clima emocional positivo dentro do ambiente familiar (Alvarenga, Weber & Bolsoni-Silva, 2016). Dessa forma, é fundamental investigar essas práticas educativas, inclusive visando a promoção de saúde de crianças e adolescentes.

Considerando o impacto dos comportamentos parentais na transmissão dos padrões comportamentais a seus filhos (Comodo, Del Prette & Del Prette, 2016) e

destacando as práticas educativas, faz-se de fundamental importância investigar a replicação dessas práticas nas gerações subsequentes.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo, podendo desistir a qualquer momento. A sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar e pode desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista semiestruturada individual, realizada onde você sentir-se mais confortável, com duração de aproximadamente 30 minutos, composta de três perguntas balizadoras que nos permitirá compreender questões referentes ao exercício da parentalidade, e será realizada a aplicação de um instrumento que questionará alguns comportamentos que você exerce com seu filho, que tem duração média de uma hora. Para garantir uma melhor qualidade dos dados coletados, a entrevista será audiogravada com sua autorização. Os resultados obtidos serão sempre apresentados como um todo, sem revelar sua identidade ou qualquer informação que esteja relacionada à sua privacidade.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA: A coleta da pesquisa será realizada no local escolhido pelo participante, onde sinta-se mais confortável.

RISCOS: Você pode achar que algumas informações são pessoais, caso ocorra você poderá escolher não responder. Esta pesquisa envolve riscos mínimos. Caso você sinta desconforto, você poderá solicitar ajuda e será acolhido pela pesquisadora e, se houver necessidade, poderá ser encaminhado à profissionais adequados.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a construção de conhecimento referente às práticas educativas parentais adotadas pelos pais, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, esta possibilita aos participantes da pesquisa repensar e otimizar suas práticas educativas parentais. E permite avanços no conhecimento por ter fins acadêmicos e científicos.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá em nenhum formulário a ser preenchido pela pesquisadora. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, a pesquisadora não divulgará nenhum

dado de pesquisa no qual você seja identificado, utilizando as informações somente para fins científicos.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa possui vínculo com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro através do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, sendo Jéssica Moraes Rosa a pesquisadora principal, sob a orientação da Profª Luciana Fontes Pessôa. A pesquisadora está disponível para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contate-a no telefone (85) 98133.0339 ou e-mail jessicamrpsi@gmail.com. A orientadora da pesquisa, professora Luciana Fontes Pessôa, também se encontra à disposição através do e-mail pessoalf@gmail.com ou através do telefone (21) 3527.1939. Você também poderá contatar o Comitê de ética em pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro através do telefone: (21) 3227.1134. O comitê localiza-se na Rua Marquês de São Vicente, 225, 2º andar, Edifício Kennedy – Gávea – Rio de Janeiro – RJ.

O presente documento está redigido em duas vias que, quando assinadas, você terá uma via deste consentimento para guardar com você e a outra ficará com a pesquisadora. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contatar, em caso de necessidade.

Eu, _____ concordo em participar deste estudo.

Assinatura: _____ Data: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone de contato: _____

Assinatura (Pesquisador): _____

Nome: _____ Data: ____/____/____

Apêndice 2

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
(Dados sociodemográficos – G1)

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ Tel. de contato: _____

Endereço: _____

Escolaridade: _____ Renda aproximada: _____

Estado civil: _____

Quantidade de filhos: _____

Gênero dos filhos: _____

Idade dos filhos: _____

Escolaridade da mãe: _____

Escolaridade do pai: _____

Estado civil dos pais: _____

Quantidade de irmãos: _____

Gênero dos irmãos: _____

Apêndice 3

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO
(Dados sociodemográficos – G2)

Nome: _____

Data de Nascimento: _____ Tel. de contato: _____

Endereço: _____

Escolaridade: _____ Renda aproximada: _____

Estado civil: _____

Quantidade de filhos: _____

Gênero dos filhos: _____

Idade dos filhos: _____

Idade da mãe: _____ Idade do pai: _____

Escolaridade da mãe: _____

Escolaridade do pai: _____

Estado civil dos pais: _____

Quantidade de irmãos: _____

Gênero dos irmãos: _____

Apêndice 4

Roteiro de entrevista semiestruturada

(perguntas para a G1)

Pergunta 1- Pensa na sua adolescência, na adolescência do seu filho e atualmente. Quais as principais diferenças, em termos de criação dos filhos, você consegue identificar comparando esses momentos distintos?

Pergunta 2- Quais comportamentos você acredita que os pais devem adotar para educar adequadamente os filhos?

Pergunta 3- Pensando nos comportamentos que você exerceu enquanto pai, quais você considera ter herdado do seu pai? E quais dos comportamentos adotados por seu pai você não utilizou com seu(s) filho(s)?

Apêndice 5

Roteiro de entrevista semiestruturada

(perguntas para a G2)

Pergunta 1- Pensa na sua adolescência e na adolescência do seu filho. Quais as principais diferenças, em termos de criação dos filhos, você consegue identificar comparando esses momentos distintos?

Pergunta 2- Quais comportamentos você acredita que os pais devem adotar para educar adequadamente os filhos?

Pergunta 3- Pensando nos comportamentos que você exerce enquanto pai, quais você considera ter herdado do seu pai? E quais dos comportamentos adotados por seu pai você não utiliza com seu(s) filho(s)?